

Trabalho a deservolvimento

TRIZIDELA DO 11. PROC. <u>1403001/2024</u>

001

RUB____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO

CAPA DO PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

 PROCESSO N°	DATA
 1403001/2024.	14/03/2024.

REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB

ASSUNTO:

Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS.
RUB

Trabalho e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ N° 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO

DESPACHO ENCAMINHANDO PROCESSO

ORIGEM:

Setor de Protocolo

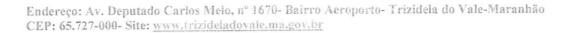
DESTINO:

Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB.

ASSUNTO:

Encaminho os autos deste processo administrativo para as providências cabíveis, devidamente numerado e rubricado por minha pessoa em todas as folhas.

Poliana Silva Bezerra Chefe do Setor de Protocolo Portaria nº 71/2021-GP





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558,070/0001-22 END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000 TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 71/2021 - GP.

De 11 Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - POLIANA SILVA BEZERRA, CPF Nº 000.463.833-60 para o Cargo de Chefe do Setor de Protocolo, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizideia do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 11 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 11 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 846 de 11 de Janeiro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: PORTARIA Nº 71/2021 - GP.

De 11 Janeiro de /2021

No PORTARIA

71/2021

GP.

De 11 Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - POLIANA SILVA BEZERRA, CPF Nº 000.463.833-60 para o Cargo de Chefe do Setor de Protocolo, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 11 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 11 DE JANEIRO DE 2021.

> Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: PORTARIA Nº 72/2021-GP./2021

PORTARIA

72/2021-GP.

de 11 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL

DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições com fulcro no Art. 66, VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear - ADÃO LIMA DA SILVA, portador do CPF Nº 049.418.173-70 para o cargo de Assessor Jurídico do Município observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 11 de janeiro de 2021.

> PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADÓ DO MARANHÃO, EM 11 DE JANEIRO DE 2021

> Delbson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: PORTARIA Nº 73/2021 - GP/2021

No GP. 73/2021 PORTARIA De 11 de ianeiro de 2021.

PREFEITO MUNICIPAL TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - RAQUEL SOARES

Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale E Tana CNPJ: 01.558.070/0001-22 www.brizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?ld=1371





Trabalho e deservolvimento

PROC. 1403	DELA DO VALE
1 1000 1400	01/1/ ₂₋ U ₂₋ -T
FLS.	005
RIB	1 _

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - AQUISIÇÃO E SERVIÇO.

DFD Nº FUNDEB/2024.

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

tratamento de água e manutenção e instalação d	ção de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de e elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.
ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB.	
SETOR REQUISITANTE: Setor de Compras e Serviços	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Natália Santos Dias Vieira	PORTARIA: Portaria: 43/2021
EMAIL:	TELEFONE:

1 - NECESSIDADE E/OU OPORTUNIDADE DE MELHORIA

Descrição da Demanda

1.1. Justificativa da Necessidade ou oportunidade de melhoria identificada:

A contratação justifica -se para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, na Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

O bebedouro para a escola, por ser uma peça fundamental na vida de crianças e adolescentes, que frequentam diretamente a rede de ensino que passam a maior parte em ambiente escolar, tendo a necessidade do bebedouro escolar, tornando a aquisição do aparelho, responsável por aumentar a oferta de água disponível, facilitando o consumo dessa água em maiores quantidades, melhor qualidade e maior frequência.

A contratação é necessária para atender a demanda de substituição dos elementos filtrantes (refis) consoante periodicidade recomendada pelo fabricante, necessárias à manutenção para eficiência e boa qualidade da agua potável para o consumo humano disponibilizada através dos purificadores de agua instalados nos prédios Educacionais

A necessidade de tal contratação decorre pelo fato de não haver processos licitatórios anteriormente realizados para suprir tal solicitação.

Resealte-se que essa contratação está alinhada ao Planejamento (LDO, LOA)

A contratação ocorrerá mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

Os serviços serão executados conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, discriminada no termo de referência.

As despesas decorrentes da dispensa de licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, que será informado no ato de formalização do contrato.

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovalc.ma.gov.br





PROC. 1403001/2024

006

TRIZIDELA DO VALE

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

Soma-se a isso que o quantitativo dos serviços necessário será analisado oportunamente, a ser extraído da pesquisa de preços a ser promovida pelo setor de cotação de preços, tudo em obediência a legislação de vigência à espécie. A estimativa da despesa, deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Nova Lei nº 14.133/21.

2. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO

Perspectiva	Meta	Ação	Impacto no indicador
Recursos – 1541000000 Trans. do FUNDEB – Comple. União – VAAF 1540000000 Transferências do FUNDEB – Impostos	de Consumo 4.4.90.52.00 – Equipamentos e	Ação – 2.143 – Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%	Favorável, já que essa contratação implicará na melhoria da satisfação do publica interno.

3. PLANO DE CONTRATAÇÕES - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

TEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO RS	VALOR TOTAL RS
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras		I	UNID		
2	REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Polipropileno, que retéra as partes sólidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras partículas Material – plástico		5	UNID		
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax		6	UNID		
4	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500		20	UNID		
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500		20	UNID		

	ESTÁ PREVISTO NO	O PLANO DE AQUISIÇÃO E SERVIÇO?
(X) SIM	BEM COMUM	
() NÃO	1	
	-	
Setor Requisit	ante	Natália Santos Digo Vieira
Unidade Admi	inistrativa	
		Maria Sônia Silva Abreu Secretária Municipal de Educação

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



prestações a instituição consignatária, ficando claro que no momento da rescisão, deverá ser observado pelo Contratante os descontos percentuais de 30% sobre as verbas rescisórias de seus Servidores Públicos Municipais.

- Art. 8º A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade dos órgãos e das entidades da administração pública municipal direta e indireta por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelo consignad o junto ao consignatário ou por problemas na relação jurídica entre o consignado e o consignatário.
- Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mormente o Decreto n. 24 de 15 de marco de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, DE 29 DE SETEMBRO

DE 2023.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

PROC. JUOZOOV2020

FLS. 007 RUB.

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADAS NOS INCISOS I E II DO ARTIGO 75 DA LEI FEDERAL Nº 14.133 :

Decreto nº 42/2023 - GP, de 29 de setembro de 2023.

"Regulamenta os procedimentos para realização de dispensas de licitação fundamentadas nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do mu nicípio de Trizidela do Vale".

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o art. 187 da referida norma, "os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei", CONSIDERANDO que os incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021 referem -se à possibilidade de aquisição de bens e contratação de serviços, mediante o procedimento de dispensa de licitação, a necessidade de estabelecer meios dinâmicos visando o atendimento do princípio da eficiência, eficácia e efetividade e a necessidade de regulamentação no âmbito municipal do disposto no artigo 72 e da forma de realização da estimativa do valor disposta nos §§ 1° e 2° do artigo 23, ambos da citada lei;

CONSIDERANDO que o §2º do art. 17 da Lei nº. 14.133/2021 dispõe que apenas as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, não estabelecendo esta obrigatoriedade às dispensas de licitação;

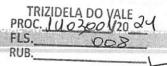
CONSIDERANDO que a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, de 8 de julho de 2021, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 8, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal diret a, autárquica e fundacional é de observância obrigatória aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, somente quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, nos ter mos do que dispõe o art. 2º de referida Instrução Normativa;

DECRETA:

- Art. 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverão ser observados:
 - I o somatório do que for despendido no exercício financeiro, pela respectiva unidade gestora;
- II o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos às contratações no mesmo ramo de atividade.
- § 1º Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento registrada pelo fornecedor quando do seu cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) vinculada:
- I à classe de materiais, utilizando o Padrão Descritivo de Materiais (PDM) do Sistema de Catalogação de Materiais do Governo Federal: ou
- II à descrição dos serviços ou das obras, constantes do Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo Federal.
- § 2º Para fins do que dispõem os incisos I e II do caput, na ocorrência de compras e contratações com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, o valor com as despesas já realizadas deverá ser levado em consideração para fins de utilização dos novos limites estabelecidos no inciso I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Art. 2º A elaboração dos ETPs Estudos Técnicos Preliminares será facultativa nos casos de contratação de obras, serviços e compras, cujos valores se enquadrem nos limítes dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. § 1º - Em se tratando de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ****.801.323-*** em 29/09/2023 21:11:01 - IP com nº: 192.168.0.104 Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2327





prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração dos demais projetos.

- § 2º É dispensável a elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida em ato do órgão competente, observados os requisitos estabelecidos no inciso XXIV do art. 6° da Lei nº 14.133/2021.
- Art. 3° Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o art. 23 poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, devendo ainda ser observado o disposto no art. 4º ao art. 6º deste Decreto.
- Art. 4° Após o recebimento do documento de formalização da demanda, acompanhado do Termo de Referência, será solicitada pelo servidor responsável a cotação de, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo da atividade pretendida, sempre que possível.
- § 1º A solicitação de cotação será, preferencialmente, encaminhada aos fornecedores habituais da Administração e que integrem a base de dados cadastral do sistema de compras do Município ou daqueles registrados no respectivo órgão.
- § 2º Na falta desses, a cotação poderá ser realizada através de pesquisas na internet ou com outros órgãos da Administração Pública, cujos fornecedores possam realizar o fornecimento ou executar o serviço.
- § 3° Na impossibilidade de cotação mínima de 3 (três) fornecedores ou, a critério do agente, poderá ser divulgado aviso de contratação no sítio eletrônico oficial da Prefeitura pelo prazo de 3 (três) dias úteis contendo a especificação do objeto pretendido e a manifestação de interesse da Administração em obter propostas de eventuais interessados. Opcionalmente, poderá ser realizada dispensa eletrônica por meio de sistema credenciado junto ao PNCP.
- § 4° A solicitação de pesquisa de preço poderá ser formalizada por e-mail ou de forma pessoal pelo agente público responsável.
- § 5° Quando a solicitação de pesquisa for realizada por e -mail, este deverá ser encaminhado com a opção de aviso de "recebimento" e consignar prazo de resposta de no máximo 3 (três) dias úteis, devendo o pedido e a resposta do fornecedor ser em juntados aos autos, com os dados necessários à sua correta identificação.
- § 6° Para obtenção do resultado da pesquisa, a critério do agente responsável, poderão ser desconsiderados os preços excessivamente elevados e os inexequíveis, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.
- § 7º Poderá o agente responsável, quando impossibilitado de obter mais de uma cotação, e se julgar necessário, valer se dos procedimentos abaixo:
- I- Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência (SINAPI, SICRO, ANP, etc) e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso ou que sejam devidamente certificados pelo agente;
- II Contratações similares feitas pela Administração Pública, preferencialmente num raio de 150 km do município, em execução ou concluídas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços e desde que acessíveis pelos meios digitais de busca na internet.
- § 8º Para fins do disposto no inciso I do parágrafo anterior, visando melhor apurar o preço de mercado, poderá ser levado em consideração valores agregados de frete e outros custos que se entender necessários, utilizando -se de sítios confiáveis para cotação.
- Art. 5º No caso de obtenção do valor estimado da contratação acrescido do percentual de Beneficios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis observar -se-á o seguinte regramento:
- § 1º Após o recebimento do documento de formalização da demanda acompanhado do Termo de Referência ou Memorial Descritivo e Projeto Básico ou Projeto Executivo, deverá ser realizada a composição de custos unitários corresponden te do SINAPI, SICRO etc, com indicação do número da edição da referida tabela de referência.
- § 2º A composição de custos unitários a que se refere o parágrafo anterior é de competência da área técnica de cada órgão ou setor.
 - § 3° Após a composição de custos, aplicar-se-á o contido no presente Decreto quanto aos demais procedimentos.
- Art. 6° Nas compras e serviços de pequeno valor o parecer jurídico previsto no inciso III do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 será dispensado.
- Art. 7º O ato que autoriza a contratação direta e o extrato decorrente do contrato, quando houver, serão publicados no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial do município, observado o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da sua assinatur a, nos



termos do inciso II do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

TRIZIDELA DO VALE PROC. 140300 12024 FLS. RUB.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de em tramitação e no que for aplicável aos demais atos administrativos, revogando -se as disposições em contrário. RÉGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 29 DE SETEMBRO DE 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - EDITAL - PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE GESTOR GERAL E GESTOR ADJUNTO: 01/2023

EDITAL Nº 01/2023 - PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA PROVIMENTO DA FUNÇÃO DE GESTOR GERAL E GESTOR ADJUNTO.

> Fixa e estabelece normas para o Processo Seletivo interno destinado a informar ao Chefe do Executivo Municipal os Profissionais do quadro Efetivo do Magistério que se enquadram como aptos ao exercício da função de Gestor Geral e Gestor Adjunto.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37, II e V, da Constituição Federal de 1988, no art. 14, § I °, inciso I da Lei Federal nº 14.113, de 25 de novembro de 2020, no art. 43, inciso I e § 1º do Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021, de Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024, Meta 19, Estratégia 19,8, tornam público o Edital do Processo Seletivo Interno para selecionar os profissionais do quadro efetivo do magistério aptos ao exercício da função de Gestor Geral e Gestor Adjunto na Rede Pública Municipal de Ensino de Trizidela do Vale, por meio da aferição de critérios técnicos de mérito e desempenho, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 06 a 08 de novembro de 2023.

Considerando o inciso III do art. 5º e § 1º do Art. 14 da Lei 14.113/20, complementação -VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidade de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria de aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica e provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho.

Considerando que a Lei nº 13.005, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), para regulamentar as obrigações normativas de fazer extraídas dos comandos constitucionais dos art. 206, 208, 212 e 214, detalhando as e operacionalizando -se as temporalmente, na forma de um conjunto de 20 (vinte) metas e 254 (duzentos e cinquenta e quatro) estratégias, a serem observadas pelos gestores de todas as esferas, sob pena de oferta irregular a que se refere o art. 208, § 2º, da Constituição .

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Interno para subsidiar a escolha do provimento da função pública de Gestor Geral e Gestor Adjunto, para as instituições de Ensino da Éducação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino, será regido por este Edital, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, e realizado no âmbito do Município de Trizideia do Vale (MA).

1.2 As Instituições de Ensino da Educação Básica de que trata este Edital compreendem as escolas de Educação Infantil e as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Trizidela do Vale (MA).

1.3 Em apoio à realização deste Processo Seletivo Interno será instituída Comissão Temporária de Seletivo Interno - CTSI, com funções de acompanhamento e fiscalização, regulamentada por meio de portaria

1.4 O Processo Seletivo Interno terá validade pelo período de até 02 (dois) anos, sendo realizado mediante as seguintes etapas consecutivas:

1ª Etapa: Aferição, pelo setor de recursos humanos da Secretaria de Educação, do atendimento dos requisitos cumulativos exigidos no art. 20, da Lei 446/2021, dispostas neste edital no item 2.1(caráter eliminatório);

2ª Etapa: Aferição do desempenho técnico-pedagógico, de conhecimentos de gestão escolar e legislação educacional, por meio de prova (caráter eliminatório);

3ª Etapa: Entrevista e defesa do Plano de Gestão (caráter eliminatório);

1.5 A reprovação em qualquer etapa do processo de seleção é eliminatória.

1.6 Quaisquer cidadão poderá impugnar, fundamentadamente, este Edital, no período compreendido entre 8h do dia 15 de janeiro de 2024 e 17h do dia 19 de janeiro de 2024, na sede da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Avenida Josemar Nogueira nº 800 - Bairro santo Antônio dos oliveiras - Trizidela do Vale Maranhão.

1.7 A impugnação será realizada exclusivamente por meio de requerimento devidamente fundamentado dirigido à Comissão

Temporária de Seletivo Interno - CTSI.

- 1.8 A Comissão Temporária de Seletivo Interno CTSI analisará todas as impugnações até o dia 04 de outubro de 2023. As respostas aos recursos serão disponibilizadas aos autores a partir do dia 13 de outubro de 2023, na sede da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Avenida Josemar Nogueira nº 800 - Bairro santo Antônio dos oliveiras - Trizidela do Vale Maranhão. 2 DAS INSCRIÇÕES
- 2.1 Está habilitado a se inscrever e participar do Processo Seletivo Interno, o servidor público que preencher os seguintes requisitos cumulativos:

Ser efetivo narede publica municipal;

Contar com, no mínimo, 03 (Três) anos de Magistério Público; 11.

Estar em exercício na Unidade Escolar ou dela não estar afastado por mais de 6 (seis) meses; 111.

Não estar respondendo a inquérito administrativo nem ter tido participação comprovada em irregularidade IV. administrativa;

Apresentar Plano de Gestão com proposta de trabalho motivada e comprometida, dentro da realidade social do

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 29/09/2023 21:11:01 - IP com nº: 192.168.0.104 Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2327





Trabelho e desenvolvimento

RIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

FLS. 010

RUB____

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

REGULAMENTO A LEI 14.133/23 DECRETO N°63/2021 – GP 29/11/2021.



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZID	ELA DO VALE 0300 1/2024
FLS.	001
RUB.	Y

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - REGULAMENTA A LEI Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, NO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO.: 63/2021

Decreto nº 63/2021 - GP, de 29 de novembro de 2021.

Regulamenta a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobreLicitações e Contratos Administrativos, no Município de Trizidela do Vale, Estado do Maranhão.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública Municipal de Trizidela do Vale-MA.
- § 1º O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal de Trizidela do Vale-MA, autarquias, fundações, fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal.
- § 2º Não são abrangidas por este Decreto as licitações das empresas estatais municipais e suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.
- Art 2º Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

CAPÍTULO II

DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

- Art 3º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbea condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:
- receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos,
 além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
 - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
 - IV coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
 - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão:
 - VIII indicar o vencedor do certame;

- conduzir a sessão pública;

- adjudicar o objeto, guando não houver recurso;
- X conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZI PROC. I	DELA DO VALE 103001/2024
FLS.	201/20/20
RUB.	L

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

- § 1º A Comissão de Contratação conduzirá o diálogo competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.
- § 2º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentosauxiliares a que se refere a Lei nº 14.133/2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.
- '§ 3º O agente de contratação, será pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores ou empregados públicos dos quadros da Administração Pública de Trizidela do Vale-MA.
- § 4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que consideraremnecessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.
- § 5° O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores ou ocupantes de cargos em comissão da Administração Pública de Trizidela do Vale-MA
- § 6º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.
- Art. 4º Na designação de agente para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de quetrata a Lei nº 14.133/2021, a autoridade municipal observará o seguinte:
- a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;
- a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e
- previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente comoutros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 5º - A Administração Pública de Trizidela do ValeMA poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único: O plano de contratações anual de que trata o caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pela Administração Pública Municipal na realização de licitações e na execução dos contratos.

CAPÍTULO IV

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- Art. 6º O Estudo Técnico Preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
- Art. 7º O estudo técnico preliminar a que se refere o artigo 7º deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
- I descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
 - III requisitos da contratação;
- IV estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de





DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

PROC.	ELA DO VALE 0001/2024
FLS.	013
RUB.	

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

escala;

 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possiveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

 IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

 X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º - O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 2º - Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos. CAPÍTULO V

DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 8º - A Administração Pública Municipal elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

§ 1º - Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-

SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

§ 2º - A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o caput deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Art. 9° - Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Parágrafo Único: Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço. CAPÍTULO VI

DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 10° - No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1° do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, são auto aplicáveis, no que couber.

Art. 11° - Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 daLei nº 14.133/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º - A partir dos preços obtidos dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12 www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1699





DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE PROC. 140300 1/2024 FLS. 014 RUB.

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

- § 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.
- § 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.
- § 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

CAPÍTULO VII

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 12° - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, podendo ser prorrogável desde que justificada a imperiosa necessidade de prorrogação.

Parágrafo único: Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa. CAPÍTULO VIII

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 13° - Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

CAPÍTULO IX DO LEILÃO

- Art. 14° Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:
- realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nosseus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.
- II designação de um Agente Público Municipal para atuar como leiloeiro, o qual terá a obrigação de conduzir as negociações em sessão pública, decidindo com fundamento nas normas legais e no edital de convocação sobre os entreveros resultantes das negociações.

III- elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

- IV realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.
- § 1º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
- § 2º- A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegurea integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados. CAPÍTULO X

DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 15 - Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único: Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a formade cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO XI

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 16° - O desempate entre propostas comerciais, obedecerá aos critérios definidos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Todavia, para efeito do critério definido no inciso III do citado art. 60, a equidade entre homens e mulheres se

Assinado eletronicamente por: Delbson Pereira Freitas CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12 www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1699





DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZII	DELA DO VALE 10300 1/20 24
FLS.	103001120904
RUB.	

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

dá na proporção de 1 (um) para 0,5 (meio) em favor destas, sucessivamente.

Art. 17° - Quando o empate se der com base na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, o desempate se dá mediante simples comunicação ao Agente de Contratação de que pretende ficar com a obra e/ou serviço, com a apresentação de nova proposta de valor inferior.

CAPÍTULO XII

DA HABILITAÇÃO

Art. 18° - Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único: Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizadoprevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 19° - A habilitação de qualquer adjudicatária em procedimentos licitatórios na Administração Pública Municipal, de acordo com o art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021, se dará nas seguintes modalidades:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

§ 1º - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

§ 2º - A comprovação de qualificação técnica será autoaplicável ao art. 67, incisos I, II, III, IV, V e VI, §§§§§§§§§

1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, I e II, 11.º e 12.º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

§ 3º - Na documentação de que trata o inciso I do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

§ 4º - A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista se dá mediante a apresentação de:

- I a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

 IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 6° - A habilitação econômico-financeira será exigida na forma dos arts. 69, seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 14.133/2021

CAPÍTULO XIII

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 20° - Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de obras e serviços de engenharia.

Parágrafo Único: O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Art. 21° - As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZI	DELA DO VALE 40300 (/2024
PROC.	403001/2024
FLS.	016
RUB.	

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

modalidades de Pregão ou Concorrência.

- Art. 22° Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.
- § 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.
 - § 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.
- § 3º Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.
- § 4º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.
- Art. 23° A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
- Art. 24° A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
 - Art. 25° O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- li não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 26° - O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV

DO CREDENCIAMENTO

Art. 27° - O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

 I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

 II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

§ 1º - O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º - A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º - A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º - Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º - O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

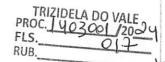
Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12 www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1699





DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE



EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

CAPÍTULO XV

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 28° - Poder-se-á, em âmbito municipal, adotar o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se, como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.428 de 02 de abril de 2015.">de abril de 2015.

CAPÍTULO XVI DO REGISTRO CADASTRAL

- Art. 29° Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133/2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3 de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- § 1º A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.
- § 2º Na hipótese a que se refere o § 1º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

CAPÍTULO XVII

DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

- Art. 30° Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.
- § 1º Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063/2020.
- §2º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CAPÍTULO XVIII DA SUBCONTRATAÇÃO

- Art. 31° A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.
- § 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vinculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe funçãona licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- § 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pelalicitante ou contratada, com características semelhantes.
- § 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XIX

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 32° - O objeto do contrato será recebido:
- em se tratando de obras e serviços:







DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

PROC.	ELA DO	VALE V2021
FLS.	0	18
RUB.		

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 1104 de 29 de Novembro de 2021

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 05 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

CAPÍTULO XX

DAS SANÇÕES

Art. 33° - Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 daLei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação.

CAPÍTULO XXI

DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 34° - A Controladoria do Município regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XXII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35° - Em âmbito municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a divulgação dos atos será promovida da seguinte forma:

publicação em diário oficial das informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em

sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

- II disponibilização da versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.
- Art. 36° A Secretaria Municipal de Administração poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.
- Art. 37° Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.
 - Art. 38° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas

Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas CPF: ***.297.203-** em 29/11/2021 18:15:18 - IP com n°: 192.168.3.12 www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1699





Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

LS. 019

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Objeto: Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Contratação Direta tem sido uma das modelagens utilizada pela administração pública com o intuito de dar celeridade nas contratações, possibilitando assim, mais efetividade e eficiência nas ações desenvolvidas. Cabe destacar a contratação de materiais e ou serviços de pequena monta, que não justifica, de fato, a abertura de um processo licitatório com prazos normalmente extensos. Valores previstos no art. 75 I, II, alterado pelo Decreto Federal nº 11.317/2022 passando para R\$ 114.416,65 e R\$ 57.208,33 respectivamente.

Considerando o FATOR TEMPO: A aquisição por Dispensa de Licitação traz maior celeridade na condução do processo, uma vez que dispensa a produção de editais; publicação de etapas processuais; análise classificação e julgamento de proposta; sessões públicas para execução de lances, entre outras oriundas de certame licitatório que demandam a realização de Pregão.

Considerando o FATOR ECONOMICIDADE PROCESSUAL: A Dispensa de Licitação proporcionará, como consequência a dispensa das etapas processuais que demandam a realização de Pregão, buscando-se assim a economicidade e celeridade nas contratações da Administração.

Em consonância com o estudo publicado pela Controladoria Geral da União (CGU) na nota técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC/CGU, que defende o uso da dispensa para tornar as compras públicas mais eficientes e céleres e que menciona os custos dos certames licitatórios que perfazem uma estimativa média de R\$14.351,50, verifica-se a oportunidade e conveniência do uso da dispensa, dado o valor total do objeto em questão.

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:







TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS.______020 RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas licitações e contratos.

O Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.



Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. Q D \
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No caso em questão verifica-se a Dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Basicamente para o procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, insta observar as situações diferentes elencadas na NLLC, porem aquele que se aplica a este processo seria o inciso II em virtude der se adequar ao valor abaixo do limite legar.

Por conseguinte, por se tratar de uma aquisição de pequeno vulto, torna-se mais vantajoso para a administração a contratação direta ao invés do procedimento licitatório em vista dos custos que envolve tal modalidade.

Trizidela do Vale - MA, 18 de março de 2024.

Maria Sônia Silva Abreu
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 01/2021-GP

devidamente fundamentada, observadas as determinações que seguem:

- I O veículo oficial deverá sair do Município de Trizidela do Vale com o tanque cheio, abastecido em posto contratado pelo Município, devendo a nota fiscal indicar, além da quantidade de combustível, a placa e a quilometragem do veículo;
- II Na prestação de contas, além da nota fiscal do abastecimento ocorrido, deverá ser juntada fotocópia da nota fiscal comprovando o abastecimento inicial conforme inciso I, bem como a rota percorrida pelo veículo abastecido.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023. Deibson Pereira Freitas

> GABINETE DO PREFEITO - DECRETO -ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR: 05/2023

DECRETO Nº 05/2023 - GP DE 16 DE JANEIRO DE 2023.

Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar — ETP para as contratações diretas baseadas na Lei nº14.133/2021, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública do Município de Trizidela do Vale e dá outras providências.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO o art. 72 da Lei nº 14.133/2021:

DECRETA:

- Art. 1º A elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP não é obrigatório nos seguintes casos:
- I Contratação de obras, serviços, compras e aluguéis previstos nos incisos I, II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, independente da forma de contratação;
- II dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e nas contratações de remanescente a que se refere o § 7º do art. 90 da Lei nº 14.233/ 2021;
- III no caso de obras, caso o valor estimado supere o limite do inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, quando lei ou regulamento específico aplicável ao órgão dispuser de forma diversa deste Decreto;
- IV Contratações de objetos necessários ao enfrentamento do COVID-19;
- V Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos e prorrogações contratuais relativos a serviços contínuos.

Art. 2º- As contratações de obras, serviços e soluções de tecnologia da informação, que demandam análise atual da necessidade da instituição, não podem, em regra, se abster da elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Administração editará os atos normativos necessários para execução do disposto neste Decreto.

Art. 4º - Ficam revogadas disposições em contrário

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023. Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118

Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 023

RUB_

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

DESPACHO

A Sra. Natalia Santos Dias Vieira Responsável pelo setor de compras/serviços. Nesta.

Em atendimento de vossa solicitação, autorizo que seja feito averiguação de preços para a Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, nos termos da requisição e instauro o presente processo com base na IN Municipal nº 002/2023 fundamentado pela na Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Trizidela do Vale (MA), 18 de março de 2024.

Maria Sonia Stiva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - FICA APROVADA A INSTRUÇÃO NORMATIVA: 02/2023

DECRETO Nº 02/2023 - GP, DE 16 DE JANEIRO DE 2023.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA. DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, CONSIDERANDO da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA (ANEXO ÚNICO), que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de precos de referência que irão embasar as contratações, alterações e prorrogações contratuais para aquisição de bens e prestação de serviços comuns, no âmbito da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023. Deibson Pereira Freitas

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 02/2023 - GP INSTRUÇÃO NORMATIVA CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Do objeto e âmbito de aplicação

- Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
- § 1º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações:
 - I de obras e serviços de engenharia;

II - de seguro, financiamento, locação de imóveis em que o Poder Público seja locatário e às demais contratações regidas, predominantemente, por norma de Direito Privado;

III - em que a Administração for parte como usuária de serviço público;

IV – quando se tratar de contratações, alterações ou prorrogações contratuais a serem financiadas por organismo internacional que imponha seu método de licitação para concessão do recurso;

V - de locação de mão de obra com dedicação exclusiva, que seguirá o método da composição do preço

baseada em planilha de custos.

PROC. JUOZOOL 12024 FLS._ 024 RUB.

§ 2º - Para aferição da vantagem econômica das adesões às atas de registro de preços, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços, deverá ser observado o disposto nesta Instrução Normativa.

Das definições

Art. 2º - Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

I - preço coletado: preço obtido na pesquisa mediante a aplicação dos parâmetros definidos no art. 6º, desta Instrução Normativa:

II - preços aceitáveis: preços coletados que se situem nos limites estipulados no art. 10, § 1º, desta Instrução Normativa:

ill - cesta de preços: conjunto que obtenha o maior número de preços aceitáveis coletados, não podendo ser inferior a 3 (três);

IV - preço estimado ou de referência: valor obtido a partir de método estatístico aplicado sobre a cesta de preços formada, devendo desconsiderar, na sua formação, os inexequíveis, os inconsistentes excessivamente elevados:

V - preço máximo: valor limite que a Administração se dispõe a pagar por determinado objeto, levando-se em preço consideração o estimado, os aspectos mercadológicos próprios à negociação com o setor público e os recursos orçamentários disponíveis;

VI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

VII - intervalo temporal: período considerado para a realização da pesquisa, tomando-se por base a primeira e a última data de referência dos preços aceitáveis obtidos para formação da cesta de preços;

VIII - abrangência espacial: localização geográfica dos órgãos e entidades da Administração Pública pesquisados para obtenção de preços aceitáveis para formação da cesta de preços;

IX - nota técnica: opinião técnica da Controladoria Geral do Município sobre o preço de determinado bem ou serviço, fundamentada após ampla pesquisa de mercado realizada nos parâmetros estipulados no art. 6°, desta Instrução Normativa, que norteará as manifestações dos servidores responsáveis pela coleta de preços por, no mínimo, 12 (doze) meses da sua publicação até ser revisada por outra de igual teor;

X – preço contratado: é o preço obtido pela Administração após descontos obtidos sobre o preço de referência; XI - data da pesquisa de preços: data em que o servidor ou equipe responsável realizou a coleta de preços para

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com nº: 192.168.1.118 Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087



formação das cestas;

XII - data de referência: data a ser considerada de cada preço coletado para formação da cesta de preços:

XIII – data da análise: data da manifestação técnica definitiva da Controladoria Geral do Município no âmbito do processo;

XIV – preço inexequível: preço coletado situado abaixo do limite inferior, definido no inciso IV, do § 1º, do art. 10, desta Instrução Normativa:

XV - preço excessivamente elevado: preço coletado situado acima do limite superior, definido no inciso V, do § 1º, do art. 10, desta Instrução Normativa;

XVI — preço inconsistente: preço coletado que, após aplicação dos procedimentos descritos no § 1º, do art. 10, desta Instrução Normativa, revele-se incompatível com a cesta de preços aceitáveis. § 1º Para efeito do disposto no inciso XII, deste artigo, considerar-se-á como data de referência:

- a) preço público oriundo de pregão: data de homologação do certame;
- b) preço público oriundo de contrato: data de assinatura do instrumento contratual ou do respectivo termo aditivo;
- c) preço pesquisado em sítios de domínio amplo, sítios ou mídias especializadas: data de acesso ao respectivo sítio ou mídia;
- d) preço coletado junto a possíveis fornecedores: data de apresentação da respectiva proposta pelo fornecedor.

Parágrafo Único - Os valores obtidos na pesquisa de preços realizada com base nesta Instrução Normativa serão considerados "preços de referência", quando se tratar de um processo licitatório e, em se tratando de análise de prorrogação contratual, considerar-se-ão "preços máximos".

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO

Da formalização

Art. 3º - A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

 II – identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

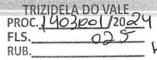
III - caracterização das fontes consultadas;

IV – série de preços coletados e número de preços consultados na formação da cesta;

 V - intervalo temporal e abrangência espacial de cada cesta de preços;

VI - método estatístico aplicado para a definição do valor

estimado:



VII – justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexeguiveis ou excessivamente elevados, se aplicável:

VIII – memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte: e

IX – justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV, do art. 6º, desta Instrução Normativa.

- Art. 4º Para cada item integrante do rol de produtos ou serviços, objeto da contratação, alteração ou prorrogação contratual, deverá ser feita uma pesquisa de preços específica, de modo a colher evidências adequadas e suficientes para apuração dos preços de referência.
- § 1º É dever do servidor ou equipe responsável apensar ao respectivo processo de contratação, alteração ou prorrogação contratual a documentação com as evidências da pesquisa realizada.
- § 2º Considera-se suficiência uma medida relativa à quantidade de evidência, enquanto a adequação relaciona-se com a qualidade da evidência, sua relevância, validade e confiabilidade.
- § 3º Considera-se item uma unidade de produto cu serviço com a respectiva descrição.

Dos critérios

Art. 5º - Sempre que possível, a pesquisa de preços deverá observar as condições comerciais praticadas, incluindo critérios objetivos que possam aprimorar a adequação dos preços pesquisados à situação sob análise:

I - prazos e locais de entrega;

II – instalação e montagem do bem ou execução do serviço;

III – formas de pagamento, garantias exigidas e custos de distribuição;

IV – marcas e modelos disponíveis no mercado, em especial, quando houver diversos fabricantes;

 ${\sf V}$ - padrão de qualidade e desempenho do bem ou serviço;

VI -- volume negociado, considerando os prováveis efeitos de uma economia de escala em razão da quantidade adquirida.

Parágrafo único. No caso de previsão de matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com a metodologia estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Dos parâmetros

PROC. 1402001 12024 FLS. 026

- Art. 6º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
- I -- composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou Banco de Preços em Saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive, quando se tratar de composição de preço por custos unitários, na seguinte ordem de prioridade:
- a) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Trizidela do Vale;
- b) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados no Município de Trizidela do Vale:
- c) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados no Estado do Maranhão;
- d) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados na Região Nordeste do Brasil;
- e) contratações ou atas de registro de preços vigentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, de quaisquer entes federados ou esferas de Poder, sediados nos demais estados da federação ou no Distrito Federal.
- III utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo dos entes federados e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
- IV pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V pesquisa em base oficial de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.
- § 1º O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, tomando por base a média saneada do conjunto de dados pesquisados com, no mínimo, 3 (três) preços aceitáveis, considerados aqueles

- constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
- § 2° Os preços serão pesquisados observando se a ordem de prioridade do caput.
- § 3º Em caso de impossibilidade de aplicação do disposto no § 2º, deste artigo, deverão ser apresentadas as devidas justificativas nos autos e observada a ordem disposta no caput.
- § 4º Somente devem ser considerados preços cuja data de referência esteja compreendida no intervalo de até 12 (doze) meses de antecedência da data da pesquisa de preços, salvo em caso de exigência de prazo inferior.
- § 5º A pesquisa de preços deve ser formalizada com a utilização de, pelo menos, 2 (dois) dos parâmetros indicados no caput, à exceção de preços coletados conforme os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, deste artigo.
- § 6º Em caso de impossibilidade de aplicação do disposto no § 5º, deste artigo, deverão ser apresentadas as devidas justificativas nos autos.
- § 7° O resultado da pesquisa de preços poderá ser aplicado aos processos licitatórios cujas sessões se realizem em até 12 (doze) meses depois, ressalvados os preços estipulados pelo inciso II, deste artigo, que podem ser utilizados enquanto vigentes.
- Art. 7º Quando a pesquisa de preços for realizada em sítios de domínio amplo, nos termos do inciso III, do art. 6º, desta Instrução Normativa, deverá ser observado o seguinte:
- I não devem ser utilizados como fonte de pesquisa sítios de troca, de intermediação de vendas ou de leilão;
- II não devem ser coletados preços promocionais, por não representarem o comportamento normal do mercado;
- III devem incluir o frete no preço final do produto, de modo que a precificação do item inclua o seu custo de distribuição.
- Art. 8º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, do art. 6º, desta Instrução Normativa, deverá ser observado:
- I prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;
- II obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:
 - a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
 - c) endereços físico e eletrônico e telefone de



contato:

- d) data de emissão; e
- e) nome completo e identificação do responsável.
- III informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 5°, desta Instrução Normativa, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado:
- IV registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV, do art. 6º, desta Instrução Normativa;
- V as empresas pesquisadas devem atuar no ramo pertencente à contratação desejada, o que deve ser comprovado mediante consulta à Classificação Nacional de Átividade Econômica - CNAE vinculada ao CNPJ do proponente:
- VI inexistência de vínculo entre os sócios e administradores das empresas pesquisadas.

Parágrafo único. Sempre que houver ampla competição no mercado, devem ser utilizados fornecedores que ainda não tenham participado de pesquisa de preços recente.

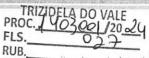
Art. 9° - Para fins de pesquisas com possíveis fornecedores, nos termos do inciso IV, do art. 6º, deverão ser obtidas propostas formais, contendo, no mínimo, o disposto nas alíneas do inciso II, do art. 8º, desta Instrução Normativa.

Da metodologia para obtenção do preço estimado

- Art. 10. Será utilizado, como método para obtenção do preço estimado, o cálculo da média saneada dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos dos parâmetros de que trata o art. 6º, desta Instrução Normativa, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.
- § 1º Para cálculo da média saneada, será dado tratamento estatístico aos preços unitários coletados de acordo com os seguintes passos:
 - 1 tabulação dos preços coletados por item;
- II cálculo, por item, do valor da média (X) e do desvio-padrão (S) da série de dados;
 - III cálculo do coeficiente de variação (CV) da série de dados, obtido pela divisão entre o desvio padrão (S) e a média (X);
- IV definição do limite inferior da série de dados, dado pela diferença entre a média (X) com o desvio padrão

 V - definição do limite superior da série de dados, dado pela soma entre a média (X) com o desvio padrão

(S);



VI - eliminação dos valores limite inferior e acima do limite superior da série de dados, calculados conforme incisos IV e V, deste parágrafo, por representarem preços manifestamente inexequíveis, desarrazoados ou excessivamente elevados:

VII - cálculo da média dos valores remanescentes da série de dados após o procedimento do inciso VI, deste parágrafo.

- § 2º Para fins de cálculo da média saneada, devem ser utilizadas duas casas decimais.
- § 3° Caso o coeficiente de variação (CV) seja inferior a 25%, a série de dados será considerada homogênea e serão dispensados os procedimentos descritos nos incisos IV, V e VI, do § 1º, deste artigo, realizando-se a média aritmética de todos seus os valores.
- § 4º Caso a realização do procedimento previsto no inciso VI, do § 1º, deste artigo, resulte em cesta composta por menos de 3 (três) preços aceitáveis, a pesquisa deverá ser refeita, somente sendo admitida a determinação de preco estimado com base em menos de três preços mediante justificativa nos autos do gestor responsável e aprovação pela autoridade competente.
- § 5º Após o tratamento estatístico de que trata o § 1º, deste artigo, o preço estimado da contratação, de forma a considerar a atratividade do mercado e a mitigar o risco de sobrepreço, poderá ser obtido, ainda, subtraindo-se determinado acrescentando-se ou percentual à média saneada calculada.
- § 6º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável, aprovados pela autoridade competente e, posteriormente, pela Controladoria Geral do Município.

CAPÍTULO III CONTRATAÇÃO DIRETA

- Art. 11. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 6º, desta Instrução Normativa.
- § 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 6º, desta Instrução Normativa, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.
- § 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.
- § 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

- § 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.
- § 5° O procedimento do § 4°, deste artigo, será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Das orientações gerais

Art. 12. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação que adote como critério de julgamento o maior desconto.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO -DESIGNAÇÃO, A COMPETÊNCIA: 03/2023

DECRETO Nº 03/2023 - GP, DE 16 DE JANEIRO DE

Regulamenta, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a designação, a competência e a atuação dos agentes de contratação, das equipes de apoio e das comissões de contratação nas licitações e contratos no âmbito dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Trizidela do Vale-MA.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no § 3º do seu art. 8º :

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A designação, a competência e a atuação dos agentes de contratação, das equipes de apoio e das comissões de contratação nas licitações e nos contratos no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, autárquica e fundacional, regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão regulamentadas por este Decreto.

Parágrafo único. A designação, a competência e a atuação dos gestores e dos fiscais de contratos serão disciplinadas em regulamento próprio.

Art. 2º - Para os fins do disposto neste Decreto, serão adotadas as denifições trazidas no art. 6º da Lei

Federal nº 14.133, de 2021. TRIZIDELA DO VALE PROC. 40 200 (20 FLS. CAPÍTULO II RUB.

DOS AGENTES DE CONTRATAÇÃO, DAS COMISSÕES DE CONTRATAÇÃO E DAS EQUIPES DE APOIO

Seção I

Dos Agentes de Contratação

- Art. 3º Os agentes de contratação serão designados pela autoridade competente do órgão ou da entidade, dentre os servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame, desde a fase preparatória até a homologação.
- § 1º Nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, as atividades descritas no caput deste artigo deverão ser exercidas por 1 (um) agente de contratação para a fase interna e por 1 (um) agente de contratação para a fase externa da licitação, salvo nas hipóteses em que a modalidade de licitação possuir disciplina própria sobre a matéria.
- § 2º O agente de contratação da fase interna será responsável pela fase preparatória.
- § 3º O agente de contratação da fase externa será responsável pelas fases de:
 - I divulgação do edital, no caso de licitação;
 - II apresentação de propostas e lances;
 - III julgamento:
 - IV habilitação;
 - V recurso.
- § 4º A critério da autoridade competente, o agente de contratação poderá ser designado:
- i para um procedimento específico, considerando a especialidade ou a complexidade do objeto da contratação;
- II para diversos procedimentos de contratações a serem realizadas, mediante identificação por períodos:
- determinado, admitidas sucessivas designações; ou
- b) indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.
- § 5º Na hipótese de vários servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública do Poder Executivo Municipal terem sido nominados como agentes de contratação, a escolha dar-se-á mediante rodízio, ressalvados os casos de designação em razão da especialidade ou da

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF; ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118 Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087





Trabalho e desenvolvimento

PROC 1403001 20 5 FLS. 029

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ N° 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ATOS REFERENTE À PESQUISA DE PREÇOS



Trabalho e desenvolvimento

RIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 030

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PESQUISA DE PREÇOS FONTE: OUTROS ORGÃOS



CONTRATO Nº 202397/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0126/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016 2022

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 202397/2023. QUE FAZEM ENTRE SI O(A) MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO MARANHÃO E A EMPRESA FRANCO E FRANCO LTDA - ME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO MARANHÃO, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Educação (órgão) contratante), com sede no(a) Praça da Matriz, 01 - Centro, na cidade de Altamira do Maranhão/Estado do Maranhão, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.077.966/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Sr.(a) ERDONALDO SOUSA RIBEIRO, portador do CPF n 437 893.153-20, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) V. R. FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.331.738/0001-67, sediada na Rua 4, Nº 500, Qd e Loja 17. Barc Center, Jardim Bela Vista - São Luís - MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Virgilio Rodrigues Franco Neto, brasileiro(a), portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 03334570700 DETRAN/MA e CPF MF nº 371.363.721-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 0126/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Codigo de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de purificadores de agua e refis, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edual.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Descrição do objeto:

ITEM DESCCRIÇÃO DO PRODUTO UND QNT V. V. TOTAL

Praça da Matriz, n.º 01 - Centro CEP. 65.310 - 000 - Altamira do Maranhão/MA





APARELHO DE TRAT. SUPER 1500 Aparelho de Agua Super 1500 Descrição do nem. O aparelho de filtragem Super 1500 possui dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes.		Called In	
Pré e Carbomax, fazendo com que reduza o cloro livre presente na agua pré-tratada. Reduz anda gosto e maii chetro provenientes da decomposição, mantendo o fluor que atua no combate a cárie. Material: Polipropileuo Estágio de filtragem. 2 (pre fitto e carvão). Tamanho/ Modelo: 20"			
REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pre- filtro de Polipropileno, que retom as partes sólidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras particulas Material - plástico			

2. 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com inicio na data de 01/06/2023 e encerramento em 31/12/2023, prorrugável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PRECO.

- O valor do presente Termo de Contrato é de RS 46.380,00 (Quarenta e seis mil trezentos e oitenta reais).
- 3.2. No valor acima estão incluidas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária propria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abatro.

ORGÃO: 02. Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0005 2067 - Funcionamento da Secretaria de Educação
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - FOUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO: 001 - RECURSOS ORDINÁRIOS

ORGÃO, 02. Poder Executivo
UNIDADE GESTORA: 23 MDE Manutenção e Desenvolvimento da Educação
PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0007 2050 Manutenção do Ensino Infantil
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA: 4.4 90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Praça da Matriz, n.º 01 - Centro CEP, 65 310 - 000 - Altamira do Maranhão/MA



FONTE DE RECURSO: 001 - RECURSOS ORDENÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO.

- O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.
- CLAUSULA SEXTA REAJUSTE.
- 6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- CLÁUSULA SÉTEMA GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
- 8. CLÁUSULA OITAVA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.
- 8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.
- 9. CLAÚSULA NONA FISCALIZAÇÃO.
- 9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.
- CLÁUSULA DÉCIMA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.
- 10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
 - 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
 - 11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do
 Edital.
 - 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA RESCISÃO.
 - 12.1.O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERA SER RESCINDIDO:

Praça da Matriz, n.º 01 - Centro



- 12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuizo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2.Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se a CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3.A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4.O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATORIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
 - 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e amda devidos:
 - 12.4.3. Indenizações e multas.
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA VEDAÇÕES.
- 13.1.É VEDADO À CONTRATADA:
 - 13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira:
 - 13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei
- 14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA ALTERAÇÕES.
- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8 666, de 1993.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acrescimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1.Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providencia: a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO.

17.1.É eleito o Foro da Comarca de Vitorino Freire MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, 82º da Lei nº 8,666/93.

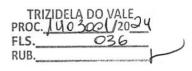
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Altamira do Maranhão - MA, 01 de Junho de 2023

ENDOÑALDO SOUSA RIBEIRO Secretário Municipal de Educação CONTRATANTE

V. R. FRANCO NETO LTD# CNPJ nº 02-331-738/0001-67 CONTRATADA

Praça da Matriz, n.º01 - Centro CEP: 65.310 - 000 - Altamira do Maranhão/MA





Å Empresa V. R. FRANCO NETO LTDA CNPJ n° 02.331.738/0001-67

Endereço: Rua 4, Nº 500. Qd e Loja 17. Barc Center, Jardim Bela Vista - São Luis -

MA

ORDEM DE FORMEGIMENTO

Prezado(a) Senhor(a).

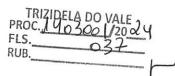
Pelo presente autorizo aquisição de purificadores de água e refis, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão/MA, do Processo Administrativo nº 0126/2022. Pregão Eletrônico nº 016/2022. conforme itens e quantidades apresentados na proposta de preços da empresa supra.

Attamira do Maranhão - MA, 01 de junho de 2023

ERDONÁLDO SOUSA RIBEIRO Secretário Municipal de Educação

RECEBIDO EM / /2023

V. R. FRANCO NETO LTDA CNPJ nº 02.331.738/0001-67





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO MARANHÃO/MA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ: 06.077.966/0001-03

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A Secretaria Municipal de Educação de Altamira do Maranhão, através do seu Secretário ERDONALDO SOUSA RIBEIRO, convoca o aignatario da Empresa V. R. FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.331.738/0001-67, sediada na Rua 4 Nº 500. Qd e Loja 17, Bare Center, Jardim Bela Vista — São Luis — MA, para assinatura do Contrato decorrente da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 016/2022, referente ao Registro de Preços para aquisição de purificadores de água e refis, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão/MA.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretara as sanções previstas em lei

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Altamira do Maranhão - MA, 31 de maio de 2023.

ERDONALDO SOUSA RIBEIRO

RECEBI EM

2023

V. R. FRANCO NETO LTDA CNPJ nº 02.331.738/8001-67



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - MDE CNPJ: 46.967.826/0001-25 Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

Proc. 2660 | 1202 | 3 FIS. 59

TRIZID	ELA DO VALE
PROC. JU	ELA DO VALE 2 4
FLS.	038
RUB.	-
	THE RESERVE THE PROPERTY OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED

TERMO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº 20230503/2023 Processo Administrativo nº 2006001/2023 Dispensa de Licitação nº 014/2023

> CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA, E A EMPRESA V R FRANCO NETO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE PEDREIRAS/MA, através da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, inscrita no CNPJ nº 46.967.826/0001-25, com sede na Av. Zeca Branco, nº 134, CEP: 65.725-000, Bairro: Mutirão - Pedreiras/MA, neste ato representado pelo Sr. David Winston Lira Ximenes, Secretário Municipal de Educação, portador do CPF nº 931.635.413-72, doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, a empresa V R FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 02.331.738/0001-67, sediada na R Trinta e Cinco 03 Quadra Vinte, Cohab Sacavem, São Luís - Ma, CEP: 65043-670, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua representante legal, Sr. Virgílio Rodrigues Franco Neto, portador do nº CPF 371.363.721-00, resolvem celebrar o presente contrato com base no Processo Administrativo nº 2006001/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 014/2023, fundamentado no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, além das demais legislações aplicáveis à espécie e, por fim, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção e limpeza com a reposição de peças dos bebedouros pertencentes as Escolas Municipais de Pedreiras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência do contrato terá início ha data de sua assinatura, extinguindo-se em 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Caberá a Contratante:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

 b) permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante para tratar de assuntos pertinentes aos serviços e produtos adquiridos;

e) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e produtos em desacordo com o contrato;

d) proceder ao pagamento do contrato dentro do prazo estabelecido;



Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

PED	REIRA	S/MA	****
Proc. 40	Kan	1/202	3
FLS.		60	and the second
Rub.			7

TRIZIDE	LA DO VALE.
PROC. 146	LA DO VALE
FLS	039
RUB.	-

 e) proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento do fornecimento dos serviços e produtos atestados.

f) aplicar as penalidades contratuais, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além dos casos comuns, implícitos ou expressos neste Contrato, nas especificações e nas leis aplicáveis à espécie, cabe exclusivamente à Contratada:

- a) manter preposto, aceito pela administração da Secretaria Municipal de Educação de Pedreiras – MA, durante todo o período de vigência da licitação, para representá-lo sempre que for necessário;
- b) informar ao Diretor do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pedreiras
 MA, ou ao seu substituto eventual, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;
- e) cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
- f) comunicar à fiscalização do contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à aquisição dos serviços e produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- g) não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Secretaria Municipal de Educação de Pedreiras MA.
- h) substituição de todo e qualquer material que for entregue impróprio, danificado, ou em desacordo com o exigido;
- i) entregar os serviços e produtos nos prazos, condições e local indicado, sujeitando-se no que couber as Leis do consumidor;
- j) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Secretaria Municipal de Educação de Pedreiras MA.
- I) a contratada será responsável pela idonéidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos.

CLÁUSULA QUINTA- VALOR DO CONTRATO:

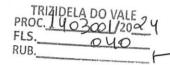
Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), conforme planilha abaixo:

1. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES



Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br





TTEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
teres.	Manutenção e limpeza de bebedouros (Escola de Educação Infantil jardim de Infância Fatima Roma e Jardim de Infância Branca de Neve	SERV.	06	R\$ 840,00	R\$ 5.040,00
2	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax.	UNID.	06	RS 1.840,00	R\$ 7.360,00

CLÁUSULA SEXTA - PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os respectivos preços unitários, constantes na cláusula quinta deste Contrato, creditada nos seguintes dados bancários:

Banco do Brasil; Agência: 5716-9, Conta Corrente: 7.904-9, Titular: FRANCO E FRANCO LTDA.

- 6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- 6.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.7. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



	PEDREIRAS/MA
Proc.	200001 1202 3
FLS.	04
Rub.	

Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

PROC. J. Q	0300 VALE 24
FLS.	041
RUB.	

- 6.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 6.9. Previamente à emissão de nota de empenho e ao pagamento, a Administração Pública deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licítação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 6.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.12. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 6.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrera à rejenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.16. Nos casos de eventuais atrasos de pugamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



PEDREIRASIMA
Proc. 200001 1202 5
FLS. 63
Rub. L

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - MDE CNPJ: 46.967.826/0001-25

Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

TRIZ	IDELA DO VALE
PROC	1DELA DO VALE 24
FLS	(049)
RUB	+

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assîm apurado:

I = (TX) I = (6/100) 1 = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SÉTIMA - FORMA DE FORNECIMENTO, ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS, PRODUTOS E FISCALIZAÇÃO:

- 7.1. A forma de fornecimento dos serviços e produtos, será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Pedreiras MA, em 01 (uma) via, devendo conter no verso carimbo em alto relevo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados:
- a) cliente;
- b) informar a quantidade dos serviços e produtos;
- c) informar o valor referente a cada produto;
- d) informar a data do fornecimento dos serviços e produtos;
- e) assinatura do funcionário da empresa;
- f) assinatura e carimbo do Diretor do Departamento de Compras.
- 7.2. Os serviços e produtos deverão ser entregues de forma parcelada de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, no seu endereço ou em outro local previamente determinado pela mesma, mediante Ordem de Fornecimento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.3. No ato da entrega dos serviços e produtos, as Notas Fiscais devem conter as quantidades e especificações de todos os itens fornecidos.
- 7.4. O transporte dos serviços e produtos e produtos deverá ser feito em veículo adequado que garanta a qualidade e integridade dos mesmos, sendo todos entregues em perfeito estado.
- 7.5. A aceitação dos serviços e produtos ocorrerá conforme prevê o inciso II, artigo 73, da Lei 8.666/93.
- 7.6. O cumprimento das obrigações constantes—da—licitação será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Gestor de Contratos da Secretaria Municipal de Educação de Pedreiras MA, ou, em seus impedimentos legais, por seu substituto eventual, representando a Prefeitura Municipal de Pedreiras MA.



Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

PED	REIRAS/MA
Proc. 20	0601/1 1202 3
FLS.	64
Rub.	7

TRIZID	ELA DO VALE 24
PROC.	03001/2020
FLS.	043
RUB	

7.7. O representante da Secretaria Municipal de Educação de Pedreiras – MA, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos serviços e produtos, objeto deste Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE:

A CONTRATADA é responsável por danos causados por si e por seus empregados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração Pública. É também de responsabilidade da Contratada o cumprimento dos prazos estipulados para envio das informações em cada caso.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstâncias supervenientes, nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES:

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 10.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceilar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade yla proposta;
- 10.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 10.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 10.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.5. Não mantiver a propøsta;
- 10.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo
- 10.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega dos serviços e produtos, objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração Pública, à multa moratória de





Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

TRIZID	03001/2004
PROC. 1 4	030011200
FLS.	049
RUB.	

0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

- 10.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.
- 10.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração Pública poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:
- a) Advertência por escrito;
- Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pedreiras/MA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela da Prefeitura Municipal de Pedreiras /MA, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 02 (dois) anos:
- e) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.
- 10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração Pública reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
- 10.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Municipio de Pedreiras /MA as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 10.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO Os liditantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.6.1. PARA OS PROPÓSÍTOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTES PRÁTICAS:

 a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;



Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

Proc. 20000/1202_3 FLS. 66 Rub. L

TRIZII	DELA DO VALE -
PROC. J	DELA DO VALE 24
FLS.	045
RUB.	

 PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

 e) PRÁTICA CONLUIADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

A ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, inclusive o não cumprimento das obrigações assumidas no presente termo, autorizam, desde já, a CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à próvia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, além das demais sanções administrativas cabiveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo dos serviços e produtos não entregue, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados, cuja cobrança se fará administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO:

A CONTRATANTE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei, sendo que a rescisão por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA será processada na forma prevista na cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO: A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial.



Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

	PEDREIRAS/MA
Proc.	200 / 1202 2
FLS.	67
Rub	1

TRIZID	ELA DO VALEO
PROC. JU	03001 12024
FLS.	046
RUB.	0.10
PROPERTY AND ADDRESS.	

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO UNILATERAL PELA CONTRATADA:

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória, a impossibilidade de a CONTRATADA suspender a entrega dos serviços e produtos em virtude de inadimplência no pagamento pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração Pública, de forma a não prejudicar a continuidade das entregas, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Maranhão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se permitida a subcontratação pela Contratante, sempre de no máximo de 40% e desde que não recaia sob o objeto da qualificação técnica, ficarão solidariamente responsáveis o Contratado e Subcontratado por todos os direitos e obrigações que do contrato advierem e deverão atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, que não comportarem cobrança amigável, serão cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários advocatícios, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORGAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desse processo correrão á conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Educação, cujos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho, conforme especificados abaixo:



Site: https://www.pedreiras.ma.gov.br

PED	REIRAS/MA
Proc. 200	1600 1/202 3
FLS.	68
Rub.	<u> </u>

PROC. JY	ELA DO VALE 0300 1/20 24
FLS.	047
RUB.	+

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0220 Manutenção e Desenv. do Ensino - MDE

PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0008 2.106 Gestão do SAE - Ensino infantil creches CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0220 Manutenção e Deseny, do Ensino - MDE

PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0008 2.107 Gestão do SAE - Ensino infantíl pré-escola CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Outros serv, de terc, pessoa jurídica

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0220 Manutenção e Desenv. do Ensino - MDE

PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0008 2.106 Gestão do SAE - Ensino infantil creches

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3,3,90,30,00 Material de Consumo

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0220 Manutenção e Desenv. do Ensino - MDE

PROJETO/ATIVIDADE: 12 365 0008 2.107 Gestão do SAE - Ensino infantil pré-escola

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3,3,90,30,00 Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Pedreiras - MA, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento, em 01 (uma) via de forma e teor, depois de lido e achado conforme.

Pedreiras/MA, 06 de julho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRAS-MA
DAVID WINSTON LIRA XIMENES
Secretário Municipal de Educação
CONTRATANTE

V R FRANÇONETO LTDA CNPJ Nº 02.331.738/0001-67

CONTRATADO



PROC. JUG SOO VALE

1574



Inchello c deservationel

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE ESTADO DO MARANHÃO

EUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB CNPJ Nº 31.907.632/0001-67

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0205001-2/2023/DUFUNDEB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1704005/2023

EMPRESA V R FRANCO NETO L'IDA: BASICA/FUNDEB, E OAQAOUG3 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PUNDO DO INTERMEDIO DE TRIZIDELA DO VALE (MA), POR QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS,

as condições seguintes: legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e Dispensa de Licitação nº 042/2023, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1704005/2023, e o resultado final da pelo Senhor Virgilio Rodrigues Franco Neto, inscrito sob o CPF Nº 371.363.721-00, tendo Vista, São Luis/MA, CEP: 65.072-743., denominada CONTRATADA, neste ato representado 02.331.738/0001-67, com sede Rua 04, QD E Loja 17, Barc Center, nº 500, Jardim Bela CONTRATANTE, e a empresa V R FRANCO NETO LIDA, inscrita no CNPJ sob Nº atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente nomesdo pela Portaria nº 01/2021-GP, de 04/01/2021, e em conformidade com as 67, neste alo representado pela Secretária de Educação a Sra. Maria Sónia Silva Abreu, Carlos Melo, nº 1670, Aeroporto, nesta cidade, inscrito no CMPJ sob o nº 37.907.632/0001-DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, com sede na Av. Depulado O Municipio de Trizideia do Vale, por intermédio do FUNDO DE MANUTENÇÃO E

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Administração Pública. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de interesse desta de tratamento de água para stender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E Contratação de empresa para aquisição e instalação de elementos filitrantes e aparelhos

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO DO OBJETO

comercial encaminhada em 24/04/2023, a qual integra o presente contrato para todos os A execução dos objetos contratados se fará de acordo com as disposições da proposta

CEP: 65,727-000-5ite: www.trizideladovale.ma.Rov.bz Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trisideia do Vale-Maranhão





Trabalho e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 31.907,632/0001-67

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1700057022

TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1 403001 /2024

RUB.

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato será a partir de 02/05/2023, até 31/12/2023, perfazendo 07 (sete) meses, podendo ser alterado, se for de interesse das partes, através de Termo Aditivo.

4. CLÁUSULA, QUARTA: DO VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente Contrato é de R\$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reals), conforme descriminado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UND R\$	VALOR TOTAL RS
01	ELEMENTO FILTRANTE PP E CARVÃO SUPER	UND	15	420,00	6.300,00
02	APARELHO DE TRATAMENTO DE ÁGUA SUPER 1500	UND	06	1.800,00	10.800,00
-	Total				17.100,00

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- a. O prazo para o pagamento será de 10 (dez) días, contados a partir da data da apresentação da Vota Fiscal/Fatura pela Contratada.
- Os pagamentos decorrentes de despesas cujos os valores não ultrapassem o montante de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias uteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei n° 8.666, de 1993.
- b. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
- O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumida.
- c. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou , aínda, circunstancia que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- d. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line, quando possível, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão GEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



Veg



Trabalho e desenvolvimento

PROC. 1704605/2021

TRIZIDELA DO VALE PROC. J. 40300 1/2020 FLS. 050 RUB.

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

Contratada devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

- Eventual situação de irregularidade fiscal da Contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providencias tendentes ao secionamento da empresa e rescisão contratual.
- e. Quanto o pagamento, será efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.
- i. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- f. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancaria de Credito, mediante deposito em conta corrente nº 7.904-9, na agencia nº 5716-9 – BANCO DO BRASIL, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- g. Será considerada a data do pagamento em que constar como emitida a ordem bancaria para pagamento.
- h. A Contratante n\u00e3o se responsabilizar\u00e1 por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratante, que porventura n\u00e3o tenha sido abordada no contrato.
- i. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte formula:

EM = I x N x VP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

i = 0.00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizídela do Vale-Maranhão

CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

M

Y

TO A SULLIER SHOUSELES

Trabalho e desenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

101-00

203

N = N úmero de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

- B DI Allein A DOWN
 - As despesas decomes de contra de recontra de recontra
- 7. CLÁUSULA SETIMA: DA FISCALIZAÇÃO

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

FUNCÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 - Encino Fundamental

PROJETO/ATIVIDAD

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA: 3.3.50.50.00 - iviaterial de Consumo

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos 30%

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 - Aquisição de Equipamentos e Materiais

Permanentes para Ensino Fundamental

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamento e malerial permanente FONTE DE RECURSO: 154200000 - Transt. do FUNDEB 30% - Comp. União-VAAT

A fiscalização da execução dos serviços/assinatura será feita por servidor da CONTRATANTE, formalmente designado, a quem incumbira à pratica de todos e qualsquer atos práctico de constante de la constante de const

PARAGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer explicações, esclarecimentos e comunicações de que necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARAGRAFOS SEGUNDO: A atuação fiscalizadora em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao serviço/assinatura dos contratados, á sua execução e ás consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE, ou perante terceiros do mesmo.

Endereço: Av. Daputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto Arrizidesa do vase-maramao CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

MD

4

PROC. 1403001 1202 U

FLS.

RUB.

TRIZID PROC. J 9	0300 1/2024
FLS.	052
RUB.	}

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

que a a ocorrência de aventrais irro- de la

prepostos.

8. CLÁUSILA D

- Prestar o esclarecimento que forem solicitados pela Administração da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA;
- Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Administração, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.
- 8.3 Nan realizar subcontratora- fat-

Com.

8.4. Na

bem como supcontratar quarquer das prestações a que está obrigada, sem previo consentimento do CONTRATANTE. No caso de subcontratação, fica limitada a mão-de-obra de instalação e manutenção;

- 8.5. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico e suas propostas assumida com exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainde:
- 8.6. Manter, durante toda a execução do contrato em companionado obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.7. Reparar e/ou substituir equipamentos, que estiverem na garantia no prazo de 12(doze) horas contadas a partir do recebimento da reclamação do CONTRATADO pela CONTRATANTE, eventuais falhas que porventura venham a ocorrer na execução do serviço, ou no caso da impossibilidade da regularização dos serviços neste prazo, manifestar-se justificando as causas da falha de atendimento à solicitação de conserto e estipulando prazo para a normalização dos serviços;
- 8.8. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observando es normas legais, os regulamentos aplicáveis, e as recomendações aceitas pela boa técnica;
- Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- 8.10. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante;
- 8.11. Comunicar ao responsável pela fiscalização, no endereço indicado pela CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Balrro Aeroporto - Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

m

Visit in

5

TRIZID PROC.	ELA DO YALE 2 4
FLS.	053
RUB.	

FUNDO DE MAN

9. CLAUCUL

- 9.1. Prestar as informacy solicitados pelo representante da CONTRATADA.
- 9.2. Permitir o acesso de técnicos da CONTRATADA aos locais de instalação dos circuitos contratados, a fim de poderem realizar as instalações ou manutenções necessárias ao funcionamento dos serviços contratados;
- 9.3. Acompanhar e fiscalizar, a execução dos serviços;
- 9.4. Propiciar todas as condições para que a mão de obra possa desempenha trabalhos:
- 9.5. Comunicar a CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços;
- Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento das condições estabelecidas no Projeto.
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento.
- 9.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 9.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo e a proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou cerrigido.
- 9.11. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto.
- 9.13. A Secretaria não respondera por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de Ato Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

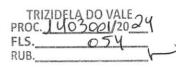
10. CLÁUSULA DÉCIMA: PENALIDADES

O não cumprimento, por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 8,866/93, arts. 86 e 88.

Endereço: Av. Deputado Carlos Meio, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: <u>www.trizideladovale.ma.gov.br</u>



WA



CAPJA DIE

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

PARAGRAFO PRIMEIRO: São as seguintes sanções administrativas que poderão ser aplicadas à CONTRATADA;

- Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste contrato, ficará a CONTRATADA sujeita ás seguintes penalidades, previstas no art.87 e seguintes da Lei nº 8.666/93:
- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil, em caso de atraso na entrega/disponibilização do objeto contratado, elevando-se para 2% (dois por cento) se o atraso for de 30 (trinta dias, e para 4% (quatro por cento) se o atraso for alé 60 (sessenta) dias;
- Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato; c.1) pela recusa de assina-lo;
- d) Pela não entrega/disponibilização do objeto contratado nos prazos fixados;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e em contratar com a Administração CONTRATANTE, por prazo de 06 (seis meses) a 2 (dois) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração CONTRATANTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, na forma do inciso IV do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

PARAGRAFO SEGUNDO: As sanções previstas nos itens e alíneas acima serão aplicadas individualmente, podendo ser cumuladas com a pena de multa, cujo valor deverá ser recolhido a favor da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias uteis, a contar da notificação escrita, podendo a CONTRATANTE desconta-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobra-los executivamente em julzo, caso não obtenha êxito na cobrança extrajudicial.

11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: DA RECISÃO DO CONTRATO

O não cumprimento do contrato de qualquer clausula deste contrato poderá importar em sua rescisão administrativa, a critério da CONTRATANTE, ficando estabelecido que este contrato pode ser considerado rescindido independente de clausula expressa ou de qualquer interpretação judicial, em hipótesé das hipóteses enumeradas nos incisos I a

Endereço: Av. Deputado Carlos Meio, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-008- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br







TRIZIDELA DO VALE PROC.J403001/2024 FLS. 055 RUB.

FUNDO DE MANUTENÇÃO L. ..

XII e XVII da ---- 70

O presente contrato não podera sur u parte.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força da circunstancia superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CONTRATANTE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada, no s termos da clausula décima.

PARÁGRAFGO ÚNICO – A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operação seus efeitos a partir da publicação do ato no Jornal Oficial.

15, CLÁSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Termo de Contrato até o 5° (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em extrato, no respectivo Diário Oficial.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

m

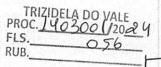
VIIA



Trabalho e dezenvolvimento

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ № 31.907.632/0001-67

PROC 17010012021 PROC 17010012021 PLS 3943



FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

Fica eleito o Foro da Cidade de Pedreiras/MA, para dirimir quaisquer dúvidas ou litigios decorrentes do presente Contrato. E, por estarem as partes acordadas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Município de Trizidela do Vale (MA), 02 de maio de 2023.

Maria Sônia Silva Abreu Secretária Municipal de Educação CPF: 449.499.953-91 Portaria nº 01/2021-GP Pela CONTRATANTE

V R FRANCO NETO LTDA CNPJ sob № 02,331,738/0001-67 Virgilio Rodrigues Franco Neto CPF № 371,363,721-00 Pela CONTRATADA

<u>d</u>

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: <u>www.trizideladovale.ma.gov.br</u>

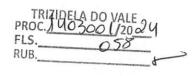


Trabalko e desenvolvemento

PROC. 1403001/2024
FLS. 05+

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PESQUISA DE PREÇOS FONTE: FORNECEDORES





TEIXEIRA DE FREITAS/BA, 20 de março de 2024.

COTAÇÃO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA
CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

Prezados,

Conforme solicitado, segue proposta para atender a necessidade da Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UND RS	VALOR TOTAL RS
01	BEBEDOURO INDUSTRIAL/ 10 TORNEIRAS/ FIBRA – 220V Cor: vermelha Garantia: 12 meses	UND	OI	9.150,00	9.150,00
-	Total				9.150,00

Valor total R\$ 9.150,00 (Nove mil, cento e cinquenta reais)

Validade da proposta de 30 dias.

AGUA CONQUISTA LTDA

Cnpj 21.633.232/0001-57

Pablo Souza Pereira

AV. Presidente Getulio Vargas, 4048 – 1 andar, Centro Teixeira de Freitas/Ba



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIZIDELA	DO VALE
FLS.	259
RUB.	8

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.633.232/0001-57 MATRIZ	COMPROVANTE DE I	INSCRIÇÃO E DE SI DASTRAL		ATA DE ABERTURA 7/01/2015	
NOME EMPRESARIAL AGUA CONQUISTA	LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIA AGUA CONQUISTA	IENTO (NOME DE FANTASIA)				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO D 47.53-9-00 - Comérc	A ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL cio varejista especializado de eletrod	omésticos e equipament	os de áudio e v	vídeo	
43.22-3-02 - Instalad 43.30-4-04 - Serviço 47.29-6-99 - Coméri especificados ante 47.59-8-99 - Coméri 47.72-5-00 - Coméri 77.29-2-02 - Alugue 81.29-0-00 - Ativida 82.11-3-00 - Serviço 82.20-2-00 - Ativida 95.21-5-00 - Repara 95.29-1-99 - Repara anteriormente	cio varejista de outros artigos de uso cio varejista de cosméticos, produtos I de móveis, utensílios e aparelhos d des de limpeza não especificadas an des paisagísticas os combinados de escritório e apolo a des de teleatendimento ação e manutenção de equipamentos ção e manutenção de outros objetos	ais de ar condicionado, de sem geral ou especializa o pessoal e doméstico não de perfumaria e de higide uso doméstico e pessoal e informente administrativo eletroeletrônicos de uso	e ventilação e do em produto o especificado ene pessoal val; instrument	refrigeração os alimentícios os anteriorment tos musicais	não e
LOGRADOURO AV PRESIDENTE G			OMPLEMENTO ALA 106		
CEP 45.985-200	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO TEIXEIRA DE FR	EITAS		UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO MS-CONTABIL1@H		TELEFONE (73) 9929-9602/ (73) 8801-3077		
ENTE FEDERATIVO RESI	PONSÁVEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DA SITUAÇÃO CADA 1/2015	ASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO O	ADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA	DA SITUAÇÃO ESPE	ECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/03/2024 às 09:42:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Purificadores e Filtros

CNPJ: 16.568-211/0001-65

São Luís, 20/ 03/ 2024 Validade da proposta: 10 días

A/C: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ: CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

TRIZID	ELA DO VALE .
PROC.	ELA DO VALE 103001/2024
FLS.	060
RUB	

ORÇAMENTO

Quant.	Descrição	Valor unitário	Valo total
01	Bebebdouro industrial infantil 10 torneira de fibra – cor vermelha e prata Tensão 220 w, 1 ano de garantia	R\$ 9.450,00	R\$ 9.450,00
	R\$ 9.450,00		



CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Transferencia bancaria

ESPACO ÁGUA PURIFICADORES E FILTROS EIRELI CNPJ:16.568.211/0001-65 IE:12.391.034/0

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024 FLS. 061 RUB.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

	REPÚBLICA FEDI	ERATIVA DO BRA	SIL		
	CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.568.211/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE IN	ISCRIÇÃO E DE SITUAÇ DASTRAL	AO DATA DE ABERTURA 24/07/2012		
NOME EMPRESARIAL ESPACO AGUA PURIF	FICADORES E FILTROS LTDA				
TITULO DO ESTABELECIMEN ESPACO AGUA	ITO (NOME DE FANTASIA)		PORTE		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA A 47.59-8-99 - Comércio (Dispensada *)	TIVIDADE ECONÓNICA PRINCIPAL varejista de outros artigos de uso p	essoal e doméstico não espe	cificados anteriormente		
47.29-6-99 - Comércic especificados anterio 47.42-3-00 - Comércic 47.44-0-93 - Comércic 47.44-0-99 - Comércic 47.53-9-00 - Comércic 47.53-9-00 - Comércic 47.53-9-00 - Comércic doméstico, exceto in 47.61-0-01 - Comércic 47.63-6-02 - Comércic 47.63-6-02 - Comércic 47.83-0-99 - Aluguel o operador	o de outros equipamentos não espe- varejista de produtos alimentícios e remente (Dispensada *) varejista de material elétrico (Dispe varejista de materials hidráulicos (por a la companio de materials de construção varejista de materials de construção varejista de movels (Dispensada *) varejista de movels (Dispensada *) varejista de sepecializado de peças e formática e comunicação (Dispensada *) varejista de artigos esportivos (Dis varejista de cosméticos, produtos so varejista de cosméticos, produtos não es le outras máquinas e equipamentos e le outras máquinas e equipamentos e los e manutenção de equipamentos e los e manutenção de outros objetos e nsada *)	em geral ou especializado em insada ") lispensada ") o em geral (Dispensada ") mésticos e equipamentos de acessórios para aparelhos ele ia ") pensada ") de perfumaria e de higiene pe specificados anteriormente comerciais e industriais não eletroeletrônicos de uso pesas	áudio e vídeo (Dispensada *) stroeletrônicos para uso ssoal (Dispensada *) especificados anteriormente, sem		
CODIGO E DESCRIÇÃO DA 1 206-2 - Sociedade Em	natureza juribica npresária Limitada				
LOGRADOURO AV JOAO PESSOA - I	P.2, A	NUMERO COMPLEM	MENTO		
CEP 65.040-003	BAIRRO/DISTRITO TUNEL DO SACAVEM	MUNICIPIO SAO LUIS	UF MA		
ENDEREÇO ELETRÓNICO MONTETUDO@GMAI	LCOM	(98) 8331-0233			
ENTE FEDERATIVO RESPON	NSAVEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/07/2012		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CAS	DASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL		

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende sos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

₩ CONDIÇÕES DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO

CONSULTAR QSA

(72

S VOLTAR A IMPRIMIR

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>.

TRIZIDELA DO VALE PROC. J 40300 1/2024 FLS. 062 RUB.

Passo a passo para o CNPJ

Consultas CNPJ

Estatísticas

Parceiros

Serviços CNPJ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

TRIZIE PROC. I C	DELA DO VALE 10300 1/20 2 U
FLS	063
RUB	

3 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

VR FRANCO NETO

CNPJ: 02.331.738/0001-67 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 122377982 RUA J, NÚMERO 2 BAIRRO: MARANHÃO NOVO - SÂO LUIS- MA

ORÇAMENTO

20 DE Marco DE 2024

DADOS CLIENTE:

CLIENTE: PREFEITURA DE TRIZIDELA DO VALE (COMISSAO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

CNPJ: 01.558.070/0001-22

PRODUTO

UNID X PREÇO

Bebedouro (Ifantil 10 torneiras)

01X8.700,00

VALOR TOTAL: 8.700,00

OBSRVAÇÕES:

bebedouro infantil de 10 torneiras de fibra de 220W da cor prata com vermelho



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

TRIZIDELA DO VALE 24 PROC. 1403 00 1/2024 FLS. 065

		INSCRIÇÃO E D ADASTRAL	E SITUAÇÃO	26/01/1998	
NOME EMPRESARIAL V R FRANCO NETO LTI	DA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENT					PORTE ME
/ F REPRESENTACOE	5				1016
código e descrição da ati 17.59-8-99 - Comércio	IVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL varejista de outros artigos de us	so pessoal e doméstic	co não especifica	idos anteriorme	ente
46.42-7-02 - Comércio a 46.83-4-00 - Comércio a 47.12-1-00 - Comércio a 47.12-6-99 - Comércio a especificados anterion 47.53-9-00 - Comércio a 47.54-7-01 - Comércio a 47.57-1-00 - Comércio a 47.59-0-05 - Comércio a 47.89-0-05 - Comércio a	varejista de produtos alimentíci mente varejista especializado de eletro varejista de móvels varejista especializado de peças vamática e comunicação varejista de produtos saneantes	ios para uso profissio ilas, adubos, fertilizar ral, com predominand os em geral ou espec odomésticos e equipa s e acessórios para a	tes e corretivos ia de produtos a ializado em prod mentos de áudio	do solo limentícios - mi utos alimentício e vídeo	os não
77 20-2-02 - Aluquel de	móveis, utensílios e aparelhos e manutenção de equipamento	de uso doméstico e os eletroeletrônicos d	pessoal; instrum e uso pessoal e o	entos musicais doméstico	
77,29-2-02 - Aluguel de 95,21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA	móveis, utensílios e aparelhos e manutenção de equipamento	de uso doméstico e pos eletroeletrônicos d	pessoal; instrum e uso pessoal e d	entos musicais Ioméstico	
77.29-2-02 - Aluguel de 95.21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Emp LOGRADOURO	e móveis, utensílios e aparelhos o e manutenção de equipamento ATUREZA JURÍDICA oresária Limitada	de uso doméstico e pos eletroeletrônicos d NÚMERO 02	complemento QUADRA02	entos musicais doméstico	
77,29-2-02 - Aluguel de 95,21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Emp	e móveis, utensílios e aparelhos o e manutenção de equipamento ATUREZA JURÍDICA oresária Limitada	os eletroeletrônicos d	complemento	entos musicais doméstico	UF MA
77.29-2-02 - Aluguel de 95.21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Emp LOGRADOURO R J / RUA CECILIA ME	e móveis, utensílios e aparelhos e manutenção de equipamento ATUREZA JURÍDICA presária Limitada IRELES BAIRRO/DISTRITO MARANHAO NOVO	NÚMERO 02 MUNICIPIO	COMPLEMENTO QUADRA02	entos musicaís doméstico	UF
77.29-2-02 - Aluguel de 95.21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Emp LOGRADOURO R J / RUA CECILIA ME CEP 65.061-430 ENDEREÇO ELETRÔNICO	e móveis, utensílios e aparelhos o e manutenção de equipamento ATUREZA JURÍDICA oresária Limitada IRELES BAIRRO/DISTRITO MARANHAO NOVO COM	NÚMERO 02 MUNICIPIO SAO LUIS	COMPLEMENTO QUADRA02	entos musicaís doméstico	UF
77.29-2-02 - Aluguel de 95.21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Emp LOGRADOURO R J / RUA CECILIA ME CEP 65.061-430 ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTASWAS@GMAIL	e móveis, utensílios e aparelhos o e manutenção de equipamento ATUREZA JURÍDICA oresária Limitada IRELES BAIRRO/DISTRITO MARANHAO NOVO COM	NÚMERO 02 MUNICIPIO SAO LUIS	COMPLEMENTO QUADRA02	entos musicaís doméstico ATA DA SITUAÇÃO C 3/11/2005	UF MA
77.29-2-02 - Aluguel de 95.21-5-00 - Reparação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Employa COMPANA CECILIA MEI CEP 65.061-430 ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTASWAS@GMAIL ENTE FEDERATIVO RESPONS******	e móveis, utensílios e aparelhos o e manutenção de equipamento ATUREZA JURIDICA presária Limitada IRELES BAIRRO/DISTRITO MARANHAO NOVO COM	NÚMERO 02 MUNICIPIO SAO LUIS	COMPLEMENTO QUADRA02	ATA DA SITUAÇÃO C	UF MA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/03/2024 às 09:47:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. 066
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais, e em conformidade Decreto Municipal nº 02/2023-GP, de 16/01/2023.

- 1. OBJETO: Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA
- 2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 18 A 20/03/2024.
- 3. METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio da MEDIA.
- 4. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando o seguinte parâmetro, observado o art. 6º do Decreto Municipal nº 02/2023-GP, de 16/01/2023:

 II – contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive, quando se tratar de composição de preço por custos unitários, na seguinte;

IV – pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e -mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

ordem de prioridade:5. ANÁLISE DA PESQUISA

Considerando o art. 6º do Decreto Municipal 2/2023 foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de no mínimo três preços.

Tendo sido priorizado o inciso I do referido Decreto Municipal citado acima, como fonte de consulta chegou-se ao:

Preço de Referência

R\$ 55.640,00

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Por fim, declaro que todos os preços informados se referem a materiais que atendem à descrição exigida em todas as especificidades do item orçado para compor o Mapa Comparativo de Preços,

Endereço: Av. Deputado Carlos Meio, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. 067
RUB______

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

são verídicas e estão de acordo com a realidade do mercado e me responsabilizo por tal informação.

7. ANEXOS

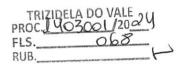
A documentação comprobatória das pesquisas de preços coletadas integra este processo como documento anexo. Estas informações subsidiaram a elaboração do Mapa de Preços no qual constam as médias das cotações de preços para o estabelecimento dos valores unitários dos itens a serem licitados.

Trizidela do Vale - MA, 20 de março de 2024.

Natália Santos Dias Vieira Chefe do Setor de Compras. Portaria nº 43/2021 – GP







ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS FONTE: OUTROS ORGÃOS FORNECEDORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL RS
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras	1	UNID	9100	9.100,00
2	REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Polipropileno, que retém as partes sólidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras partículas Material - plástico	5	UNID	380	1,900,00
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax	6	UNID	1.840	11.040,00
4	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500	20	UNID	840	16.800,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500	20	UNID	840	16.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					55.640,00

Trizidela do Vale - MA, 20 de março de 2024.

Natália Santos Dias Vieira Chefe do Setor de Compras. Portaria nº 43/2021 – GP





Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 069

RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ N° 31.907.632/0001-67
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA/FUNDEB

MEMORANDO SOLICITANDO PREVISÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DECLARAÇÃO DE IMPACTO

Ao Sr. José Willian da Silva Figueredo MD Contador Nesta

Assunto: Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

Prezado Contador,

Pelo presente, solicito a esse setor contábil que conforme a previsão de dotação orçamentária e Declaração de Impacto para ocorrer à despesa referente à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, no valor total estimado de R\$ 55.640,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), de interesse desta secretaria.

Tendo como valor estimado de aquisição de aparelhos: R\$ 22.040,00 Tendo como valor estimado de serviços: R\$ 33.600,00

Trizidela do Vale (MA), 21 de março de 2024.

Maria Sonia Silva Abreu
Secretária Municipal de Educação
CPF: 449.499.953-91
Portaria nº 01/2021-GP



TRIZIDELA DO VALE PROC. 140301/2024 FLS. 0+0

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

DECLARAÇÃO DE DOTAÇÃO E ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Declaração, conforme o inciso I e 1º artigo 16 da lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 200 - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orçamentaria Anual nº 502/2023 de 13 de Dezembro de 2023, a Dotação e Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro da contratação pretendida sobre a previsão de despesas para o exercício de 2023 em que ocorrerá a despesa de licitação, tendo como objeto a contratação de empresa para aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de agua e manutenção e instalação de elementos filtrantes do município de Trizidela do Vale, para atender as necessidades do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no valor total estimado de R\$ 55.640,00, do Município de Trizidela do Vale – MA, conforme o desdobramento orçamentário abaixo:

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%

CLASIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 Material de Consumo

Saldo da Dotação: 128.948,42

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos

Origem dos Recursos: Despesa fixada Valor da Despesa: R\$ 33.600,00

Orçamento Municipal: R\$ 171.947.800.00

Impacto Orçamentário: 0.02

Orçamento do Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação: R\$ 56.118.200,00

Impacto Orçamentário: 0,06

Conforme análise verificou-se que o percentual de comprometimento orçamentário financeiro é de 0,02% do Orçamento Municipal e sobre o Orçamento da Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação Corresponde a 0,06%.

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 – Aquisição de Equipamento e Materiais.

CLASIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente

Saldo da Dotação: 440.000,00

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF

Origem dos Recursos: Despesa fixada Valor da Despesa: R\$ 22.040,00

Orçamento Municipal: R\$ 171.947.800,00

Impacto Orçamentário: 0,01

Orçamento do Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação: R\$ 56.118.200,00

Impacto Orçamentário: 0,04





TRIZIDELA DO VALE PROC. 140301/20 24
FLS. OT 1
RUB.

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

Conforme análise verificou-se que o percentual de comprometimento orçamentário financeiro é de 0,01% do Orçamento Municipal e sobre o Orçamento da Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação Corresponde a 0,04%.

Declaramos que a referida despesa não causará impacto orçamentário nos dois exercícios subsequentes.

SETOR CONTÁBIL DE TRIZIDELA DO VALE – MA, EM 21 DE MARÇO DE 2024.

Atenciosamente,

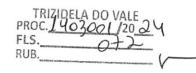
Jose William de Silva Figueredo

Contador do Município CRC-MA: 014809/O-2









ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

DESPACHO DE DOTAÇÃO

Em, 21 de Março de 2024.

Em resposta à solicitação de vossa senhoria, temos a informar que a Dotação Orçamentária para execução da despesa conforme abaixo:

I. Classificação Orçamentária

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof.

Educação

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB

30%

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Material de Consumo

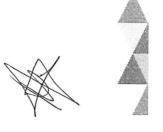
FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB -

Impostos

VALOR: R\$ 33.600,00

() Valor reforçado mediante abertura de crédito suplementar

(X) Valor não reforçado







TRIZIDELA DO VALE PROC. J 40300 1/20 2 4 FLS. 273 RUB.

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 01.558.070/0001-22

ORGÃO: 02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof.

Educação

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 - Aquisição de Equipamento e Materias

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e matérias

permanente

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple.

União - VAAF

VALOR: R\$ 22.040,00

() Valor reforçado mediante abertura de crédito suplementar

(X) Valor não reforçado

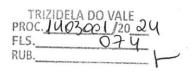
Sem mais, para o momento, desde já agradecemos e subscrevemo-nos.

Atenciosamente

Jose Willian da Silva Figueredo

DE TRIZIQUELA DO VALE

Contador do Município CRC-MA: 014809/0-2





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22 END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000 TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 207/2021-GP.

De 01 de março de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – JOSÉ WILLIAN DA SILVA FIGUEREDO portador do CFF nº 611.014.913-61, para o Cargo Contador do Município, observadas as competências constantes das leis de estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 01 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE MARÇO DE 2021.

Deibson Pereira Freitus Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE



EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 883 de 4 de Março de 2021

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - Exoneração : 13/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, na conformidade do art. 66, incisos VI e IX, Art. 38, II, a, da Lei Orgânica do Município. Art. 1º - Fica exonerada a nomeação da Servidora - ERICA FERNANDA DA LUZ ARAÚJO, do cargo de Contadora do Município de Trizidela do Vale/MA. PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE MARÇO DE 2021. Deibson Pereira Freitas

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS nomeação: 207/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE -ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - JOSÉ WILLIAN DA SILVA FIGUEREDO portador do CPF nº 611.014.913-61, para o Cargo Contador do Município, observadas as competências constantes das leis de estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 01 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE MARÇO DE 2021.

Delbson Pereira Freitas

Prefeito Municipal







TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

LS. 076

RUB_____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Inciso II, art. 16, Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

Na qualidade de ordenador de despesa do município de TRIZIDELA DO VALE-MA/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da lei complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Trizidela do Vale (MA), 21 de março de 2024.

Maria Coma Silva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP



Trabalho e desenvolvemento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

RHR

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1. OBJETO

- 1.1.1. Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.
- 1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.1.3. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo:

TEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras	1	UNID	9.100,00	9.100,00
2	REFIL PRE E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de fitragem proporcionados peios elementos fitrantes Pré- fitro de Polipropilero, que retem as partes sólidas como barro. Iama, ferrugem e CARBOMAX, retem as partes químicas como cloro e outras particulas Materiai – plastico	5	DIND	380	1.900,00
3	Super processador de água 1500 Modelo de filiragem mecânica polipropilano (PP) e carbomax	6	UNID	1.840	11.040,00
4	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500	20	UNID	840	16.800,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500	20	UNID	840	16.800.00

1.1 Justificativa

Justifica-se a aquisição de bebedouro para as escolas, por ser uma peca fundamental na vida de crianças e adolescentes, que frequentam diretamente a rede de ensino que passam a maior parte em ambiente escolar, tendo a necessidade do bebedouro escolar, tornando a aquisição do aparelho, responsável por aumentar a oferta de água disponível, facilitando o consumo dessa água em maiores quantidades, melhor qualidade e maior frequência.

A contratação é necessária para atender a demanda de substituição dos elementos filtrantes (refis) consoante periodicidade recomendada pelo fabricante, necessárias à manutenção para eficiência e boa qualidade da aqua potável para o consumo humano disponibilizada através dos purificadores de agua instalados nos prédios Educacionais.

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme DECRETO Nº 40 de 09/08/2022.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 55.640,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e guarenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.



Endereco: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



Trabalho e desenvolvemento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

LS. 078

RUB_____Y

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21
- 2.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
- 2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 2.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:
- a). A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, tendo em vista, que o objeto tem natureza predominantemente intelectual.
- b) Ademais, é importante considerar que a Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB possui um histórico de contratações anteriores com objetos semelhantes e até o momento não houve registro de problemas de interrupções de fornecimento a empresa vencedora atende de maneira eficiente, eficaz e efetiva às necessidades desta Secretaria.
- 3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6°, XXIII, alínea "e" e 40, §1°, inciso II, da Lei n° 14.133/2021).

Condições de Entrega

- 3.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da ordem de entrega, em remessa única.
- 3.1.1. Os serviços do presente objeto deverão ser executados de forma a obedecer aos critérios propostos pelo Termo de Referência e a entrega deverá ser realizada na data estipulada pela Contratante.
- 3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (1) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.3. Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale, no seguinte endereço Av. Dep. Carlos Melo, 1670, Bairro Aeroporto, Trizidela do Vale/MA.
- 3.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão 2 CEP: 65,727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



Trabalho e dezenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

LS. 07°

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6°, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)
- 4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5°).
- 4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 4.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 4.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 4.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2°).
- 4.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 4.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5/ FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6°, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n° 14.133/2021)

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizideia do Vale-Maranhão 3 CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

LS. 080

RUB____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31:907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<u>www.portaldatransparencia.gov.br/ceis</u>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)
- 5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 5.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 5.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 5.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 5.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 5.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 5.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão 4 CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



Trabalho e deservolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

081

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 5.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 5.12.1. Habilitação Jurídica:
- 5.12.1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo. estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.12.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 5.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:
- 5.12.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.12.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.12.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.12.2.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- 5.12.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 5.12.2.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- 5.12.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 5.12.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 5.12.2.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais e municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão 5 CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



Trabalho e desenvolvemento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

082 RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

5.12.3. Qualificação Econômico-Financeira

5.12.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - (Lei 14.133/2021. Art. 69, caput, inciso II)

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

ORGÃO:02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 - Aquisição de Equipamento e Materias

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e matérias permanente

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF

Trizidela do Vale (MA), 22 de março de 2024.

Natalia S Seto



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

À vista das informações contidas estes autos e com observância às normas da Nova Lei de Licitações nº 14.133/21, APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a continuidade dos tramites legais para realização do procedimento de contratação direta.

Trizidela do Vale (MA), 22 de março de 2024.

81iva Abreu Maria Sonia Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

LS. 08 N

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

DESPACHO ENCAMINHANDO PROCESSO

	N° 1403001/2023.
DA:	
Secretaria Muni	cipal de Educação/FUNDEB.
PARA:	
Comissão de Co	ontratação de Licitação
ASSUNTO:	
Encaminho os a	utos deste processo administrativo para as providências cabíveis.
	(i)
	(4)(1)
	/110
	Maria Sâria Silva Abreu
	Maria Sêrria Silva Abreu Secretária Municipal de Educação



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 085

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

AUTUAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI Nº 14.133/21 ART. 75, II.

Pelo presente instrumento, autuamos este processo administrativo nas condições abaixo:

DA ORIGEM DA LICITAÇÃO:

Processo Administrativo nº 1403001/2024. Dispensa de Licitação Requisitante/interessado Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB.

DO OBJETO:

 Descrição: Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

DO VALOR TOTAL ESTIMADO:

R\$ 55.640,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

DAS CONDIÇÕES GERAIS:

 Observar / Justificativas de interesse: Contratação por dispensa de licitação de empresa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

 As despesas para atender ao objeto deste processo ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária, conforme abaixo especificado:

ORGÃO:02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024 FLS. 086

RUB ,

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 – Aquisição de Equipamento e Materias

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e matérias

permanente

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF

DO NUMÚRO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Considerando a Modalidade de Licitação, já constante nos autos para a contratação pretendida, atribui-se ao procedimento o seguinte número: DISPENSA DE LCIITAÇÃO Nº 10/2024 com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, a qual será regida pelo ato convocatório a seguir.

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão de Contratação de Licitação, **AUTUO** o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, Rosângela Mota, Presidente, o subscrevo.

Trizidela do Vale (MA), em 25 de março de 2024.

Rosânge a Mota Lima Portaria n° 021/2023-GP Presidente



TRIZIDELA DO VALE
PROC 1403001/2024
FLS. 08-1
RUB_______

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO (PORTARIA N° 021/2023 GP, DE 22/03/2023)

NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO	VÍNCULO EMPREGATICIO
ROSANGELA MOTA LIMA	PRESIDENTE CCL	21/2023	COMISSIONADO
FRANCISCA REGILDA FURTADO LEITE	MEMBRO DA CCL	21/2023	COMISSIONADO
MONICA ALBUQUERQUE SILVA	MEMBRO DA CCL	21/2023	COMISSIONADO



RIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u> FLS. <u>088</u>

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

REGULAMENTO A LEI 14 133/23 DECKETO IN ALLACA GI 22/03/2023. COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO.



TRIZIDELA DO VALE
PROC 1403001/2024
FLS. 03 9
RUB

Trabalho e deservolvimento

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

DESPACHO ENCAMINHANDO PROCESSO

Nº 1403001/2024.

N i	
DA:	
Comissão de Contratação de Licitação - CCL	
PARA:	
Setor de Tecnologia da Informação	
9	
ASSUNTO:	
Encaminho a mídia contendo o AVISO DO EDITAL DA DISPENS.	A DE
LICITAÇÃO N°10/2024 do processo n°/1403001/2024, para as provid	ências
cabíveis.	0110100
cabivers.	
Rosângela Mota Lima	
Presidente	
1 AVGIMUITO	



Trabelho e deservolvimento

RIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

090

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO E EDITAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 091 RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

DISPENSA Nº 10/2024 – LEI Nº 14.133/2021 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. Nº 75, II, LEI 14.133/2021

O Município de Trizidela do Vale, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público a realização por meio da Contratação Direta, via DISPENSA DE LICITAÇÃO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2.021, o objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, podendo eventuais interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar desta publicação, oportunidade em que o órgão escolherá a mais vantajosa.

Limite para apresentação de proposta de preços: 01/04/2024, às 10:00 horas

A proposta de preços deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Dep. Carlos Melo, nº 1670 – Aeroporto – Trizidela do Vale (MA), no horário das 08:00 às 12:00 horas, em dias úteis ou pelo e- mail coltyportal aoutlook.com até a data limite.

INFORMAÇÕES: O Edital/Termo de Referência da Dispensa encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contratação de Licitação, na Av. Dep. Carlos Melo, nº 1670 — Aeroporto — Trizidela do Vale (MA), horário de 08:00 às 12:00 horas, telefone: (99) 98852-4045 no endereço eletrônico www.trizideladovale.ma.gov.br. por e-mail cpltvportal@outlook.com.

Trizidela do Vale (MA), 25 de março de 2024.

Maria Sôpia Silva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP



TRIZIDELA PROC. 1403	
FLS.	092/
RUB	X

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558,070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA N°10/2024 - LEI N° 14.133/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. Nº 75, II, LEI 14.133/2021

CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE. POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB.

OBJETO:

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 55.640,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS: 01/04/2024, às 10:00 horas.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.



TRIZID	ELA	DO	VALE
PROC.	14030	001/2	2024

FLS	093
RUB	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALAOR ESTIMADO	4
3.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA	5
5. DO PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS	5
6. DA HABILITAÇÃO	6
7. PROPOSTA DE PREÇO	7
8. PAGAMENTO	7
9. DISPOSIÇÕES GERAIS	8
10. ANEXOS	8/9





TRIZIDELA PROC. 14 <u>03</u> (and the second
FLS.	094
RUB	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1403001/2024 BASE LEGAL: – LEI N° 14.133/2021, ART. N° 75, II.

Torna-se público que O Município de Trizidela do Vale, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, por meio do SETOR DE CONTRATAÇÃO, realizará Dispensa de Licitação em razão do valor, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 63/2021, de 29/11/2021, e demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 01/04/2024, ÀS 10:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	cplpmtv2@outlook.com
LINK DO EDITAL:	Prefeitura de Trizidela do Vale

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/C ATSER	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRI O RS	VALOR TOTAL RS
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras	611720		UNID	9,100,00	9.100,00
2	REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 cm 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Polipropileno, que retém as partes sólidas		5	UNID	380	1.900,00

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZID	ELA	DO	V	ALE
PROC.	14030)01/	20	24

FLS	095
RUB	V

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

	como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras particulas Material – plástico				
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax	6	UNID	1.840	11.040.00
4	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500	20	UNID .	840	16.800,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500	20	UNID	840	16 800.00

2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO

- 2.1. O valor global estimado para a presente contratação é de e R\$ 55.640,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), resultante de pesquisa de mercado efetuada pela Administração, que será considerado valor máximo admissível para a contratação.
- 2.2. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no item 1 do Termo de Referência, anexo 1 deste edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

ORGÃO:02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNCÃO: 361 - Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 – Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 – Aquisição de Equipamento e Materias

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e matérias permanente

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA





TRIZIDELA PROC. 1403	
FLS.	096
RUB	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 4.1 Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.
- 4.2. Para os itens 1 e 2 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538. de 2015
- 4.4. Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:
- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Edital e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133.21
- e) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5. DO PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

- 5.1. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE (TRÊS) DIAS UTÉIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPLASA LICITAÇÃO, no site, sendo que os documentos de habilitação, e as propostas de preços deverão ser encaminhados ao email: cplpmtv2@outlook.com preferencialmente fazendo referência a DISPENSA N° 10/2024.
- 5.2. Limite para apresentação da Proposta de Preços: 01/04/2024 às 10:00h.





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024 FLS. OQ 7

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 5.3. Os documentos de Habilitação somente serão solicitados do interessado que apresentar a proposta mais vantajosa.
- 5.3.1. Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via email: cplpmtv2@outlook.com fazendo referência a **DISPENSA** Nº 10/2024 ou entregue na comissão de contração deste Município.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.
- 6.2. Para habilitação desta Dispensa de Licitação será exigida a seguinte documentação:
- 6.2.1. Habilitação Jurídica
- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou la casa
- 6.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Em se tratando de Microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio carso licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN de nº 1.751/2014:
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do INTERESSADO. (CND E CNDA).
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do NTERES (CND E CNDA);
- g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



TRIZIDEL	A DO VALE	
PROC. 140	3001/2024	1
FLS.	098	()
RUB		X

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- i) Declaração de que não permite o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo ANEXO III.
- 6.2.3. Habilitação Econômico-financeira
- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor do da sede da licitante.
- 6.2.4. Habilitação de Qualificação Técnica
- a) Comprovação de aptidão mediante apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do INTERESSADO, referente à execução o objeto da pretensa contratação.
- 6.2.5. Documentação Complementar de Habilitação
- a) Declaração de Reserva de Cargos para pessoas com deficiência, conforme modelo ANEXO IV:
- b) Declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal nº 14.133/2021, conforme modelo ANEXO V;
- c) Certidões Negativas de Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Públicas CNE

7. PROPOSTA DE PRECOS

- 7.1. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
- 7.2. Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 7.3. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação:
- 7.4. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital.

8. DO PAGAMENTO:

- 8.1. O pagamento ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.
- 8.2. Para realização dos pagamentos, a empresa deverá manter a regularidades fiscal, social e trabalhista, conforme apresentada durante o processo de habilitação.

,



OO VALE 01/2024
099

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

9. DISPOSICÕES GERAIS

- 9.1. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
- 9.2. Poderá à Administração, revogar o presente Edital, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 9.3. A Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale MA, poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de oficio ou por provocação.
- 9.4. A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.
- 9.5. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Secretaria Municipal de Educação.
- 9.6. Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.
- 9.7. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.
- 9.8. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 9.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, inclui-se o dia do início e do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 9.10. Compõem este Edital, além condições específicas, os seguintes documentos:
- 9.10.1. ANEXO I Termo de Referência
- 9.10.2. ANEXO II Modelo Proposta de Preços;
- 9.10.3. ANEXO III Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF;
- 9.10.4. ANEXO IV Declaração de reserva de cargos PcD, consoante art. 92 da Lei Federal n" 14.133/2021;

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZIDELA DO VALE PROC. 14<u>03001/2024</u>

FLS. 100

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

9.10.5. ANEXO V - Declaração impedimentos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.10.6. ANEXO VI - Minuta do Contrato.

Trizidela do Vale (MA), 25 de março de 2024.

Rosângela Mota Lima Presidente da Comissão de Contratação Portaria nº 21/2023





TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNP.J Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, "a" e "i" da 14.133/2021).

1. OBJETO

- 1.1.1. Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.
- 1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.1.3. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/C ATSR	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRI O RS	VALOR TOTAL RS
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras		1	UNID	9.100,00	9.100,00
2	REFIL PRE E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Polipropileno, que retém as partes sólidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras particulas Material – plástico		5	UNID	380	1.900,00
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax		6	UNID	1.840	11.040,00
4	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500		20	UNID	840	16.800,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500		20	UNID	840	16.800,00

1.1 Justificativa

Justifica-se a aquisição de bebedouro para as escolas, por ser uma peça fundamental na vida de crianças e adolescentes, que frequentam diretamente a rede de ensino que passam a maior parte em ambiente escolar, tendo a necessidade do bebedouro escolar, tomando a aquisição do aparelho, responsável por aumentar a oferta de água disponível, facilitando o consumo dessa água em maiores quantidades, melhor qualidade e maior frequência.





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

A contratação é necessária para atender a demanda de substituição dos elementos filtrantes (refis) consoante periodicidade recomendada pelo fabricante, necessárias à manutenção para eficiência e boa qualidade da agua potável para o consumo humano disponibilizada através dos purificadores de agua instalados nos prédios Educacionais.

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme DECRETO Nº 40 de 09/08/2022.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
 - 1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 55.240,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
 - 2. REOUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21
 - 2.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
 - 2.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
 - 2.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:
 - a). A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, tendo em vista, que o objeto tem natureza predominantemente intelectual.
 - b) Ademais, é importante considerar que a Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB possui um histórico de contratações anteriores com objetos semelhantes e até o momento não houve registro de problemas de interrupções de fornecimento a empresa vencedora atende de maneira eficiente, eficaz e efetiva às necessidades desta Secretaria.
 - 3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6°, XXIII, alínea "e" e 40, §1°, inciso II. da Lei nº 14.133/2021).

Condições de Entrega

- 3.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da ordem de entrega, em remessa única.
- 3.1.1. Os serviços do presente objeto deverão ser executados de forma a obedecer aos critérios propostos pelo Termo de Referência e a entrega deverá ser realizada na data estipulada pela Contratante.
- 3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (1) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





TRIZID	ELA	DO	VALE
PROC.	14030	0 1/2	2024

FLS	103	/
RUB		V

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 3.3. Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale, no seguinte endereço Av. Dep. Carlos Melo, 1670, Bairro Aeroporto, Trizidela do Vale/MA.
- 3.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.6. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.7. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6°, XXIII, alínea "f", da Lei n° 14.133/21)
- 4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5°).
- 4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização





TRIZIDEL PROC. 140	A DO VALE 3001/2024
FLS.	104
RUB	1

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 4.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 4.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1°).
- 4.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117. §2°).
- 4.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 4.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6°, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n° 14.133/2021)
- 5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaftransparencia.gov.br/sancoes/cnep)
- 5.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.





TRIZIDELA DO VALI PROC. 1403001/2024

FLS. LOS V

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 5.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 5.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 5.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 5.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 5.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 5.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 5.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 5.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

5.12.1. Habilitação Jurídica:

- 5.12.1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.12.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

5.12.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);





TRIZIDELA DO VALE PROC. 14<u>03001/2024</u>

FLS. LOG

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 5.12.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.12.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.12.2.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII. da Constituição;
- 5.12.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 5.12.2.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- 5.12.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 5.12.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 5.12.2.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais e municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicilio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

5.12.3. Qualificação Econômico-Financeira

5.12.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei 14.133/2021. Art. 69, caput. inciso II)

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

ORGÃO:02 Poder Executivo





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 107

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 - Aquisição de Equipamento e Materias

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e matérias permanente

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF







TRIZIDEL	A DO VALE
PROC. 14 <u>0.</u>	3001/2024
FLS	108
RUB	×

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/9001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À	
Presidente da Comissão de Contratação	
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale (MA)	
Assunto: Proposta de Preços ref. ao DISPENSA Nº	/2024.

		DADOS DA EMPRES	ŠA
Razão Social	da Empresa:		
Nome Fantasi	01		
Nome ramasi	a.		
CNPJ:			INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:		CEP:	MUNICÍPIO:
TELEFONES			E-MAIL:
	REPRESENTANT	E LEGAL P/ ASSINATUF	RA DA ATA/CONTRATO
NOME COM	PLETO:		
RG:	EMISSOR:	CPF	
ENDERECO:		CEP:	MUNICIPIO:
TELEFONES			E-MAIL:
		DADOS DA BANCÁR	10
BANCO		AGÊNCIA	C/C:

Apresentamos a Presidente da Comissão de Contratação, a proposta para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme edital de dispensa e Termo de Referência. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/C ATSR	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRI O RS	VALOR TOTAL RS
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras		1	UNID		
2	REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Pologropileno, que retém as partes sólidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes quimicas como eloro e outras particulas Material – plastico		š	UNID		
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax		6	UNID		
4	Manutenção e limpeza de bebedouros com reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500		2.0	UNID		

Endereço: Av. Deputado Carlos Meio, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024 109 FLS. RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

	COMISSÃO DE CONTRATA	ÇAO DE LICI	ΓΑÇΑΟ		
5	Manutenção e limpeza de bebedouros com reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500	20	UNID		
	TOTAL DO VALOR E	STIMADO RS			
Nossa	a proposta tem preço total de R\$=	(valor numé	rico e poi	r extenso)).
Cond	ições de Pagamento:				
Prazo	de Entrega:				
Valid	lade da Proposta:				
encor	aro para fins de participação na DISPENSA ntram-se incluídos todos os tributos, encar entura possam recair sobre o objeto do pres porte e entrega dos produtos.	gos sociais e	quaisqu	er outros	s ônus que
	Localidade, data,	mês e ano			
	Assinatura do Represen	tante da Empr	esa		



TRIZIDELA DO VALE
PROS. 14<u>03001/2024</u>
PLS.

PROS. 14<u>03001/2024</u>

PLS.



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7° DA CF.

	and townson	01111011					legais, sob pena de aplicaça
							Que está ciente e concor cumpre plenamente os requ
eno ep c	outoo they solve sites e	Lovika,	94304	30014000	300	oipave so atoo op.	recurse a ctucio àtas ano (1
	, DECLARA:				(B)	tante legal o(a) Sr	intermédio de seu represen
loq		oU	qos	CMbl	OU	siriosni	\forall

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9°, § 1° da Lei nº 14.133/2021.

 Que não há sanções vigentes que legalmente profbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14,133/2021.

7) Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4°, srr. 3°, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4°, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

8

Assinatura do Representante da Empresa



TRIZIDELA	DO VALE
PROC. 14030	01/2024
FLS	111
RUR	\/

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº /2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX

DISPENSA Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO DE COMPRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM A O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, E A EMPRESA XXXX.

O Município de Trizidela do Vale, por intermédio do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, com sede na rua xxxxxxxxxx, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado pelo (NOME DA AUTORIDADE E CARGO), e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, DE 2021, resolvem celebrar o presente instrumento, decorrente da Dispensa de Licitação nº __/2024, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.2. Objeto da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD.	UND.	PREÇO UNITÁRIO RS	PREÇO TOTAL RS
1						
2						
	TOTAL GERAL					





TRIZIDELA PROC. 140.	A DO VALE 3001/2024
FLS.	112
RUB	V

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- a). O Termo de Referência:
- b). a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa;
- c). A Proposta do Contratado;
- d). Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato será partir da data da assinatura do instrumento, até / / , na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PPREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92,V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

Q



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IGP-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c). Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d). Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado:
- e). Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f). Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;





TRIZIDELA DO	VALE	
FLS	114	_/
RUB		V

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- g). Cientificar o órgão de representação judicial da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h). Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i). Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- j). A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a). O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão emportuguês, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b). responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,
 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c). comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d). Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e). Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f). Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante,

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- g). Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- h). Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- i). Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j). Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- k). Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- l). Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato:
- m). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II. d. da Lei nº 14.133, de 2021.
- n). Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante
- o). Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladoyale.ma.gov.br



TRIZIDELA PROC. 14 <u>03</u>	SOURCES CONTRACTOR
FLS	116
RUB	V

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a). der causa à inexecução parcial do contrato;
- b). der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c), der causa à inexecução total do contrato;
- d). deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e). não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente iustificado:
- f). não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g). ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h). apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i). fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i). comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k). praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 1). praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m). Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sancões:
- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei);
- ii). Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4°, da Lei);
- iii). Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei)

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





Trabalho e dezenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024
FLS. J17
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- n). Multa:
- i). moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii). moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- o). O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii). compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- p). A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
- q). Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- r). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- s). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°).
- t). Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- u). A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- v). Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°)
- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii) as peculiaridades do caso concreto;
- iii) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



TRIZIDELA	DO VALE
PROC. 14030	001/2024
FLS	118
RUB	· \

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

- iv) os danos que dela provierem para o Contratante;
- v). a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- x). Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
- z). A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- a.1) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- b.2). As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a concussão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





TRIZIDELA	DO VALE
PROC. 14 <u>03</u>	001/2024
FLS	119
RUB	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA do exercício de 2024, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade:

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo submetido à previa aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessária de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2020)
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. J20

RU4

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de Trizidela do Vale (MA), XX de XXXX de XXXX.

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

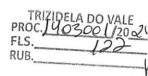


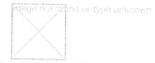


RIZIDELA D	O VALE
PROC. 14030	
FLS.	121
RUB	

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ № 01.558.070/0001-22
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PUBLICAÇÃO DO AVISO E EDITAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024





Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

Av. Deputado Carlos Melo, 1670 - Aeroporto - CEP: 65727-000 - Trizidela do Vale\MA CNPJ: 01.558.070/0001-22 - Tel: 99 982762653 - Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

	INFORMAÇ	DES DO PROCESSO	
	PROTOCOLO): 2024.03.25-0001	
MODALIDADE	RESPÓNSAVEL	PERÍODO	VALOR ESTIMADO
COMPRAS E SERVIÇOS	ROSANGELA MOTA LIMA	25/03/2024 15:39 - 01/04/2024 10:00	R\$ 55.640,00
NÚMERO PNCP		01558070000122-1-000024/2024	4
TIPO DO RECEBIMENTO			

E-MAIL

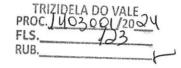
INFORMAÇÕES DO OBJETO

O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO E DE APARELHOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS FILTRANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB DE TRIZIDELA DO VALE/MA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS.

INFORMAÇO	ES DA PUBLICAÇÃO
NÚMERO DO IP	192.168.1.112
NOME DO COMPUTADOR	DESKTOP-34N44O8

Emitido: 01/04/2024 10:09:00





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS.

Á Sra. Rosângela Mota Lima Presidente de Comissão de Contratação. Nesta

Prezada,

Considerando o processo administrativo nº 1403001/2024, por Dispensa de Licitação nº 10/2024, que tem como órgão requisitante a Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB, que versa sobre a Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

Autorizo a Presidente de Contratação, para atuar na Abertura das Propostas Adicionais, no dia 01 de abril às 10:00 horas.

Trizidela do Vale (MA), 01 de abril de 2024.

Maria Sonia Silva Abreu Secretária Múnicipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO

DISPENSA Nº 10/2024 – LEI Nº 14.133/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024.

Objeto: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

Recebimento de propostas: até o dia 01/04/2024 às 10:00 horas.

1. Recebimento de proposta

Proponente 1:

V R FRANCO NETO LTDA

Situação do recebimento: Temporânea

2. Das propostas regulares

Proposta 1:

V R FRANCO NETO LTDA

Preço Total: R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais).

Consta em anexo o MAPA DE APURAÇÃO DAS PROPOSTAS.

3. Da Habilitação

Foi solicitado os documentos de habilitação do vencedor, dando um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação.

Trizidela do Vale - MA, 02 de abril de 2024.

Rosânsela Mota Lima Presidente da Comissão de Contratação Portaria nº 21/2023

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

TRIZID	ELA	DO	VALE
PROC.	14030	001/2	2024

FLS. 125
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

MAPA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DISPENSA Nº 10/2024 – LEI Nº 14.133/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024.

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

MAPA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PROPONENTE 1 – V R FRANCO NETO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 02.331.738/0001-67.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRI O R\$	VALOR TOTAL RS
1	Bebedouro infantil com 10 torneiras	1	UNID	8.700,00	8.700,00
2	REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 meses - Dois estágios de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Polipropileno, que retém as partes sólidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras partículas Material – plástico	5	UNID	360,00	1.800,00
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax	6	UNID	1.820,00	10.920,00
Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500		20	SERV.	800,00	16.000,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500		SERV.	800,00	16.000,00
	TOTAL DO VALOR ESTIMADO	R\$ 53.420,00			

Conforme demonstrativo acima, o preço vencedor é a empresa V R FRANCO NETO LTDA.

Trizidela do Vale - MA, 02 de abril de 2024.

Rosângela Mota Lima
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria nº 21/2023



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. J. 6
RUB ______

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

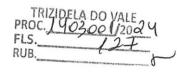
PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO E DE APARELHOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS FILTRANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB DE TRIZIDELA DO VALE/MA.

Junto aos autos do processo administração nº 1403001/2024, da Dispensa de Licitação nº 10/2024, a PROPOSTA DE PREÇOS do proponente abaixo referida, para o presente certame.

EMPRESA: V R FRANCO NETO LTDA





CNPJ: 02.331.738/0001-67 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 122377982 RUA J,NÚMERO 2 BAIRRO: MARANHÃO NOVO - SÃO LUIS- MA (98) 99992-1477 VRENETO@GMAIL.COM

À Presidente da Comissão de Contratação Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale (MA) Assunto: Proposta de Preços ref. ao DISPENSA Nº 10/2024.

	DA	ADOS DA EMPRESA	
Razão Social da Empresa: V R FRANCO NETO LTDA			
Nome Fantasia: V F REPRESENTACOES			
CNPJ: 02.331.738/0001-67		INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO: R J / RUA CECILIA CEP: 65.061-430 MEIRELES		MUNICÍPIO: SÃO LUIS - MA	
TELEFONES: (98) 99992-1477		E-MAIL: vrfneto@gmail.com	
	REPRESENTANTE LEGA	AL P/ ASSINATURA DA ATA/CONTRATO	
NOME COMPLETO: Virgilio Rodrig			
	DAI	DOS DA BANCÁRIO	
BANCO: BRASIL	AGÉNCIA: 5716-9	C/C: 7.904-9	

Apresentamos a Presidente da Comissão de Contratação, a proposta para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme edital de dispensa e Termo de Referência. Segue proposta com descrição dos itens na planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL RS
	Bebedouro infantil com 10 tomeiras	1	UNID	8.700,00	8.700.00
REFIL PRÉ E CARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 em 6 6 6 em 6 9 6 6 9 6 9 6 9 6 9 6 9 6 9 6 9 6 9		5	DINU	360	1.800.00
3	Super processador de água 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax	6	SERV.	1.820	10.920,00
Manutenção e limpeza de bebedouros com reposição dos Elementos filtrantes Carvão SUPER 1500		20	SERV.	800	16.000,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros com reposição dos Elementos filtrantes PP SUPER 1500	20	SERV.	800	16.000,00
	R\$ 53.420,00 (Cinquenta e Três Mil Qu	atrocentos e \	/inte Reais)		R\$ 53.420,00

Nossa proposta tem preço total de **R\$ 53.420,00** (Cinquenta e Três Mil e Quatrocentos e Vinte Reais) Condições de Pagamento: 5 (cinco) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal

Prazo de Entrega: conforme edital

TRIZIDE	LA DO VALE o .
PROC. JUC	1A DO VALE 2300 1/20 24
FLS	128
RUB	



CNPJ: 02.331.738/0001-67 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 122377982 RUA J.NÚMERO 2 BAIRRO: MARANHÃO NOVO - SÃO LUIS- MA (98) 99992-1477 VRFNETO@GMAIL.COM

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Declaro para fins de participação na DISPENSA N° 10/2024 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Dispensa, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

São Luís - MA, 26 de março de 2024

NV VR FRANCO NOM CO CNPJ N° 02.331.738/0001-67 VIRGILIO FRANCO Representante Legal



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

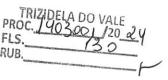
DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE EMPRESA PARA À AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO E DE APARELHOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS FILTRANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB DE TRIZIDELA DO VALE/MA.

Junto aos autos do processo administração nº 1403001/2024, da Dispensa de Licitação nº 10/2024, a HABILITAÇÃO do proponente abaixo referida, para o presente certame.

EMPRESA: V R FRANCO NETO LTDA



Página 1 de 5

ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA. "V. R. FRANCO NETO – ME"

VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 03334570700 DETRAN-MA e C.P.F. nº 371.363.721-00, nascido em 02/06/1964, natural de São Luis – Ma, residente e domiciliado à Rua Manoel Antonio de Almeida nº 3610, bloco 4/D, Apto 301 – Condomínio Novo Mar- São Luis - Ma.

Empresário, Titular da V. R. FRANCO NETO - ME, com sede Rua 04 nº 500, QDA E LJ 17 BARC CENTER PQ TOPAZIO - Bela Vista - São Luis - Ma, CEP: 65072-743.

Possuindo o Registro na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o seguinte nº 21101056114, início de atividade em 28/01/1998 e inscrita no CNPJ sob o nº 02.331.738/0001-67, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei 10.406/2002, com a redação alterada pelo art. 10 da Lei complementar 128/2008, ora transforma seu registro de EMPRESÁRIO em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, uma vez que admitiu o sócio:

PABLO MALHEIROS FRANCO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 0418629620113 SSP-MA. expedida em 25/07/2017, CPF nº 607.816.693-08, nascido em 01/11/2000 natural de São Luis -Ma, ambos residentes e domiciliados à Rua Manoel Antonio de Almeida nº 3610, bloco 4/D, Apto 301 – Condomínio Novo Mar-São Luis – Ma, passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual regerá, doravante, pelo presente CONTRATO SOCIAL ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios reger-se-á nas cláusulas e condições seguintes:

CONTRATO SOCIAL "FRANCO E FRANCO LTDA"

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob o nome empresarial de FRANCO E FRANCO LTDA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE

A sociedade terá sua sede localizada à Rua 04 nº 500, QDA E LJ 17 BARC CENTER PQ TOPAZIO – Bela Vista – São Luis – Ma, CEP: 65072-743

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETIVO SOCIAL

A sociedade terá como objetivo social as seguintes atividades:

ATIVIDADE PRINCIPAL:

4759-8/99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.

ATIVIDADE(S) SECUNDÁRIA(S):

7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais;

4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;

3329-5/01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material;

4120-4/00 - Construção de edifícios;

ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA. "V. R. FRANCO NETO – ME"

4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

4291-0/00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais;

4292-8/02 - Obras de montagem industrial;

4299-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas;

4311-8/01 - Demolição de edifícios e outras estruturas;

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4399-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras;

4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores;

4530-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar;

4753-9/00 - Com.varejista especializado de eletrodomésticos e equip. de áudio e vídeo;

5620-1/01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas;

7319-0/02 - Promoção de vendas;

7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equip. para construção sem operador, exceto andaimes;

7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes e

9521-5/00 - Reparação e manutenção de equip.eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico.

CLÁUSULA QUARTA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 28/01/1998 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

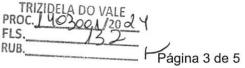
CLÁUSULA QUINTA - CESSÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O sócio, VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO possuidor de 100% (cem por cento) das quotas do capital da empresa, sede e transfere na 30% (trinta por cento) de suas quotas para o sócio admitido no presente instrumento de ALTERAÇÃO CONTRATUAL o sócio **PABLO MALHEIROS FRANCO**, como se segue abaixo:

O sócio quotista VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO, tendo cedido e transferido parte de suas quotas já integralizadas ao sócio admitido, ratifica pelo presente instrumento e nos melhores termos de direito essa cessão e transferência, dando ao adquirente plena, geral e irrevogável quitação.

O Capital Social que é de R\$ 30.000,00(trinta mil reais), neste ato, passa a ser R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) dividido em 170.000(cento e setenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00(hum real), integralizado pelos sócios, da seguinte forma: R\$ 30.000,00(trinta mil reais), já integralizado em moeda corrente do Pais e dois veículos no valor de R\$ 140.000,00(cento e quarenta mil reais), fica assim distribuído:

Sócios	Perc. de Quotas	Quant. de Quotas	Valor Unitário	Capital Social
VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO	70%	119.000	R\$ 1.00	R\$ 119.000,00
PABLO MALHEIROS FRANCO	30%	51.000	R\$ 1.00	R\$ 51.000,00
TOTAL	100%	170.000		R\$ 170.000,00



ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA. "V. R. FRANCO NETO – ME"

Paragrafo Primeiro: O valor de R\$ 140.000,00(cento e quarenta mil reais) será integralizado da seguinte forma: R\$ 105.000,00(Cento e cinco mil reais), uma caminhonete aberta, Toyota Hilux 4x4, branca, placa OXU-9155, ano 2014/2015 e valor de R\$ 35.000,00(trinta e cinco mil) uma caminhonete aberta, Saveiro 1.6, branca placa OFY5E34/PB, ano 2013.

Paragrafo Segundo: A Sociedade é Limitada, sendo a responsabilidade de cada sócio restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, regendo-se pelo novo Código Civil Lei 10.406/02, e demais dispositivos aplicáveis e pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE E EXCLUSÃO DE SÓCIOS

A sociedade não se dissolverá com o falecimento ou interdição de qualquer sócio, continuará suas atividades com os remanescentes, herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio (s) remanescente(s), o valor de seus haveres à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim, será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, suas quotas de capital e sua parte nos lucros líquidos apurados até a data de fato, pagando a sociedade ou os sócios remanescentes, ao s herdeiro do falecido em até 150 dias, tudo a contar da data do falecimento.

Paragrafo Único - A exclusão de sócio por justa causa somente será admitida quando a maioria dos sócios, representativo de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, devendo neste caso se determinada reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em prazo não inferior a 05 (cinco) dias antes da reunião para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

CLÁUSULA SETIMA - DAS FILIAIS

A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional a critério dos sócios.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA EMPRESA

A administração da sociedade passa a ficar a cargo do sócio VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO ao qual cabe, a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora del. Podendo praticar todos os atos compreendidos no objetivo social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

Paragrafo Único - Fica facultado ao administrador nomear procuradores, por um período determinado, devendo o instrumento de produção especificar os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA. "V. R. FRANCO NETO – ME"

CLÁUSULA NONA - DAS RETIRADAS DE PRÓ-LABORE, JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS.

O Administrador têm direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor a ser definido em decisão da maioria dos sócios, será levada a conta de despesas gerais, obedecendo às normas pertinentes à legislação do imposto de renda; podendo a retirada ser substituída pela forma de distribuição de juros sobre o capital próprio ou mesmo dividendos, extensivo a todos os sócios, com base no art. 9° e 10°, da Lei 9.249/95.

CLÁUSULA DECIMA - O Balanço Patrimonial, bem como as demonstrações de resultados, serão levantadas em 31 de dezembro de cada ano, sendo que os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas participações no capital social realizado, ou deixadas em suspensos a critério dos sócios.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O Administrador VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO declara, sob as penas da Lei que não está incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possa impedi-lo de exercer atividade mercantil.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FÓRUM

Fica nomeado o fórum e domicílio da Comarca da Cidade de São Luis no Estado do Maranhão, para dirimir as dúvidas qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja não previsto neste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em uma (01) via, que será assinada por todos os sócios, sendo tal documento arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

São Luis(Ma), 01 de Junho de 2020.

Virgilio Rodrigues Franco Neto

Pablo Malheiros Franco



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 5 de 5	Pác	gina	5	de	5
---------------	-----	------	---	----	---

TRIZID	ELA DO VALEZ U
PROC. Ju	0300 V20°
FLS.	134
RUB	

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FRANCO E FRANCO LTDA consta assinado digitalmente por:

	IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)
CPF	Nome
37136372100	VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO
60781669308	PABLO MALHEIROS FRANCO

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/07/2020 10:45 SOB N° 21201073240. PROTOCOLO: 200395947 DE 07/07/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12002835860. NIRE: 21201073240. FRANCO E FRANCO LTDA

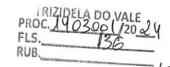
JUCEMA

Lílian Theresa Rodrigues Mendonça SECRETÁRIA-GERAL SÃO LUÍS, 08/07/2020 www.empresafacil.ma.gov.br

DECLARAÇÃO DE FIRMA INDIVIDUAL

	PROC. 40300 1 12024
00	FLS. 135
	RUB.

EARA	SOUTE LAG	
E FONTA		
SENTANT	E COMERCIAL	
.074	SSP-UF	DF
ELO.SÃO	CASAG EXPEDIDOR IS	GLAT EFF
O CEP/NEWNICIPIC/A		
kercer atividade	mercantil, e não possuin	do outra firm
RITRA GE 2 - A	BERTURA DE PILIAL	
AND DESCRIPTION OF A	LITERAÇÃO DE DADOS DE FILIAL.	
1 1 1 1		
05	3A FELIKE	LLL
21-	A	
		SEGLA O
IS MIL F	EAIS.	
		domeste.
	0)5(0)	DE ATIVIDADE
NTOS NAT	- 15 Co.	1 2
-2-7-	1000000000000000000000000000000000000	1 1 4
	15	1 9
	ANTONIO CONTRACTOR OF THE PARTY	7
	15 16 17	Da suntai
	15 16 17 880 0474 90	J 7
	15 16 17 8450 9474 90	DA JUNTAN DESCRIMENTO
	15 16 17 880 0474 90	DA JUNTAN DESCRIMENTO
	15 16 17 880 0474 90	DA JUNTAN DESCRIMENTO
	15 16 17 880 0474 90	DEFERMENTO
	15 16 17 880 0474 90	DA JUNTAI DESERMIENTO
	ELRA DAJA FAIS SENTANT SENTANT OT4 NUMERO CEP NUMBERO SETOR STINIDAR PRICE SETOR A 2 1 - 1 LS MAL F CAPITAL OU DESTA	SENTANTE COMERCIAL O74 SSP-UF NUMERO ORGAN EXPONDOR ISS FELD, SÃO LUIS-MA. O CEP MONICIPIO OF KEICER STÍVIDADE METALAL A ABERTURA DE PILIAL BOSTO DE PILIAL O50 COMO OTRAS COMOS DE PILIAL OTRAS COMOS DE PILIAL OTRAS COMOS DE PILIAL OSOS DE





FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 37136372100 DATA: 15/03/2024 HORA: 14:37

INSC. ESTADUAL: 12.237.798-2

RAZÃO SOCIAL: V R FRANCO NETO LTDA

ÚLTIMA ALTERAÇÃO: 14/07/2023

SITUAÇÃO FISCAL: REGULAR

MOTIVOS FISCAIS:

SERASA: Não

SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO

MOTIVO CADASTRAL: --

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ: 02.331.738/0001-67 INSC. CENTRALIZADORA: --

RAZÃO SOCIAL: V R FRANCO NETO LTDA

NIRE: 21201073240 INÍCIO DE ATIVIDADES: 19/07/2007

AGÊNCIA REGIONAL: 01 - AGÊNCIA DE SAO LUIS TIPO DE SOCIEDADE: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

REGIME DE PAG.: SIMPLES NACIONAL

DATA OBRIG. NFE: 01/10/2010 CORREIO ELETRÔNICO: waldereis19@hotmail.com

TIPO PESSOA: JURÍDICA CAPITAL SOCIAL: 170.000,00

UFRE: 46 - UFRE/SÃO LUÍS

CAT. DO ESTABELECIMENTO: MATRIZ OU UNICO

DATA OBRIG. EFD: --ÁREA UTILIZADA: 6000

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP 65061-430

ENDEREÇO RUA J RUA CECILIA MEIRELES

COMPLEMENTO: QUADRA02 PONTO DE REFERENC.: PROXIMO A SMTT

CIDADE: SAO LUIS TELEFONE: (98)9995-1477

CEP CAIXA POSTAL: --

NÚMERO: 2

BAIRRO: MARANHAO NOVO

ESTADO: MA

FAX: --

ENDEREÇO FISCAL

CEP

ENDEREÇO RUA J / RUA CECILIA MEIRELES

COMPLEMENTO: QUADRA02

PONTO DE REFERENC .: PROX ELETRONORTE

CIDADE: SAO LUIS TELEFONE: (98)9995-1477 CEP CAIXA POSTAL: 00000-000

NÚMERO: 02

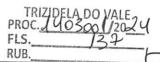
BAIRRO: MARANHAO NOVO

ESTADO: MA FAX: --

		CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS
ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	4759899	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
2	4642702	COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO
3	4683400	COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO
4	4712100	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS -
5	4729699	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
6	4753900	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO
7	9521500	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO
8	4757100	COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA APARELHOS ELETROELETRÔNICOS PARA
9	4789005	COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS
10	7319002	PROMOÇÃO DE VENDAS
11	7729202	ALUGUEL DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS E APARELHOS DE USO DOMÉSTICO E PESSOAL; INSTRUMENTOS MUSICAIS
12	3329501	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE MÓVEIS DE QUALQUER MATERIAL
13	4754701	COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS

REPRESENTANTES LEGAIS			
CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO	
37136372100	VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO	101 - SÓCIO	
37136372100	VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO	205 - ADMINISTRADOR	
29249805349	WALDEREIS ALMEIDA SOARES	3 - CONTADOR	

AÇÕES JUDICIAIS				
TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO





FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 37136372100 DATA: 15/03/2024 HORA: 14:37

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO				
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO	
ICMS	01/01/2019	-	Ativo	
NF-e	01/10/2010	-	Ativo	
NFC-e	25/10/2017		Ativo	

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS				
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO	

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA:

JURÍDICA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 60902003

CNPJ: 02331738000167

NOME EMPRESARIAL:

V R FRANCO NETO LTDA

NOME FANTASIA:

V F REPRESENTAñÕES

SITUAÇÃO CADASTRAL:

ATIVO

NATUREZA JURÍDICA:

CBO:

2062 - Sociedade Empresária Limitada

DOC. CONSTITUIÇÃO:

CONTRATO SOCIAL

ALT. ATUAL. CONTR. SOC.: 14/07/2023

ORGÃO DE REGISTRO:

JUNTA COMERCIAL -

NIRE: 21201073240

CAPITAL SOCIAL: REG. TRIBUTÃRIO: 170.000.00 Simples Nacional

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 122377982 TIPO ESTABELECIMENTO: SEDE/MATRIZ

SUBSTITUTO TRIBUTÃRIO:

N?0

REGIME PAGAMENTO: DE COMPETENCIA

INSCR. MUNIC. PRINCIPAL:

SIM

TIPO ENQUADRAMENTO: OUTROS **DATA DO REGISTRO: 29/01/1998**

FOLHA: LIVRO:

ATV. LICENCIADA VINCULADA: Taxa TLVLF Outras Atividades - Pequeno Porte

TIPO PORTE:

PEQUENO PORTE

TIPO DE INSCRIÇÃO: NORMAL

ENDERECOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE

ZONA URBANA

USO DO IMÓVEL: ALUGADO

TIPO DE IMÓVEL:

COMERCIAL

INSC. IMOBILIÃRIA 0604061026900000

CIDADE/UF:

SAO LUIS / MA

NÚMERO: 02

ENDEREÇO:

R J / RUA CECILIA MEIRELES

CEP: 65061430

BAIRRO: MARANHAO NOVO

COMPLEMENTO:

QUADRA02

ZONA RURAL:

POVOADO:

CCIR:

NIRF:

DATUM REFERÊNCIA:

LATITUDE:

LONGITUDE:

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

CIDADE/UF:

SAO LUIS / MA

NÚMERO: 32

ENDEREÇO:

R AUXILIAR II

CEP: 65072790

COMPLEMENTO:

07;

BAIRRO: COHAJAP

CONTATOS

CONTATOS	THE REPORT OF THE PROPERTY OF		
TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO		
TELEFONE	(98) 32495883		
TELEFONE	(98) 99951477		
E-MAIL	vrfneto@gmail.com		
	vrfneto@gmail.com		

TRIZID	ELA DO VALE
PROC. 4	ELA DO VALE 03001/2024
FLS.	139
RUB.	
	THE REAL PROPERTY OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED

FORMA DE ATUAÇÃO Estabelecimento Fixo LISTA DE ATIVIDADES CÓDIGO CNAE DESCRIÇÃO REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS 332950100 SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL 475390000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E 731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS, 471210000 COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
Estabelecimento Fixo LISTA DE ATIVIDADES CÓDIGO CNAE DESCRIÇÃO REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS 332950100 SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL 475390000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E 731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
Estabelecimento Fixo LISTA DE ATIVIDADES CÓDIGO CNAE DESCRIÇÃO REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS 332950100 SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL 475390000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E 731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
LISTA DE ATIVIDADESCÓDIGO CNAEDESCRIÇÃOPRINCIPAL952150000REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS332950100SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL475390000COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E731900200PROMOCAO DE VENDAS772920200ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E475989900COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO464270200COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO468340000COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
CÓDIGO CNAEDESCRIÇÃOPRINCIPAL952150000REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS332950100SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL475390000COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E731900200PROMOCAO DE VENDAS772920200ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E475989900COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO464270200COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO468340000COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
952150000 REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS 332950100 SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL 475390000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E 731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
332950100 SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL 475390000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E 731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
475390000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E 731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
731900200 PROMOCAO DE VENDAS 772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
772920200 ALUGUEL DE MOVEIS, UTENSILIOS E APARELHOS DE USO DOMESTICO E 475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
475989900 COMERCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO DOMESTICO NAO SIM 464270200 COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO 468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
468340000 COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS,
471210000 COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM
472969900 COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL OU
475710000 COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE PECAS E ACESSORIOS PARA
478900500 COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITARIOS
475470100 COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS
REPRESENTANTES E QSA
REPRESENTANTES DA EMPRESA
RESPONSABILIDADE CPF/CNPJ NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal 37136372100 VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO
Contábil 29249805349 WALDEREIS ALMEIDA SOARES
QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES
CPF/CNPJ NOME QUALIFICAÇÃO PARTICIPAÇÃO
37136372100 VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO EMPRESARIO 100%
ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO
IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE
ÁREA FÍSICA OCUPADA: 0,00m² QUANTIDADE: 0
QUADRAS E CINEMAS
QUANTIDADE DE QUADRAS: 0
QUANTIDADE DE CINEMAS: 0
Local: SAO LUIS / MA , 15/03/2024
CPF/CNPJ: 02331738000167
Nome/Razão: V R FRANCO NETO LTDA
Contribuinte
null
Servidor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

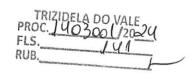
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

p					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.331.738/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABERTURA 26/01/1998				Á
NOME EMPRESARIAL V R FRANCO NETO LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (N V F REPRESENTACOES	IOME DE FANTASIA)				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 47.59-8-99 - Comércio vare	ADE ECONÔMICA PRINCIPAL Bjista de outros artigos de uso pess	oal e doméstico	não especifica	dos anteriorme	nte
33.29-5-01 - Serviços de m 46.42-7-02 - Comércio atac 46.83-4-00 - Comércio atac 47.12-1-00 - Comércio vare mercearias e armazéns 47.29-6-99 - Comércio vare especificados anteriormen 47.53-9-00 - Comércio vare 47.54-7-01 - Comércio vare 47.57-1-00 - Comércio vare doméstico, exceto informá 47.89-0-05 - Comércio vare 73.19-0-02 - Promoção de 77.29-2-02 - Aluguel de mó 95.21-5-00 - Reparação e n	ejista especializado de eletrodomés ejista de móvels ejista especializado de peças e acesática e comunicação ejista de produtos saneantes domis vendas evendas evendas experientes de uso manutenção de equipamentos eletro	uso profissiona ubos, fertilizante o predominância geral ou especia ticos e equipam asórios para apa sanitários doméstico e pe	s e corretivos de produtos al lizado em produentos de áudio relhos eletroelessoal; instrume	lo solo imentícios - mir itos alimentício e vídeo etrônicos para u entos musicais	s não
206-2 - Sociedade Empres LOGRADOURO R J / RUA CECILIA MEIREI		NÚMERO 02	COMPLEMENTO QUADRA02		
	AIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO SAO LUIS			UF MA
ENDEREÇO ELETRÓNICO CONTASWAS@GMAIL.COM		TELEFONE (98) 3227-7325			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVE	iL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CA 1/11/2005	DASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRA	AL				
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ES	PECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 15/03/2024 às 13:58:31 (data e hora de Brasília).





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa na 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ:

02.331.738/0001-67

Razão Social:

V R FRANCO NETO LTDA

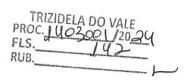
Atividade Econômica Principal:

4759-8/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Endereço:

RUA J / RUA CECILIA MEIRELES, 02 - QUADRA02 - MARANHAO NOVO - 65.061-430 - São Luís / Maranhão





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:

02.331.738/0001-67

DUNS®:

89****53

Razão Social:

V R FRANCO NETO LTDA

Nome Fantasia:

V F REPRESENTACOES

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 14/03/2025

Natureza Jurídica:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

MEI:

Não

Porte da Empresa:

Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:

Nada Consta

Impedimento de Licitar:

Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 11/09/2024 Automática FGTS Validade: 10/04/2024 Automática Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) Validade: 11/09/2024 Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 13/07/2024
Receita Municipal Validade: 13/07/2024

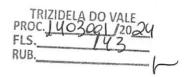
VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:

30/04/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 15/03/2024 15:11 1 de : CPF: 371.XXX.XXX-00 Nome: VIRGILIO RODRIGUES FRANCO NETO Ass:





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: V R FRANCO NETO LTDA

CNPJ: 02.331.738/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rrfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 12:08:56 do dia 15/03/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 11/09/2024.

Código de controle da certidão: 6E25.466E.0DA8.C6BD Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

TRIZIDELA DO VALE PROC. J. 40300 (120 24 FLS. J. 44 RUB.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

02.331.738/0001-67

Razão Social:

V R FRANCO NETO

Endereço:

- R J RUA CECILIA MEIRELES N 2 QD 02 - / - / SAO LUIS / MA / 65006-

143

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/03/2024 a 10/04/2024

Certificação Número: 2024031218274977569323

Informação obtida em 15/03/2024 12:07:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: V R FRANCO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.331.738/0001-67 Certidão nº: 18057440/2024

Expedição: 15/03/2024, às 12:11:32

Validade: 11/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que v R FRANCO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.331.738/0001-67, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

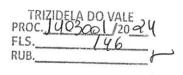
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 099043/24

Data da

15/03/2024 12:13:36

Inscrição Estadual: 122377982

CPF/CNPJ: 02331738000167

Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

Endereco:

RUA J RUA CECILIA MEIRELES, 2 QUADRA02 CEP: 65061430 - MARANHAO

Telefone:

(98)99951477

Município: SAO LUIS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

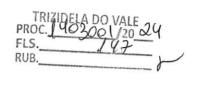
Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 13/07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/03/2024 12:13:36





GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 019888/24

Data da

15/03/2024 12:14:23

Inscrição Estadual: 122377982

CPF/CNPJ:02331738000167

Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

Endereço:

RUA J RUA CECILIA MEIRELES, 2 QUADRA02 CEP: 65061430 - MARANHAO

Telefone:

(98)99951477

Município: SAO LUIS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 13/07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/03/2024 12:14:23





PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 02certidao

Validade: 13/07/2024

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

	DADOS DA PESSOA JURÍI	DICA			
CNPJ: 02.331.738/0001-67	02.331.738/0001-67 Inscrição Municipal: 60902003				
Razão Social: V R FRANCO NETO	LTDA				
A)	TVIDADE ECONÔMICA PRI	INCIPAL			
475989900 – COMERCIO VAREJIST ESPECIFICADOS ANTERIORMENT		E USO DOMESTICO NAO			
	ENDEREÇO DE LOCALIZA	CAO			
Logradouro: RUA J / RUA CECILIA	A MEIRELES				
Número: 02 Complemento: QUADRA02					
Bairro: MARANHAO NOVO					
Município: SAO LUIS – MA		CEP: 65061430			

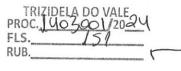
A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 15 de março de 2024 às 12:16, sob o código de autenticidade nº 6A7AD515437E405C3D1495C9DBB5D459.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

										1-1	٥	DELA 1 4030	00 VAL 201/20 149	24	
RECEBEMOS DE V R FRANCO NETO LTDA OS PRODUTOS COM	NSTANTE	ES DA NO	TA FISC.	AL INDICA	DA ABAIX	0				RL	JB.		1.5		_
DATA DE RECEBIMENTO IDENTIFICAÇÃO É ASS	SINATUR	A DO REC	EBEDO	R	Trible or deposite a	Note that share the name as	-	PT K. MES STOLEN TO COOK AND THE	months. Bere observed Assum	-			NF-6 N°. 14 SÉRIE	63	
V R FRANCO NETO LTDA R. Quatro Q E Jd Bela Vista, 500 Loja 1 Barcelona Center Cohajap - 65072743 Sao Luis/M 98999921477	17-	DOI AUXIL FISCAL 1		NTO A NOTA RÔNIG DA 33 1	CHAVE 21	WWW	Cor	autorial de la companya del companya del companya de la companya del	autenticio	dade no	portal	naciona	da NF-e		C) RESERVED SECURIFICATION (C)
Venda INSCRIÇÃO ESTADUAL	(1)/0	SC.ESTADO	101.00	CURRY TO	DIBLITA DI		4	421230	018957 1 CNPJ/CPI		3/06/2	023 14	4:23:29		
122377982	11/15	C.ESTADI	JAL DO	30831. 11	NIBU IARI	J			02331		00167				
DESTINATÁRIO / REMETENTE							10	NPJ/CPF			ittiin dan ii ii dan ii ii dan ii ii dan		DATA DA E	EMISSÃO	
MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO MARANI	HAO -	- SECF	RETA	RIA D	E EDU		00	0607796	360001	03			DATE DA	23/06/2	
PRACA DA MATRIZ , 01						ITRO					10000)		23/06/2	
Altamira do Maranhao	1	FONE/FAX				IUF MA	1	VSCRIÇÃO I	STADUAL				HORA DE		9:00
FATURA / DUPLICATAS						- I IVIZ									
-															
CÁLCULO DO IMPOSTO			DARED	E CÁLCUL	0.00.101	IC CT	11/0	LOR DO ICI	12 ST		Tva	I OR TOTA	L DOS PRO	DUTOS	-
BASE DE CALCULO DO ICMS VALOR DO ICMS 0,00		0,00	BASE D	E CALCOL	.O DO ION	0,0	1	LON DO ICI			0,00			11.10	0,00
VALOR DO FRETE VALOR DO SEGURO	,00	ESCONTO		0	00	RAS DESP	ESAS	0,0	VALOR	OO IPI		0,00	LOR TOTA	11.10	0.00
TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANS		RTADO	S						PLACA DO	velou		CNPJ/CF	26		
RAZÃO SOGIAL					OR CONT EM FR		JULIK	GO ANTT	PLACA DO	VEIGOL	0	CIVI-U/CI	,		
ENDEREÇO				MUNICIF	90	a year a sanasanaan ee Aan		and the second second			UF	INSCRIÇ	ÃO ESTAD	JAL	
QUANTIDADE ESPÉCIE MA	RCA		and the second	NUMERA	IÇÃO				PESO B	RUTO			so Llquii		
O DARROS DO DECONITO / CEDI//CO			nd executive record								0	,000		0	,000
DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO CÓDIGO DESCRIÇÃO		CM	0102	CFOP 5102	UNID pc	QUANT 3.0	000	VALOR UNIT		TOT 8/	ASE CÁLC	VL ICM	IS VL IPI	% ICMS	% IPI
0715 SUPER 1500 6906 REFIL PRE E CARVAO SUPER 1500		212100	0102	5102	pc	15,0	-	380,0000		00,00			_		
Torrica terretain and applicate programments of the state							-			THE PERSON NAMED IN					
			/ personal configuration from a resident				-		e uni compresso de constitución de constitució			Committee of the state of the s			An individual was seen as a second of the se
						-	And assessment of the Control of the		A reference with the second se	CAMPAGE OF THE PARTY OF THE PARTY OF			ALLE COMMENTS OF THE STATE OF		
			And Carlo Section And	The state of the s			Company May an even		and company on the control of the co	of American services of services					
			To be seen of the							And the second			Name of the last o	the second secon	
CALCULO DO ISSQN		to and it are the state of	1		1										
INSCRIÇÃO MUNICIPAL VALOR TO:	AL DOS	SERVIÇO.	S		BASE	DE CALCU	LOD	O ISSQN		V	ALOR DO	ISSQN			
DADOS ADICIONAIS								i seco	RIVADIO AC	11800					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES !- "DOCUMENTO EMÍTIDO POR MÉ OU EPP OPTANTE PELO S DE ICMS, DE ISS E DE IP!". Voce pagou approximadamente: R\$ 1.492,95 de tributos federais R\$ 1.332,00 de tributos estaduais Fonta: ISPT/empresometro.com.br FADD79	SIMPLES	NACIONA	4.55	vac) GERM	DIREITO	A CREO! C	O f 13	1	AND A	Venne					

									PI	TRIZIDE	LA DO) VAL	a.u			
RECEBEMOS DE V	R FRANCO NE	ETO LTDA OS PRO	DUTOS CONSTANT	TES DA NOI	TA FISCA	AL INDICAL	DA ABAIXC)	FL RL		1	20		NF-e	Marks & Cond. The Cond Assess	
DATA DE RECEBIME	ENTO	IDENTIFIC	AÇÃO É ASSINATU	RA DO REC	EBEDO	R	Philade - Washington, de publi			Option of the last	Street Street,			N°. 148 SÉRIE	31	100
				194	ABIR	na flore	1									
V R FRANCO NETO LTDA R. Quatro Q E Jd Bela Vista, 500 Loja 17 - Barcelona Center Cohajap - 65072743 Sao Luis/MA		DANFE DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 1 - SAÍDA		1000	TO CONTROL OF THE PROPERTY OF	Principal description of the company	TOTAL CONTROL OF THE	PATRICIA DE PARTICIO DE LA CONTRETENCIA DE LA CONTR	Pre-control de la carrencia y pre- pre predicta de la carrencia de la carrencia de la con- trol de la carrencia de la carrenci	A TOTAL CONTROL CONTRO	And international against and a Consol. And international consoleration for the Consol. And international consoleration for the Consol. And international consoleration for the Consoleration and international consoleration and	Account of the Control of the Contro	Control of the Contro			
	98999	921477	Luighin	N°. 1481 SÉRIE 1 FOLHA 1 de 1		2123 0702 3317 3800 0167 5500 1000 0014 8118 3266 5425 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora					25					
NATUREZA DA OPEI	RAÇÃO						PRO	TOCOLO DE	AUTORIZAÇÃ 421230	o de uso 0228256	75 26	/07/20	023 16	:32:44		
INSCRIÇÃO ESTADO	JAL		IA	ISC.ESTADI	JAL DO	SUBST. TR	IBUTÁRIO			CNPJ/CPF		-				
122377982 DESTINATÁR	RIO / REI	VETENTE		***	LINE AND LINE					023317	38000)16/				
NOME/RAZÃO SOCI	AL			and the second second second second		er autour de la			CNPJ/CPF					DATA DA E		
MANUTENC ENDEREÇO	AO E DE	SENVOLVI	MENTO DO	ENSIN	10		BAIRRO		4696782	2600012	5 CEP				26/07/2 Alda/ENTE	
Rua maneco	rego 640	0					centr				6572	5000			26/07/	2023
UNICIPIO	***************************************			FONE/FAX				MA	INSCRIÇÃO I	ESTADUAL			and the same of th	HORA DE		31:00
Pedreiras FATURA / DU	JPLICAT	AS	CONTRACTOR CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR CONT			****		11/1/1							10.0	
CÁLCULO D	O IMPOS	STO													***	
BASE DE CÁLCULO		VALOR DO	ICMS		BASE D	E CALCUL	DO ICM	0.00	VALOR DO IC	MS ST	Ω	00 VAL	OR TOTAL	DOS PRO		10.00
VALOR DO FRETE		0,00 VALOR DO SEGL	JRO L	0,00			OUTR	AS DESPES	AS	VALOR DO		001	VAL	OR TOTAL	DA NOTA	
	0,00		0,00			0,0	00		0,0	0		(0,00	-	1.84	10,00
TRANSPOR	TADOR /	VOLUMES	TRANSPO	RTADO	S	FRETE P	OR CONTA	COL	DIGO ANTT	PLACA DO V	ElCULO	UF	CNPJ/CPF			
						1	MFR	ETE				UF	WECEIC)	O ESTADO	IAI	
ENDEREÇO						MUNICIP	0					UF	INSCRIGA	IO ESTADI	<i>///L</i>	
QUANTIDADE	ESP	ÉCIE	MARCA			NUMERA	ÇÃO			PESO BR	UTO .	0,	000	so Líquid		0,000
DADOS DO		O / SERVI		VCM	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TO	T BAS	E CÁLC	VL ICMS	S VL IPI	% ICMS	% IPI
CÓDIGO 0715	DESCRIÇÃO SUPER PROC	CESSADOR DE AG		34212100	0102	5102	рс	1,0000	The last transmission of the last transmission				-	-		
					Complements representation to the complements and the complements of t				And the second control of the second		Appending to the control of the cont					
			and the second s		www.comore.ereccion.com/comoreccion/comoreccom/com/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/com/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/comoreccom/com/comoreccom/comoreccom/com/com/com/com/com/com/com/com/com			anno dagendo de contrato de co							estes accetures financial was too act on the full Markets	energinate strike strike strike strike strike energinate energinat
CÁLCULO		N	VALOR TOTAL DO	SSERVICO	S		BASE	DE CÁLCULO	DO ISSON		VAL	OR DO IS	SSQN			
60902003	JIPAL		VALOR TOTAL DO	COLITYIO												
DADOS AD									RES	ERVADO AO F	ISCO					
INFORMAÇÕES CO ! - "DOCUMENTO I DE ICMS, DE ISS E Voce pagou aproxii R\$ 247,48 de tribut R\$ 220,80 de tribut Fonte: IBPT/empre	EMITIDO POR E DE IPI*. madamente: os federais os estaduais	ME OU EPP OPTA	NTE PELO SIMPLE	S NACIONA	AL*;li - "7	NAO GERA	DIRETTO A	A CREDITÓ F	1		a comment					





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO MARANHÃO/MA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ: 06.021.323/0001-48

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa FRACO E FRANCO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.331.738/0001-67, localizada localizada à Rua Quatro, 500; Jardim Bela Vista/ São Luís/MA, forneceu para este Órgão Público, Purificadores de Água para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Altamira do Maranhão/MA

Informamos que os produtos foram entregues de modo satisfatório e suas quantidades estão demonstradas no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT
01	APARELHO DE TRAT. SUPER 1500: Aparelho de Água Super 1500 Descrição do ítem : Material : Polipropileno Estágio de filtragem: 2 (pre filtro e carvão) Tamanho/ Modelo: 20 " Local inst alação : Ponto de uso.	UND	10

Altamira do Maranhão - MA, 21 de Dezembro de 2021

CRISTIANE DE SOUSA DA SILVA Secretária Municipal de Saúde



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024
FLS. 152

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa:

V R FRANCO NETO LTDA

Assunto: Documento de Habilitação.

Prezado,

Por meio desta, conforme chamamento, apresento a documentação de habilitação, conforme aviso da Dispensa de Licitação n°10/2024, esta secretaria, no intuito de atender à necessidade na Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

O Aviso estava aberto do dia 25/03/2024 a 01/04/2024, o proponente protocolou sua proposta dia 27/03/2024, conforme consta no email informado.

Trizidela do Vale - MA, 02 de abril de 2024.

Rosângela Mota Lima Presidente da Comissão de Contratação Portaria nº 21/2023



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

FLS. 153

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA E DO PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024.

Objeto: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/FUNDEB.

A Secretaria Municipal de Educação, através da Presidente da Comissão de Contratação, apresenta justificativa de preço pertinente à Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

DAS COTAÇÕES

Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado no valor total de R\$ 55.240,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais).

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com a Lei 14.133/2021.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de dispensa de licitação, o qual fora composto por consultas realizadas com outros órgãos e potenciais fornecedores.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

O valor da proposta apresentada encontra-se mais vantajosa que o parâmetro da pesquisa de mercado anexa ao processo administrativo.

O fator preço, segundo a proposta de preços da empresa V R FRANCO NETO LTDA, para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 154

RUB____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, teve como escolha, o critério de julgamento "menor preço".

O custo total proposto é de R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais).

Entendo, através do que já foi exposto e considerando os aspectos utilizados, a referida contratação é considera economicamente vantajosa para a administração.

DA ESCOLHA.

O proponente escolhido neste processo para sacramentar a contratação da empresa V R FRANCO NETO LTDA, à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL.

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Do acima exposto, optamos pela realização de certame por meio de dispensa de licitação, sem qualquer afronta a lei de regência dos certames licitatórios e contratação de pessoa física, após verificação das suas condições de Habilitação Jurídica, Regularidade fiscal e trabalhista.

Diante disso resta deixar resignado que o preponente demostrou habilmente sua habilitação.





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 155

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇÃO

Após a devida verificação habilitatória, encaminhasse a Assessoria Jurídica deste Município, consoante o disposto no Art. 53 da Lei nº. 14.133/21, para a apreciação do termo de justificativa para dispensa de licitação e elaboração da minuta do Contrato.

Trizidela do Vale - MA, 02 de abril de 2024.

Rosângela Mota Lima Presidente da Comissão de Contratação Portaria nº 21/2023

Ratifico a presente JUSTIFICATIVA.

Em, __/__/2024.

Maria Sonia Silva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. <u>156</u> RUB *L*

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

Processo nº 1403001/2024.

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Educação/FUNDEB.

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

ORIGEM:	
Secretaria Municipal de Assistência Educação/FUNDEB.	
DESTINO:	

ASSUNTO:

Encaminhe-se, preliminarmente, a Procuradoria Geral do Município, em seguida a Controladoria Geral do Munícipio, para providências cabíveis.



PROC. 1403	
FLS	157
RUB	1

TRIZIDELA DO VALE

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX

DISPENSA Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO DE COMPRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM A O FUNDO DE MANUTENÇÃO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, E A EMPRESA XXXX.

O Município de Trizidela do Vale, por intermédio do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, com sede na rua xxxxxxxxx, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxx, neste ato representado pelo (NOME DA AUTORIDADE E CARGO), e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, DE 2021, resolvem celebrar o presente instrumento, decorrente da Dispensa de Licitação nº __/2024, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.2. Objeto da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD.	UND.	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1						
2						
	TOTAL GERAL					

- 1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- a). O Termo de Referência;
- b). a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa;
- c). A Proposta do Contratado;
- d). Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

1





PROC. 1403	001/2024
FLS.	158
DLID	` _

TRIZIDELA DO VALE

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato será partir da data da assinatura do instrumento, até __/__/_, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PPREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (....)
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92,V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / /__.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **índice IGP-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

M

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIE	DELA	DO	VALE
PROC.	1403	001/	2024

FLS. 159 RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c). Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d). Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e). Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f). Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g). Cientificar o órgão de representação judicial da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h). Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i). Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- j). A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- a). O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão emportuguês, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b). responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c). comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

M

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIL	DELA	DO	VALE	
PROC.	14030	001/	2024	

FLS. 160

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- d). Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137,
 II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e). Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f). Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g). Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- h). Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- i). Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j). Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- k). Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 1). Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n). Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante
- o). Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

(M)

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO	VALE
PROC. 1403001	/2024
FLS.	161

RUB_____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a). der causa à inexecução parcial do contrato;
- b). der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c). der causa à inexecução total do contrato;
- d). deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e). não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f). não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g). ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h). apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i). fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j). comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k). praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 1). praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m). Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei);
- ii). Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4°, da Lei);
- iii). Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei)
- n). Multa:
- i). moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii). moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

LS.____

162

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- o). O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii). compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- p). A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°)
- q). Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- r). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- s). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°).
- t). Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- u). A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- v). Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°)
- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii) as peculiaridades do caso concreto;
- iii) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv) os danos que dela provierem para o Contratante;
- v). a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- x). Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
- z). A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- a.1) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

21.5	11.2
L3	165

RUB____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

b.2). As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a concussão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

 b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA do exercício de 2024, na dotação abaixo discriminada:

-	-			•	
()	man	/ 1	131/	cok	do.
OI:	gão	U	1110	Ja	uc.

Função:

Subfunção:

Programa:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo submetido à previa aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessária de antecipação de seus





PROC. <u>1403</u>	
FLS	164
DIID	, , ,

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2020)

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de Trizidela do Vale (MA), XX de XXXX de XXXX.

Pela CONTRATANTE

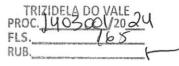
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:







ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Despacho da Procuradoria Geral do Município

Recebi nesta data os autos do processo administrativo nº 1403001/2024, para análise e parecer da minutado Contrato.

Encaminhe-se á Assessoria Jurídica para as providencias cabíveis

Em 02/04/2024.

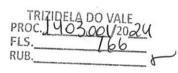
Dr. Edson Gomes Martins da Costa

OAB/MA: 8967

Procurador Geral do Município

Portaria nº 29/2021-GP







ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22 END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000 TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 29/2021-GP.

de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lai Orgânica do Município.

RESOLVE:

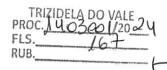
Art. 1º NOMEAR - EDSON GOMES MARTINS DA COSTA, CPF nº 529.056.323-72 para o Cargo de Procurador Geral do Município, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal





DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE



EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 292021GP/2021

PORTARIA Nº 29/2021-GP,

de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR - EDSON GOMES MARTINS DA COSTA, CPF nº 529.056.323-72 para o Cargo de Procurador Geral do Município, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 302021GP/2021
PORTARIA Nº 30/2021-GP, de 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com futoro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgánica do Município.

Frofekura Municipal de Trizidale de Vala CNPJ: 01.558.070/0801-22 Www.trizidale/evale.ma.gov.br/dianosficial/?id=1394





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 168

RÚB____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Parecer Jurídico

Dispensa de Licitação nº 10/2024.

Objeto: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

RELATÓRIO

O processo teve início com a requisição formulada pelo setor de compras e serviços da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, relatando a necessidade do objeto e justificando sua pretensão.

A requisição foi protocolada, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatórias ou através de contratação direta.

Consta nos autos os seguintes documentos:

- 1. Documento de formalização de demanda;
- 2. Justificativa para contratação direta;
- 3. Certidão de Autuação e Remessa;
- 4. Portaria do Agente de Contratação e equipe;
- 5. Pesquisa de mercado;
- 6. Despacho solicitando informações de reserva orçamentária;
- 7. Termo de Declaração de disponibilidade e reserva orçamentaria;
- 8.Termo de Referência;
- 9. Aviso de Dispensa;
- 10. Aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial.
- 11. Escolha da proposta mais vantajosa;
- 12. Documentos de habilitação;

Olu



TRIZID	ELA	DO	VALE
PROC.	14030	001/2	2024

FLS. 169 RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

13. Justificativa da escolha e do preço;

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria Jurídica, para a análise prévia quanto ao atendimento dos requisitos exigidos, prescrita no art. 72, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e atualizações de valores do Decreto Federal nº 11.317/2022. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a Prefeitura Municipal no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da dispensa de licitação.

É o relatório.

DA ANÁLISE JURÍDICA

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, entrou em vigência, em 1º de abril, e já se pode contratar, por dispensa de licitação, utilizando os novos limites, constantes no art. 75, superiores aos da Lei nº 8.666/93

Sobre essa questão, iniciamos lembrando a regra do art. 191, da Lei n 14.133/2021, que prevê que, durante dois anos, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a nova lei ou de acordo com o que vamos chamar de "antiga legislação" - a Lei nº 8.666/93, a Lei nº 10.520/02, das regras do RDC, constantes na Lei nº 12.462/2011 - visto que, conforme inciso II, do art. 193, a "antiga legislação" será revogada, apenas após dois anos da publicação da Lei nº 14.133/2021.

Logo, pela literalidade do art. 191, não existe dúvida de interpretação quanto à existência e utilização, durante dois anos, da "antiga legislação" e da Lei nº 14.133/2021, seja para procedimentos licitatórios, seja para as situações relativas às dispensas de licitação e inexigibilidade de licitação.

Na dispensa em tela a Comissão de Contratação corretamente seguiu o art. 191 da lei 14.133/2021, quando expressou no instrumento de contratação direta que seguiria a nova lei e não houve combinação da nova lei com a antiga, portanto a Comissão obedeceu a vedação de combinação das leis.

O Gestor optou por utilizar a Lei nº 14.133/2021, esse cenário muda consideravelmente, porém, não bastando, para tanto, a animação para se utilizar os novos limites para dispensa de licitação em razão de valor, que é o que muito se tem visto. Mas, principalmente, para que se altere a forma de pensar sobre o processo de dispensa de licitação, considerando o foco no planejamento de todas as contratações trazidas pela nova lei.

A dispensa de licitação verifica-se que situações em que, embora viável competição entre particulares, a lei reconhece a incompatibilidade entre a licitação e os valores norteados na atividade administrativa, sob o prisma de proporcionalidade. Para cada ente federado começar a fazer uso da nova lei de licitação é recomendável que cada ente edite normas regulamentares disciplinando o procedimento para as contratações diretas realizadas em seu respectivo âmbito.

Comp



TRIZID	ELA	DO	VALE
PROC.	14030	001/2	2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Isso significa a realização de um procedimento de contratação, cujo desenvolvimento comprovará de modo objetivo ter sido adotado a solução mais vantajosa.

A Prefeitura de Trizidela do Vale/MA já regulamentou a lei 14.133/2021, através da Resolução nº 063, de 29 de novembro de 2021, portanto já está apta para usar a nova lei, com isso a supra contratação encontra-se fundamentada na lei 14.133/2021.

DA VIABILIDADE DE COMPETIÇÃO:

A dispensa de licitação é consagrada por lei para situações em que é viável a competição. A lei determina a dispensa de licitação por reconhecer que a sua ocorrência não traria os benefícios pretendidos ou, mesmo, acarretaria outros malefícios indispensáveis. A licitação seria uma solução inadequada ou desnecessária para promover o atendimento às necessidades coletivas ou comprometeria a realização de outros valores igual protegido pelo direito

DA QUESTÃO DE CUSTO E BENEFÍCIO:

Toda licitação envolve uma relação de custo e benefício. Há custos econômicos propriamente ditos, derivados do cumprimento dos atos materiais da licitação (publicação pela imprensa, realização de testes laboratoriais etc...) e da alocação de pessoal. Há custos de tempo, referente a demora para o desenvolvimento dos atos da licitação. Também podem existir outras espécies de custo a ser examinado caso a caso.

Em contrapartida a licitação produz benefícios para a Administração. Esses benefícios consistem em que a Administração efetivará (em tese) contratação mais vantajosa do que realizaria se a licitação não tivesse existido. A dispensa da licitação decorre do reconhecimento por lei de que os custos inerentes a uma licitação superam os benefícios que dela poderiam advir. A lei dispensa licitações para evitar o sacrifício dos interesses coletivos e supra individuais.

A ESCOLHA LEGISLATIVA FUNDAMENTADA: A PROPORCIONALIDADE:

Todas as hipóteses de dispensa de licitação presente apresentam em comum a característica de previsão legislativa. Não se admite a criação de um caso de dispensa sem lei assim dispondo e no caso em tela enquadra-se no artigo 75, inciso II da lei 14.133/ 2021, in verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

 (\ldots)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$
 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Alterado pelo Decreto Federal nº 11.871 de 12/2023 passando para R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos) e R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) respectivamente:

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

FLS. (+)

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

CNPJ Nº 01.558.070/0001-22
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Inciso II do caput do art. 75	R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)

O elenco do artigo 75 da lei 14133/2021 pode ser enquadrado em diversas categorias em vista de seu conteúdo jurídico e as finalidades que norteiam a sua instituição. A hipótese de dispensa de licitação do artigo 75 podem ser sistematizado segundo o ângulo de manifestação desequilíbrio da relação do custo benefício, sendo que o caso em tela refere-se custo econômico da licitação, ou seja, o custo econômico da licitação, é superior ao benefício dela extraível.

O § 1º d o art. 75, da lei 14.133/2021determina a obrigatoriedade da somatória de valores para determinação do cabimento da dispensa de licitação, in verbis:

- § 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
- I o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
- II o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

(...)

Quando o valor do somatório ultrapassar o limite estabelecido na lei, a solução reside em promover a licitação regular, porém observa-se que a somatório corresponde ao limite estabelecido.

DO AVISO (PUBLICAÇÃO):

No supra processo foi devidamente cumprido a exigência de divulgação do aviso da dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, sendo publicado no site oficial do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, e em seu quadro de avisos, obedecendo o que reza o no § 3º do art. 17 da lei 14.133/2021, in verbis:

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZIDELA	
PROC. <u>1403</u>	001/2024
FLS	172
DIID	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

O PREÇO DE MERCADO E PESQUISA:

O preço executado neste procedimento encontra-se dentro do mercado.

Como na contratação direta a administração não está liberada de promover todas as atividades de pesquisa de preço e de solicitação de oferta dos potenciais interessados, então percebe-se que no caso em tela foi obedecido e com isso existe a pesquisa de preço nos autos, além de haver também divulgação ampla pelo órgão a sua intenção de promover a contratação tal se destina inclusive ao fim de obter propostas dos pretensos prestadores de serviços.

No procedimento em tela observa-se que a Comissão de Contratação no momento da realização de sua pesquisa de preço, tomou por base a Instrução Normativa nº 002, de 16 de janeiro de 2023.

Observou, inclusive, o mesmo procedimento do art. 23, onde é regrado quais os parâmetros utilizados para se chegar no valor estimativo da contratação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral e para obras e serviços de engenharia, para que se conste o valor estimado da contratação.

DA SELEÇAO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA:

Após a pesquisa de preço e a publicação do aviso de interesse da Secretaria Municipal de Educação em contratação direta do objeto deste procedimento, então a Comissão de Contratação buscou selecionar a melhor proposta possível com observância no princípio da isonomia, portanto a contratação foi ao melhor possível, na circunstância existente e identificadas pela autoridade competente, conforme se vê acerca de condições do mercado e da capacitação do particular escolhido.

DA GARANTIA AOS PRINCÍPIOS DA REPÚBLICA E DA ISONOMIA:

A ausência de licitação não pode ser interpretada, também nessa hipótese, como autorização para a contratações abusivas ou infringentes ao princípio da isonomia.

Assim, imagine-se um invento apto a gerar resultados econômicos de grande relevo, cuja produção tenha demandado investimento vultuosos dos cofres públicos. A dispensa de licitação não significa que a administração estaria liberada para produzir contratação por valores ínfimos (ou incompatíveis com investimento público e com valor económico do invento). Nem poderia

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 173

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

adotar tratamento preferencial em favor de determinado particulares sem assegurar a possibilidade de disputa por todos os possíveis interessados.

A ora contratação direta justifica-se pelas dificuldades de compatibilizar a transferência onerosa do direito de exploração de um invento ou de uma tecnologia com as formalidades da licitação.

No caso em tela a Secretaria, observou as formalidades em geral exigível em qualquer hipótese de contratação, pois mesmo sendo contratação direta não autoriza o afastamento das formalidades indispensável a realização de qualquer contrato. No procedimento de tela observase que foi obedecido todos os requisitos que a lei dispõem, ou seja, os documentos que deve compor a dispensa de licitação está com documento de formalização da demanda que consta nos autos termo de referência com especificações e todos os detalhes que a lei é exige, a estimativa de despesa calculada e na forma estabelecida na IN nº 002/2023, o parecer técnico que demonstra o atendimento dos requisitos exigidos, demonstração de compatibilidade da previsão de recursos financeiros com compromisso a ser assumido, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, há nos autos a razão de escolha do contratado, a justificativa de preço e autorização da autoridade competente, portanto preenchendo todos os requisitos do artigo 72 da lei 14133 de 2021.

- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- I documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso,
 que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI razão da escolha do contratado;
- VII justificativa de preço;
- VIII autorização da autoridade competente.

(M)



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024
FLS. 174
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Vemos, então, que, agora, o gestor que decidir pela dispensa de licitação, deverá iniciar o processo com um documento que apresente a necessidade da contratação para que, se for o caso, seja realizado um estudo técnico preliminar para definir a melhor solução para atendimento da necessidade, analisando-se, inclusive, os riscos daquelas soluções possíveis, para, ao final, se indicar qual a solução mais viável a ser contratada, que no processo em análise foi dispensado, por tratar-se de bem de pequeno valor.

DO CONTRATO:

Acerca da formalização do contrato, a lei, em seu artigo 95, também flexibiliza a exigência do instrumento de contrato na dispensa de licitação em razão de valor, prevendo a possibilidade de o instrumento ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, podendo o processo de contratação produzir os efeitos jurídicos pretendidos, no que tange a contratação por dispensa de licitação a empresa V R FRANCO NETO LTDA, para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, no valor total de R R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais), mediante dispensa de licitação, com fundamento no Art. 75, II, da lei 14.133/2021 c/c os Regulamentos deste município: nº 040/2023, que trata das dispensas, e o nº 063/2021, que trata da Licitações, cumpridas as formalidades administrativas.

Recomenda-se que não seja realizado nova dispensa com o mesmo objeto por esta Secretaria sob pena de irregularidades, bem como seja todo o procedimento publicado no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA e no sistema SINC do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Retornem os autos a Controladoria do Município e em seguida a Presidente de Contratação.

É o Parecer,

Trizidela do Vale/MA, 03 de abril de 2024.

José Gutemberg Nascinacho Filho Assessor Jurídico do Município OAB/MA N° 18.375

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01.558.070/0001-22

END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000

TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 209/2021 - GP.

De 08 de março de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - JOSÉ GUTEMBERG NASCIMENTO FILHO, portador do CPF nº 017.324.873-08, para o cargo de Chefe do Departamento de Processos na Assessoria de Processos Judiciais, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do municipio de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 08 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE MARÇO DE 2021.

> Deibson Perella Freitas Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 888 de 9 de Março de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS nomeação: 209/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE -ESTADO DO MARANHÃO, no uso de sues legais atribuições, que lhe são conferidas. RESOLVE:.

Art. 1º - NOMEAR - JOSÉ GUTEMBERG NASCIMENTO FILHO, portador do CPF nº 017.324.873-08, para o cargo de Chefe do Departamento de Processos na Assessoria de Processos Judiciais, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portarla entra em vigor na data de sua publicação, 08 de março de 2021. PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE MARÇO DE 2021. Delbson Pereira Freitas Prefeito Municipal

Profeitura Municipal de Trizidela do Vale
CNPJ: 01.558.070/0001-22
www.lnzidelaciovale.me.gov.br/dlarlooficlal/?id=1465







TRIZIDELA DO VALE	
PROC.1903901/20	
FLS. 1+7	-
RUB/	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

PARECER Nº 0304028/2024-CGM Dispensa de Licitação nº 10/2024 Processo Administrativo nº 1403001/2024

CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA, PARA A AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO E DE APARELHOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS FILTRANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE FUN. DE MAN. E DES. DA EDU. BÁSICA(FUNDEB), DO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE.

O Setor de Controle Interno do Município de Trizidela do Vale – MA, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto nos arts. 31, 70, 74 e 75 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº. 101/2000, conjugados com o disposto nas Leis Federais nº. 4320/64 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

Veio ao conhecimento desta Controladoria, processo de dispensa de licitação nº 001/2024 para análise e parecer opinativo, referente a CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA, PARA A AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO E DE APARELHOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS FILTRANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE FUN. DE MAN. E DES. DA EDU. BÁSICA(FUNDEB), DO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE, para analise quanto a legalidade e verificação das demais formalidades, atuando no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

O processo administrativo em questão tem base legal o artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, demonstrado na justificativa desta dispensa de licitação como fundamento legal para a contratação pretendida, assim dispõe o aludido artigo:

Art. 75 E dispensável a licitação:

(...)

II -para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

Anexo

Atualização Dos Valores Estabelecidos Na Lei Nº 14.133, De 1º De Abril De 2021

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 75, caput, inciso II	R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)





TRIZIC	ELA DO VALE
PROC.	03601/2004
FLS.	20
RUB.	
10-075	

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Tratando-se de realização de despesas no referido procedimento de Dispensa de Licitação e por se configurar competência do Controle Interno a análise do presente procedimento em epígrafe consta com a seguinte documentação:

- ✓ Termo de Atuação de processo Administrativo;
- ✓ Consta as cotações de preços;
- ✓ Proposta de preço;
- ✓ Consta a justificativa de necessidade da contratação;
- ✓ Consta Termo de Referência:
- ✓ Autorização do início de processo de dispensa de licitação;
- ✓ Solicitação de disponibilidade orçamentaria;
- ✓ Declaração de adequação orçamentaria e financeira em conformidade com o art. 16, II da Lei 101/2000;
- ✓ Consta a Portaria que designa os Agentes e Membros da Comissão de Contratação de licitação para atuarem nas licitações;
- ✓ O procedimento de dispensa de licitação foi devidamente autuado;
- ✓ Consta nos autos a minuta do contrato;
- ✓ Consta o Parecer Técnico Jurídico;
- ✓ Extrato de dispensa de licitação;
- ✓ Consta toda documentação de habilitação do licitante;
- ✓ Consta o Termo de Contrato;
- ✓ Foi realizada a devida publicação aos extratos dos contratos celebrados.

Parecer:

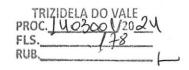
Diante da instrução processual e exclusivamente em relação a sua formalidade ante aos fatos expostos e analise desta Controladoria realizada, certificamos que a Comissão de Contratação de licitação demonstrou que foram cumpridas as exigências legais vigentes.

Ante aos fatos expostos e análise desta Controladoria realizada, e considerando os dados extraídos dos autos, por existirem justificativas para a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, também estando referenciada com Parecer Jurídico, e sendo destinado a atender a necessidade da Secretaria de Cultura, constatase a total legalidade do presente processo, haja vista ter atendido todas as exigências contidas na Legislação vigente, sobretudo a Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações e demais normas dos Órgão de Controle vigente.

Retorne os autos a CCL para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

Este é o parecer, meramente opinativo, salvo melhor juízo.

Ivanilson Soares de Lima Controlador Geral Portaria nº 32/2021-GP Trizidela do Vale, 03 de abril de 2024





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL - CNPJ. 01,558,070/0001-22 END. AV. DEPUTADO CARLOS MELO - Nº 1670 - AEROPORTO-65727-000 TRIZIDELA DO VALE-MA

PORTARIA Nº 32/2021-GP.

de 04 de Janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fuicro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

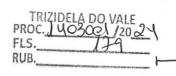
Art. 1º NOMEAR - IVANILSON SOARES DE LIMA, CPF Nº 721.375.333-91 para o cargo de Controlador do Municipio, observadas as competências constantes das leis. Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Municipio de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor ne data de sua publicação, 04 de taneiro de 2021

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

> Delisson Peraira Freitas Prefeito Municipal





DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE



EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 322021/2021 de 04 de Janeiro de 2021.

PORTARIA Nº 32/2021-GP,

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR - IVANILSON SOARES DE LIMA, CPF Nº 721.375.333-91 para o cargo de Controlador do Município, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Delbson Pereira Freitas

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 332021GP/2021 De 04 de janeiro de 2021. PORTARIA Nº 33/2021 - GP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE- ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - JOSÉ LEÓNCIO COUTINHO IBIAPINO, Portador do CPF nº 438.060.073-49 para o Cargo de Presidente da Casa dos Conselhos, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentes pertinentes do município de Trizidela do Vale.

> Prefeitura Municipal de Trizidela do Vala [13] \$ CNPJ: 01.558.070/0001-22 3 www.trlzidelacovale.ma.gov.br/diaricoficial/?id=1394





TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. 180
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Sra. Maria Sonia de Abreu. Sec. Mun. de Educação. Nesta.

Prezada,

Á vista das manifestações anteriores, reconheço a dispensa de licitação, com base no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Parecer Jurídico, para a contratação empresa V R FRANCO NETO LTDA, para a aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, no valor total de R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais).

A realização da despesa está dispensada de licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, encaminho o presente processo a Vossa Senhoria para homologação/adjudicação do ato, e sua publicação, nos exatos termos do diploma legal.

Trizidela do Vale - MA, 03 de abril de 2024.

Rosangela Mota Lima Presidente da Comissão de Contratação Portaria nº 21/2023



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA Nº 10/2024.

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA.

A Secretária de Educação, a Sra. Maria Sônia de Abreu, no uso de suas atribuições legais, em consonância com as informações, justificativas, documentos e parecer contidos no Processo Administrativo nº 1403001/2024, originário da Dispensa de Licitação, bem como de acordo com as disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, HOMOLOGO o resultado da Dispensa 10/2024 e ADJUDICO o objeto ao vencedor: a empresa V R FRANCO NETO LTDA, pelo valor total de R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais).

Relata-se nos autos que o proponente declarado vencedor comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, as Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhido por atenderem todas as exigências do avido de contratação e seus anexos, inclusive por apresentar o menor preço do valor estimado.

Para prosseguimento, DETERMINO as seguintes providências:

- I Encaminhe-se para a contratação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 114.133/2021, juntando-se a Portaria de Fiscal de Contrato.
- II Em seguida, providenciar, nos termos do art. 95, I, da citada Lei nº 14.133/2021, a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa adjudicatária.
- III Após, inserção no Sistema do TCE/MA, PNCP, bem como demais divulgações exigidas nos art. 72, parágrafo único e 94 da Lei nº 14.133/20221.
- IV Por fim, encaminhe-se o procedimento à contabilidade e ao fiscal de contrato, para providenciar o envio do Contrato e da nota de empenho, à empresa vencedora, juntamente com a Ordem de Serviço, e realizar a fiscalização e recebimento do objeto, nos termos do art. 140, II, da Lei 14.133/2021, com redação dada pelo Termo de Referência.

Trizidela do Vale/MA, 04 de abril de 2024.

Maria Sonia Silva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP.



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024
FLS. \{\mathcal{F}\mathcal{L}

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

PUBLICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA Nº 10/2024. OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos MANUTENÇÃO necessidade do **FUNDO** DE filtrantes para atender as DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA. A Secretária de Educação, a Sra. Maria Sônia de Abreu, no uso de suas atribuições legais, em consonância com as informações, justificativas, documentos e parecer contidos no Processo Administrativo nº 1403001/2024, originário da Dispensa de Licitação, bem como de acordo com as disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, HOMOLOGO o resultado da Dispensa 10/2024 e ADJUDICO o objeto ao vencedor: a empresa V R FRANCO NETO LTDA, pelo valor total de R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais). Relata-se nos autos que o proponente declarado vencedor comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, as Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhido por atenderem todas as exigências do avido de contratação e seus anexos, inclusive por apresentar o menor preço do valor estimado. Para prosseguimento, DETERMINO as seguintes providências: I - Encaminhe-se para a contratação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 114.133/2021, juntando-se a Portaria de Fiscal de Contrato. II - Em seguida, providenciar, nos termos do art. 95, I, da citada Lei nº 14.133/2021, a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa adjudicatária. III - Após, inserção no Sistema do TCE/MA, PNCP, bem como demais divulgações exigidas nos art. 72, parágrafo único e 94 da Lei nº 14.133/20221. IV - Por fim, encaminhe-se o procedimento à contabilidade e ao fiscal de contrato, para providenciar o envio do Contrato e da nota de empenho, à empresa vencedora, juntamente com a Ordem de Serviço, e realizar a fiscalização e recebimento do objeto, nos termos do art. 140, II, da Lei 14.133/2021, com redação dada pelo Termo de Referência. Trizidela do Vale/MA, 04 de abril de 2024. Maria Sônia Silva Abreu. Secretária Municipal de Educação. Portaria nº 01/2021-GP.



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

FLS. 183 RUB

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ N° 31.907.632/0001-67
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA/FUNDEB

DESPACHO ENCAMINHANDO ARQUIVOS EM MÍDIA PARA PUBLICAÇÃO NO DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO
DA:
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB.
PARA:
Setor de Tecnologia da Informação
ASSUNTO:
Encaminho a mídia contendo o TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 10/2024, para as providências cabíveis.



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. RUB______

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

Atendendo a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial ao Princípio da Publicidade, certifico para os devidos fins, que o "TERMO DE HOMOLOGAÇÃO" da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024, foi afixado no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal na presente data.

Secretaria Municipal de Administração, Trizidela do Vale, Estado do Maranhão, em 04 de abril de 2024.

Cristiane Cruz de Freitas CPF: 013.801.323-39 Setor de Publicação



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 185

RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

Pelo presente instrumento e com base da **Dispensa de Licitação**, amparado pelo artigo Art. 75, II da Lei 14.133/2021, convocamos a empresa V R FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 02.331.738/0001-67, com sede Rua J/Rua Cecilia Meireles nº 02, Quadra 02 — Maranhão Novo São Luís — MA - CEP: 65061-430, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Virgilio Rodrigues Franco Neto, para comparecer na Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale/MA, no prazo de cinco dias úteis (segunda a sexta-feira) e no horário das 08:00 (oito) horas às 12:00 (doze) horas, para a contar da data de seu recebimento o Termo de Contrato.

No ato da assinatura, a empresa deverá comprovar que está em dia com as obrigações fiscais, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

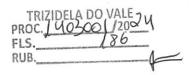
- a). Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- b) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- c).CND Certidão Negativa de Débito e CNDA Certidão Negativa da Dívida Ativa, perante a fazenda Estadual; e
- d). CNDT Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

As certidões expedidas pela internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação e contra a mesma serão aplicadas as sanções administrativas e penalidades previstas em lei.

Trizidela do VAle/MA, 04 de abril de 2024.

Maria <u>Sônia</u> Silva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: V R FRANCO NETO LTDA

CNPJ: 02.331.738/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

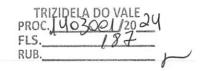
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou <a href="http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 12:08:56 do dia 15/03/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 11/09/2024.

Código de controle da certidão: 6E25.466E.0DA8.C6BD Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)



Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 02.331.738/0001-67

Código de Controle: 6E25.466E.0DA8.C6BD

Data da Emissão: 15/03/2024

Hora da Emissão: 12:08:56

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 15/03/2024, com validade até 11/09/2024.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

02.331.738/0001-67

Razão Social:

V R FRANCO NETO

Endereço:

- R J RUA CECILIA MEIRELES N 2 QD 02 - / - / SAO LUIS / MA / 65006-

143

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

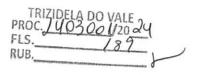
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:12/03/2024 a 10/04/2024

Certificação Número: 2024031218274977569323

Informação obtida em 15/03/2024 12:07:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 02.331.738/0001-67 Razão social: V R FRANCO NETO Nome fantasia: V F REPRESENTACOES

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
31/03/2024	31/03/2024 a 29/04/2024	2024033100371320498650
12/03/2024	12/03/2024 a 10/04/2024	2024031218274977569323
22/02/2024	22/02/2024 a 22/03/2024	2024022203445816401291
03/02/2024	03/02/2024 a 03/03/2024	2024020300471075522764
15/01/2024	15/01/2024 a 13/02/2024	2024011503322008587639
27/12/2023	27/12/2023 a 25/01/2024	2023122718213546833011
08/12/2023	08/12/2023 a 06/01/2024	2023120806521357916559
19/11/2023	19/11/2023 a 18/12/2023	2023111900423857383950
31/10/2023	31/10/2023 a 29/11/2023	2023103105390181249036
12/10/2023	12/10/2023 a 10/11/2023	2023101200482635316694
23/09/2023	23/09/2023 a 22/10/2023	2023092300484503416668
04/09/2023	04/09/2023 a 03/10/2023	2023090405494417737934
16/08/2023	16/08/2023 a 14/09/2023	2023081604574674121210
28/07/2023	28/07/2023 a 26/08/2023	2023072818281022429911
09/07/2023	09/07/2023 a 07/08/2023	2023070902165194396690
20/06/2023	20/06/2023 a 19/07/2023	2023062000543090859966
01/06/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	2023060100551847385102
13/05/2023	13/05/2023 a 11/06/2023	2023051300502516928818
24/04/2023	24/04/2023 a 23/05/2023	2023042400332330550568
05/04/2023	05/04/2023 a 04/05/2023	2023040500441196920290
17/03/2023	17/03/2023 a 15/04/2023	2023031700453713259047
26/02/2023	26/02/2023 a 27/03/2023	2023022600355393184880
07/02/2023	07/02/2023 a 08/03/2023	2023020700454059293982
19/01/2023	19/01/2023 a 17/02/2023	2023011900512091563433
31/12/2022	31/12/2022 a 29/01/2023	2022123100493043605511
12/12/2022	12/12/2022 a 10/01/2023	2022121200361395958830
23/11/2022	23/11/2022 a 22/12/2022	2022112300530985194401
04/11/2022	04/11/2022 a 03/12/2022	2022110400531850616860
16/10/2022	16/10/2022 a 14/11/2022	2022101600264812070567
27/00/2022	27/10/2022 2 26/10/2022	2022002700521113017072

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CKF			
08/09/2022	08/09/2022 a 07/10/2022	2022090800373025437182			
20/08/2022	20/08/2022 a 18/09/2022	2022082000534172279839 TRIZIDELA DO VALE			
01/08/2022	01/08/2022 a 30/08/2022	2022080100345131736870 PROC. J 4020 1202 4			
13/07/2022	13/07/2022 a 11/08/2022	2022071301014264651756 RUB8			
24/06/2022	24/06/2022 a 23/07/2022	2022062400474936037780			
05/06/2022	05/06/2022 a 04/07/2022	2022060500344821659746			
17/05/2022	17/05/2022 a 15/06/2022	2022051700495757474913			
28/04/2022	28/04/2022 a 27/05/2022	2022042800461747106954			
09/04/2022	09/04/2022 a 08/05/2022	2022040900483769383640			

Resultado	da	consulta	em	04/04/2024	12:	57:01	ĺ
-----------	----	----------	----	------------	-----	-------	---

Voltar Valtar	

TRIZIDELA DO VALE PROC. J 40300 (/2024 FLS. J 9/ RUB.

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: V R FRANCO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.331.738/0001-67 Certidão nº: 18057440/2024

Expedição: 15/03/2024, às 12:11:32

Validade: 11/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que V R FRANCO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.331.738/0001-67, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: V R FRANCO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.331.738/0001-67 Certidão nº: 18057440/2024

Expedição: 15/03/2024, às 12:11:32

Validade: 11/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que V R FRANCO NETO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.331.738/0001-67, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

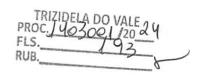
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 099043/24

Data da

15/03/2024 12:13:36

Inscrição Estadual: 122377982

CPF/CNPJ: 02331738000167

Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

Endereço:

RUA J RUA CECILIA MEIRELES, 2 QUADRA02 CEP: 65061430 - MARANHAO

Telefone:

(98)99951477

Município: SAO LUIS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 13/07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/03/2024 12:13:36



Patrico de Cardello Nagedive da Dabito

TRIZIDELA DO VALE PROC. 140300 (12024 FLS. 194 RUB.

Januarius ite Kraanies

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 099043/24

Data de Validade: 13/07/2024 12:13:36 Data de Emissão: 15/03/2024 12:13:36

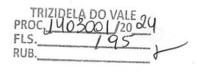
Inscrição Estadual: 122377982

CPF/CNPJ: 02331738000167
Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

ova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009





GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 019888/24

Data da

15/03/2024 12:14:23

Inscrição Estadual: 122377982

CPF/CNPJ:02331738000167

Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

Endereço:

RUA J RUA CECILIA MEIRELES, 2 QUADRA02 CEP: 65061430 - MARANHAO

Telefone:

(98)99951477

Município: SAO LUIS

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 13/07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 15/03/2024 12:14:23



Basilio de Carlleble Nagalliva da Divieb Aliva Ubranisto

Andreadmenter gengemeter

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 019888/24 Data de Validade: 13/07/2024 Data de Emissão: 15/03/2024 12:14:23

Inscrição Estadual: 122377982

CPF/CNPJ: 02331738000167 Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009



PREFEITURA DE SAO LUÍS

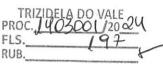
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 02certidao

Validade: 13/07/2024





CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

	DADOS DA PESSOA J	URÍDICA
CNPJ: 02.331.738/0001-67 Inscrição Municipal: 60902003		
Razão Social: V R FRANCO NET	O LTDA	
	ATIVIDADE ECONÔMICA	PRINCIPAL
475989900 – COMERCIO VAREJI ESPECIFICADOS ANTERIORMEN		OS DE USO DOMESTICO NAO
	ENDEREÇO DE LOCA	LIZACAO
Logradouro: RUA J / RUA CECII	LIA MEIRELES	
Número: 02 Complemento: QUADRA02		
Bairro: MARANHAO NOVO		
Município: SAO LUIS – MA		CEP: 65061430

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em 15 de março de 2024 às 12:16, sob o código de autenticidade nº 6A7AD515437E405C3D1495C9DBB5D459.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: V R FRANCO NETO LTDA

CPF/CNPJ: 02.331.738/0001-67

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os <u>Sistemas ePAD e CGU-PJ</u> consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</u> apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O <u>Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)</u> apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O <u>Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)</u> apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:59:43 do dia 04/04/2024, com validade até o dia 04/05/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: NQXzuuhoiAADs3oQ8Odb

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIZID	ELA DO VALE 21,
PROC.	0300 VALE 24
FLS	199
RUB	

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 04/04/2024 12:00:16

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: V R FRANCO NETO LTDA

CNPJ: 02.331.738/0001-67

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: Licitantes Inidôneos Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa

e Inelegibilidade

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE



EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 850 de 4 de Janeiro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 012021GP/2021

PORTARIA Nº 01/2021-GP.

De 04 de Janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, com fulcro no Art. 66,VI e IX; da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR - MARIA SÔNIA SILVA ABREU, portadora do CPF 449.499.953-91, para o cargo de **Secretária Municipal de Educação**, observadas as competências constantes das leis, Lei Complementar nº 07 de 04 de dezembro de 2013 e os regulamentos pertinentes do Município de Trizidela do Vale.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de Janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - nomeação: 022021 GP/2021

PORTARIA Nº 02/2021 - GP.

De 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE- ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - **ENOQUE DE SÁ BARRETO FILHO**, Portador do CPF nº 651.763.403-72, para o Cargo de **Secretário Municipal de Administração**, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 04 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

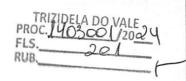
Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale

CNPJ: 01.558.070/0001-22

www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1394

Página(s) 9 de 39







ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

Av. Deputado Carlos Melo, 1670 - Aeroporto - CEP: 65727-000 - TRIZIDELA DO VALE\MA CNPJ: 01.558.070/0001-22 - Tel: - Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

DIÁRIO OFICIAL

Ano 8 - Edição Nº 849 de 13 de Janeiro de 2021

Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale
CNPJ: 01.558.070/0001-22
www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial/?id=1382





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIDELA DO VALE PROC. JUOZOOV2024
FLS. 202 PRUB.

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 849 de 13 de Janeiro de 2021

O QUE É O DIÁRIO OFICIAL?

É UM VEÍCULO OFICIAL DE DIVULGAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CUJO OBJETIVO É ATENDER AO PRINCIPIO DA PUBLICIDADE QUE TEM COMO FINALIDADE MOSTRAR QUE O PODER PÚBLICO DEVE AGIR COM A MAIOR TRANSPARÊNCIA POSSÍVEL, PARA QUE / POPULAÇÃO TENHA O CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS ATUAÇÕES E DECISÕES.

SUMÁRIO

NOMEAÇÃO: DECRETO Nº 08/2021/2021 DECRETO Nº 08/2021, DE 13 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE E REGULAMENTA A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA QUANTO AS CONTAS DE GESTÃO E DE GOVERNO AOS ORDENADORES DE DESPESAS, SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFE





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

PROC. J 40200 VALE DO VALE RUB.

EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 849 de 13 de Janeiro de 2021

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - Nomeação: DECRETO № 08/2021/2021 DECRETO Nº 08/2021, DE 13 DE JANEIRO DE 2021.

> Ε DESCENTRALIZAÇÃO DISPÕE REGULAMENTA Α ADMINISTRATIVA QUANTO AS CONTAS DE GESTÃO E DE GOVERNO AOS ORDENADORES DE DESPESAS, SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO nos usos das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a necessidade de descentralizar a máquina administrativa para dar mais efetividade as contas de gestão e de governo em observância aos princípios que regem a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos;

CONSIDERANDO, a necessidade de implementar mecanismos para uma administração moderna, descentralizando as ações e meios de gerenciamento com maior celeridade os resultados e nas medidas governamentais;

CONSIDERANDO, que o ordenador de despesa é responsável pelos atos praticados com os recursos públicos, tendo o dever de prestar contas com o indispensável acompanhamento da execução orçamentária e financeira em conformidade com a disponibilidade financeira e a obrigatoriedade do controle da legalidade dos atos com eficácia e eficiente.

DECRETA

Art. 1º. Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas aos Secretários Municipais em suas respectivas pastas e Fundos Municipais as seguintes atribuições, assinar empenhos, liquidação e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar contratos, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União e demais atribuições inerentes aos respectivos cargos.

Parágrafo Primeiro: A delegação que trata o caput deste artigo é ampla, geral e irrestrita, inclusive atinentes às responsabilidades pela movimentação dos créditos orçamentários, juntamente com os programas que devem ser executados.

Parágrafo Segundo: Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Art. 2º. Fica delegado ao Secretário Municipal de Finanças a movimentar todas as contas bancárias referentes as despesas decorrentes dos ordenadores de despesa das Secretarias mencionadas no Art.1º deste Decreto e de suas respectivas pastas e fundos por meio de transferências bancárias, OBT - Ordem Bancária de Transferência voluntária ou emissão de ordens bancárias eletrônicas.

Art. 3º. Compete ainda ao Secretário (a) com delegação de gestão exercer as seguintes funções:

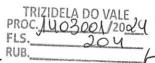
I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de governo e no Orçamento do Município;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão



ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE



EXECUTIVO

Ano 8 - Edição Nº 849 de 13 de Janeiro de 2021

orçamentaria, financeira e patrimonial de seus órgãos, bem como aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - Exercer o acompanhamento das operações de créditos;

IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

 V - Organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de contas do Estado, programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, sob seu controle;

VI - Coordenar e manter o efetivo controle dos estoques de seus almoxarifados, quando houver almoxarifado individual;

VII - Fiscalizar periodicamente junto ao responsável pelo almoxarifado, no que concerne ao recebimento de bens e serviços prestados;

VIII - Efetuar, sob sua responsabilidade, cancelamento de restos a pagar insubsistentes, liquidados, do exercício atual e anteriores;

Art. 4º. - Funcionará de forma centralizada o Departamento de Compras para atender todas as unidades gestoras, de acordo com a descentralização determinada neste Decreto.

Art. 5°. - A Comissão Permanente de Licitação será única, devendo manter um controle de acordo com o que estabelece a lei 8.666/93, fazendo-se a divisão entre obras, serviços de engenharia, compra e outros serviços, por cada uma das unidades decentralizadas.

Art. 6°. O Órgão responsável pelo Controle Interno do Município supervisionará aos atos praticados pelos ordenadores de despesas, visando ao fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 7º. Ficam convalidados os atos praticados pelas autoridades a que se referem os Artigos 1º ao 4º, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no limite das competências definidas neste Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser cientificado o Tribunal de Contas do Estado e a todas as instituições financeiras que operam os recursos do Município de Trizidela do Vale (MA).

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, 13 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal



autorizado a reajustar o piso salarial dos professores ativos, inativos e pensionistas da rede municipal de ensino de Trizidela do Vale-MA em 4% (quatro por cento) a incidir sobre o salário base da categoria.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como de orçamento suplementar e pelo Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Trizidela do Vale-MA, no caso dos inativos e pensionistas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 01 de ianeiro de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2024.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - LEI - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA MUNICIPAL DO TERÇO DOS HOMENS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE: 512/2024

Lei nº 512/2024, 08 de fevereiro de 2024.

Dispõe sobre a criação do Dia Municipal do Terço dos Homens no âmbito do município de Trizidela do Vale/MA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Trizidela do Vale, Estado do Maranhão.

Faço saber, que a Câmara Municipal DECRETA. e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Municipal do Terço dos Homens, a ser comemorado anualmente no dia 13 de maio.

Art. 2º - O Dia Municipal do Terço dos Homens tem por objetivo celebrar a devoção religiosa e a prática do Terço dos Homens, reconhecendo sua importância cultural e espiritual para a comunidade local.

Art. 3º - O Dia Municipal do Terco dos Homens torna-se patrimônio cultural e imaterial do município de Trizidela do Vale/MA, sendo promovida sua valorização, preservação e divulgação.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal poderá promover atividades e eventos alusivos ao Dia Municipal do Terço dos Homens, em parcerias com entidades religiosas e culturais locais.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2024.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - LEI - DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS PARA FINS DOS LIMITES PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CADA ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE TRIZIDELA DO VALE: 511/2024

Lei nº 511/2024, 08 de fevereiro de 2024.

Dispõe sobre a constituição das Unidades Gestoras para fins dos limites para dispensa de licitação, nos termos da legislação de licitações e contratos administrativos, cada órgão da Administração Direta de Trizidela do Vale/MA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Trizidela do Vale, Estado do Maranhão.

Faço saber, que a Câmara Municipal DECRETA, e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica constituída como Unidade Gestoras, para fins dos limites para dispensa de licitação, nos termos da legislação de licitações e contratos administrativos, cada órgão da Administração Direta de Trizidela do Vale/MA, assim compreendidos as Secretarias Municipais, a Procuradoria Geral, a Controladoria Geral e demais órgãos autônomos.

Parágrafo único. Unidade Gestora é a unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2024. TRIZIDELA DO VALE PROC. JU 0300 1/20 JU

205

Deibson Pereira FreitasFLS. Prefeito Municipal RUB





TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024 206

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

TERMO DE CONTRATO Nº 0404001-2/2024.

LEI N° 14.133 de 1° de abril de 2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2024.

TERMO DE CONTRATO DE COMPRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, E A EMPRESA V R FRANCO NETO LTDA.

O Município de Trizidela do Vale, Estado do Maranhão, por intermédio da FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB, com sede na Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670, Aeroporto, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 31.907.632/0001-67, neste ato representado pela Secretária de Educação a Sra. Maria Sónia Silva Abreu, nomeado pela Portaria nº 01/2021-GP, de 04/01/2021, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa V R FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 02.331.738/0001-67, com sede Rua J/Rua Cecilia Meireles nº 02, Quadra 02 Maranhão Novo São Luís - MA - CEP: 65061-430, denomínada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Virgilio Rodrigues Franco Neto, tendo em vista o que consta no Processo nº 1403001/2024, e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, DE 2021, resolvem celebrar o presente instrumento, decorrente da Dispensa de Licitação nº 10/2024, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.2. Objeto da contratação

ITEM	ESPECÍFICAÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Bebedoure infantil com 10 terneiras	1	UNID	8.700,00	8.700,00
2	REFIL PRÉ E GARVÃO SUPER 1500 - Manutenção feita de 6 am 6 mases - Dais estagos de filtragem proporcionados pelos elementos filtrantes Pré- filtro de Polipropileno, que retém as partes solidas como barro, lama, ferrugem e CARBOMAX, retém as partes químicas como cloro e outras particulas Material - plástico	5	DIND	360,00	1.800,00
3	Super propagator de Agus 1500 Modelo de filtragem mecânica polipropileno (PP) e carbomax	6	UNID	1.820,00	10.920,00
4	Manutenção e Impaza de bebedouros e reposição dos Elementos Rirantes Carvão SUPER 1500	20	SERV.	800,00	16,000,00
5	Manutenção e limpeza de bebedouros e reposição dos Elementos filirantes PP SUPER 1500		SERV.	800,00	16.000,00

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

20

Trabalho e deservolvimento

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- a). O Termo de Referência:
- b). a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa;
- c). A Proposta do Contratado;
- d). Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato será partir da data da assinatura do instrumento, até 31/12/2024, na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PPREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92,V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2024.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeropónto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u> FLS. <u>208</u>

RIIR

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) indice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) indice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preco do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c). Notificar o Contratado, por escrito, sobre vicios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d). Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e). Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f). Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- g). Cientificar o órgão de representação judicial da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h). Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i). Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

j). A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- a). O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão emportuguês, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b). responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c), comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d). Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e). Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f). Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g). Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- h). Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais providenciárias, tributárias o as domais provistas em logislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- i). Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovalc.ma.gov.bf



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. 200
RUB

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- j). Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- k). Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 1). Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n). Cumprir, além dos postulados legais vígentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante
- o). Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a), der causa à inexecução parcial do contrato;
- b), der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c). der causa à inexecução total do contrato;
- d). deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e). não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f). não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g), ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h), apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i), fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Aeroporto CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br

Trizidela do Vale-Maranhão



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- j), comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k). praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 1). praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m). Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii). Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4°, da Lei);
- iii). Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- n). Multa:
- i), moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii). moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- o). O atraso superior a 90 (noventa) días autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o ínciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii). compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- p). A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)
- q). Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- r). Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- s). Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Acroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.bg



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024

FLS. 212

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- t). Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quínze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- u). A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- v). Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º)
- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- ii) as peculiaridades do caso concreto;
- III) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- iv) os danos que dela provierem para o Contratante;
- v), a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- x). Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
- z). A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- a.1) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- b.2). As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a concussão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Baioro Aeroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65,727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE PROC. 1403001/2024
FLS. 213

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE/MA do exercício de 2024, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO:02 Poder Executivo

UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO: 361 - Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino

PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 - Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Material de Consumo

FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos

PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 – Aquisição de Equipamento e Materias

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e matérias permanente

FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo submetido à previa aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessária de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2020)

Endereço: Av. Deputado Carlos Melo, nº 1670- Bairro Agroporto- Trizidela do Vale-Maranhão CEP: 65.727-000- Site: www.trizideladovale.ma.gov.br



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. 214

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pedreiras (MA), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de Trizidela do Vale (MA), 04 de abril de 2024.

Maria Sônia Silva Abreu Secretária Municipal de Educação Portaria nº 01/2021-GP Pela CONTRATANTE

V R FRANCO NET LTDA CNPJ sob № 02.331.738/0001-67 Virgilio Rodrigues Franco Neto

> Representante legal. Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome



PROC. 1403	
FLS	215
RUB	Y

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ N° 31.907.632/0001-67 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0404001-2/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

No 0404001-2/2024. ORIGEM: Processo administrativo CONTRATO 1403001/2024. Da Dispensa de Licitação nº 10/2024. CONTRATANTE: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB. CONTRATADO: V R FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 02.331.738/0001-67.OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB de Trizidela do Vale/MA. VALOR TOTAL: R\$ R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais). FONTE DE RECURSOS: ORGÃO:02 Poder Executivo UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação. FUNCÃO: 12 – Educação. SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental. PROGRAMA: 0023 - Desenvolvimento da rede de ensino. PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 -Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - Material de Consumo. FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos. PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 - Aquisição de Equipamento e Materiais. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 -Equipamentos e matérias permanente. FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB - Comple. União - VAAF. DATA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04/04/2024 a 31/12/2024. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2024. SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Educação por sua Secretária Maria Sônia Abreu, como Contratante e pela empresa V R FRANCO NETO LTDA como Contratado.



Trabalho e desenvolvimento

TRIZIDELA DO VALE PROC. <u>1403001/2024</u>

.s. 216

RUB_

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE
CNPJ N° 31.907.632/0001-67
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA/FUNDEB

DESPACHO ENCAMINHANDO ARQUIVOS EM MÍDIA PARA PUBLICAÇÃO NO DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO		
DA:		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB		
PARA:		
Setor de Tecnologia da Informação		
ASSUNTO:		
Encaminho a mídia contendo o EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº		
0404001-2/2024/DL, para as providências cabíveis.		
0404001-2/2024/DL, para as providencias capiveis.		



TRIZIDELA DO VALE
PROC. 1403001/2024
FLS. 217
RUB_______

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE CNPJ Nº 01.558.070/0001-22 DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0404001-2/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.

Atendendo a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial ao Princípio da Publicidade, certifico para os devidos fins, que o "EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº **0404001-2/2024**" da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024, foi afixado no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal na presente data.

Secretaria Municipal de Administração, Trizidela do Vale, Estado do Maranhão, em 04 de abril de 2024.

Cristiane Cruz de Freitas CPF: 013.801.323-39 Setor de Publicação

TRIZIDELA DO VALE PROC. J. 403001 120 2 4 FLS. 2 18 RUB.



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE AV. DEPUTADO CARLOS MELO, Nº 1670 - AEROPORTO CNPJ Nº 01.558.070/0001-22

Portaria nº 03/2022 - GP, de 05 de janeiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – ERNILCE DE MOURA GOMES portadora do CPF nº 924.318.793-72, para o Cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Educação do Município, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 05 de janeiro de 2022.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal Assinado eletronicamente por: Deibson Pereira Freitas - CPF: ***.297.203-** em 07/01/2022 17:54:32 - IP com nº: 192.168.3.12



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE

TRIZIC PROC.J Y	O300 (120	E24
FLS.	21	9
RUB		g

EXECUTIVO

Ano 9 - Edição Nº 1136 de 7 de Janeiro de 2022

NOMEAÇÃO: 04/2022

Portaria nº 04/2022 - GP, de 05 de janeiro de 2022. O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE -ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas. RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - DIGERLANE DE SOUSA NASCIMENTO, portadora do CPF nº 001.410.983-25, para o Cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Assistência Social do Município, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 05 de janeiro de 2022.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 05 DE JANEIRO DE 2022.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA - NOMEAÇÃO: 03/2022

Portaria nº 03/2022 - GP, de 05 de janeiro de 2022. O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE -ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - ERNILCE DE MOURA GOMES

portadora do CPF nº 924.318.793-72, para o Cargo de

Fiscal de Contratos da Secretaria de Educação do

Município, observada as competências constantes das Leis

e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do

município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 05 de janeiro de 2022.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 08 DE JANEIRO DE 2021.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIA - NOMEAÇÃO: 07/2022

Portaria nº 07/2022 - GP, de 05 de janeiro de 2022. O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE -ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas legais atribuições, que lhe são conferidas. RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - ROSANGELA MOTA LIMA, portadora do CPF nº 883.502.403-00, para o Cargo de Gestora de Contratos Administrativos do Município, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 05 de janeiro de 2022.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 05 DE JANEIRO DE 2022.

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - Exoneração : 05/2022

DECRETO Nº 05/2022, DE 05 DE JANEIRO DE 2022. EXONERA A NOMEAÇÃO DA FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TRIZIDELA DO VALE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, na conformidade do art. 66, incisos VI e IX, Art. 38, II, a, da Lei Orgânica do Município. Art. 1º - Fica exonerada a nomeação da Servidora - MARIA ELIZANGELA SILVA LEITÃO, portadora do CPF nº 015.861.317-10, do Cargo de Fiscal de Contratos da Secretaria de Assistência Social do Município, observada as competências constantes das Leis e estrutura administrativa e os regulamentos pertinentes do município de Trizidela do Vale /MA.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, ARQUIVE-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO
VALE, ESTADO DO MARANHÃO, DE 05 DE JENEIRO DE

Deibson Pereira Freitas Prefeito Municipal



TRIZIDELA DO VALE PROC. J. 403001 J20 24
FLS. 220
RUB.

interna e da fase externa a que se refere o art. 7º deste normativo exercerão as mesmas competências dos agentes de contratação descritas nos arts. 5º e 6º deste Decreto, observadas as seguintes regras:

- I as comissões serão formadas por, no mínimo,
 3 (três) agentes públicos, observado o disposto no § 1º do art. 7º deste Decreto;
- II as comissões serão presididas, dentre os membros, por aquele designado pela autoridade competente do órgão ou da entidade;
 - III as decisões serão tomadas por maioria;
- IV os membros responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.
- Art. 9º Na hipótese de a equipe de planejamento concluir, na fase preparatória a que se refere o § 2º do art. 3º deste Decreto, pela presença dos elementos autorizadores da modalidade diálogo competitivo, o agente de contratação da fase interna deverá solicitar à autoridade competente a designação de comissão de contratação, observado o disposto no inciso Xí do § 1º do art. 32 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 1º À comissão de contratação a que se refere o caput deste artigo aplica-se o disposto nos incisos III e IV do art. 8º deste Decreto.
- § 2º Em licitação na modalidade diálogo competitivo, as atividades da comissão de contratação serão disciplinadas em regulamento próprio.

Seção III

Das Equipes de Apolo

- Art. 11. O agente ou a comissão de contratação poderá solicitar à autoridade competente a indicação de agente(s) para compor a equipe de apoio que auxiliará nas fases do processo licitatório.
- § 1º A equipe de apoio poderá ser formada por agentes públicos que tenham exercido a função de gestor ou de fiscal de contratos anteriores, similares ou correlatos, que:
- I possuam competência para a realização de pesquisa de preços ou para a elaboração de edital; ou
- II detenham quaisquer outros conhecimentos que o agente ou a comissão de contratação julguem necessários.
- § 2º A equipe de apoio poderá propor ao agente ou à comissão de contratação, justificadamente, a solicitação de manifestação técnica da assessoria jurídica, do controle interno ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, a fim de subsidiar a tomada de decisão.
- § 3º Poderão ser designadas diferentes equipes de apoio para as fases interna e externa do processo licitatório.

Art. 12. - O Agente de Contratação, a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 13. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - GESTÃO
E A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS
CELEBRADOS PELOS ÓRGÃOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E PELAS AUTARQUIAS
E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL: 04/2023

DECRETO Nº 04/2023 - GP, DE 16 DE JANEIRO DE

Dispõe sobre a gestão e a fiscalização de contratos celebrados pelos órgãos da Administração Direta e pelas autarquias e fundações do Poder Executivo Municipal e o recebimento do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente no § 3º do seu art. 8º e § 3º do art. 140 e CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos,

DECRETA: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos, celebrados pelos órgãos da Administração Direta e pelas autarquias e fundações do Poder Executivo Municipal, observarão as disposições deste Decreto.

Parágrafo único - Aplicam-se as disposições deste Decreto às contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ainda que não formalizadas pelo instrumento de contrato, na forma autorizada por seu art. 95.

- Art. 2° Para os fins deste Decreto, entende-se por:
- I contrato: todo e qualquer acordo de vontade entre órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal e terceiros, com a estipulação de obrigações reciprocas, seja qual for a denominação utilizada, incluindo seus aditivos e demais ajustes;
- II órgão ou entidade demandante: órgão ou entidade solicitante da contratação e responsável pela assinatura do contrato;

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087



TRIZIDELA DO VALE PROC. 140300 1/202

RUB

- III gestão de contratos: serviço geral de gerenciamento de contratos realizados desde a sua formalização até o seu término;
- IV fiscalização de contratos: atribuição de verificação da conformidade dos serviços e das obras executadas e dos bens entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o seu exato cumprimento;
- V equipe de fiscalização do contrato: equipe responsável por gerir e fiscalizar a execução contratual indicada pela autoridade competente do órgão da Administração Direta, da autarquia ou da fundação do Poder Executivo Municipal, composta por:
- a) gestor do contrato: agente público com atribuições gerenciais, técnicas funcionais e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- b) fiscal do contrato: agente público com atribuição de fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos e técnicos da execução, especialmente os referentes a pagamentos, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.
- Art. 3º As atividades de gestão e de fiscalização contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, assegurada a distinção dessas atividades.

Parágrafo único. A gestão e a fiscalização de contratos orientar-se-ão pelos princípios do planejamento, da eficiência, da segregação de funções, da proporcionalidade, da razoabilidade e da segurança jurídica, visando à boa administração e ao atendimento do interesse público.

- Art. 4º Os fiscais e os gestores de contrato contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- Art. 5° Para os fins do disposto neste Decreto, serão adotadas as definições trazidas no art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CAPITULO II DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO Seção I

Dos Agentes da Gestão e da Fiscalização

- Art. 6º Os fiscais e os gestores de contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, preferencialmente, dentre servidores efetivos ou empregados públicos, para o desempenho das funções essenciais de gestão e fiscalização da execução contratual, observados os demais requisitos do art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de
- § 1º A designação da equipe de fiscalização do contrato será realizada por ato formal do órgão ou da entidade demandante que integrará o processo da contratação, devendo ser devidamente publicada no Diário Oficial do Município de Trizidela do Vale/MA.
- § 2º É vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea nas funções de gestor e

fiscal de um mesmo contrato.

Art. 7º- A gestão e a fiscalização do contrato poderão ser compartilhadas entre vários agentes públicos, tendo em vista a natureza, a complexidade do objeto e a diversidade de unidades administrativas do órgão ou do ente público onde ocorrer sua execução, devendo ser definida no ato que designar os respectivos fiscais a parcela do objeto contratual que será atribuída a cada um.

Parágrafo único. Havendo a designação de mais de um gestor ou fiscal de contrato para atendimento de diversos setores de execução contratual, será o mesmo denominado como gestor ou fiscal setorial.

- Art. 8º São elementos do referido ato de designação do gestor e do fiscal do contrato:
- I a identificação do contrato objeto da fiscalização:
- II o nome, o cargo e a matricula do agente público designado
- III a menção expressa ao dever de observância da legislação pertinente, em conformidade com as disposições deste Decreto;
- IV o rol de eventuais obrigações específicas que não estejam relacionadas neste normativo;
 - V a indicação dos substitutos em caso de férias, licenças e outros afastamentos.
- § 1º Durante a fase de planejamento da contratação, se for identificado no Estudo Técnico Preliminar a necessidade de capacitação dos agentes públicos que desempenharão as atribuições de fiscal e de gestor, a Administração Pública Municipal deverá providenciá-la antes da assinatura do contrato.
- § 2º Para o exercício da função, os integrantes da equipe de fiscalização do contrato devem ser cientificados, prévia e expressamente, sobre a indicação e as respectivas atribuições.
- § 3º O encargo de gestor ou de fiscal não pode ser recusado pelo agente público, por não se tratar de ordem ilegal, devendo este expor ao superior hierárquico, se for o caso, as deficiências e as limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições.
- § 4º Na hipótese de que trata o § 3º deste artigo, caberá à Administração Pública Municipal qualificar o servidor para o desempenho das atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, designar outro servidor com a qualificação requerida ou adotar a medida cabivel para solucionar a questão.
- Art. 9° É facultada à Administração Pública Municipal a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o fiscal de contrato com informações especializadas pertinentes a essa atribuição, desde que não supriveis por pessoal pertencente ao quadro de servidores e mediante justificativa da necessidade.

 Parágrafo único. Na hipótese da contratação de

terceiros prevista neste artigo, será observado o disposto



TRIZIDELA DO VALE PROC. 140300 1/2024 FLS. 222 RUB.

no § 4º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, não podendo o fiscal eximir-se do cumprimento de suas atribuições, cabendo-lhe adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do contrato.

Art. 10. - A equipe de fiscalização do contrato será automaticamente destituída quando da extinção ou do encerramento do contrato.

Seção II

Dos Atributos e dos Impedimentos dos Agentes da

Gestão e da Fiscalização

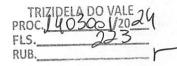
- Art. 11. Os agentes públicos que exercerem as atividades de gestão e de fiscalização de contratos, além de atender o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ter boa reputação ética e profissional e possuir aptidão técnica e/ou prática acerca do objeto a ser fiscalizado.
- § 1º Os agentes públicos designados como gestor ou fiscal de contratos podem responder pelo gerenciamento ou pela fiscalização de mais de um instrumento contratual.
- § 2º É vedado aos gestores e aos fiscais de contrato transferir as atribuições que lhe forem conferidas pela autoridade competente.
- Art. 12. Sem prejuízo do disposto no art. 7º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será considerado impedido, sendo vedada a atuação na gestão e na fiscalização do contrato, aquele que:
- I possua vínculo de qualquer natureza com a contratada, inclusive pessoal, comercial, financeiro, trabalhista ou civil;
- II possua relação de amizade, parentesco ou inimizade com o proprietário, sócio e/ou o dirigente da contratada;
- III tenha participado da realização da licitação, na condição de agente de contratação, pregoeiro, de membro da comissão de licitação ou da equipe de apoio ou da elaboração dos instrumentos de planejamento da contratação;
- IV tenha sido condenado por crime contra a Administração Pública ou por atos de improbidade administrativa;
- V tenha sido responsabilizado por irregularidades perante os órgãos de controle externo ou interno.
- Art. 13. O titular do órgão da Administração Direta, da autarquia ou da fundação do Poder Executivo Municipal não poderá designar para exercer a função de fiscal do contrato agente público que tenha vínculo com o setor financeiro da unidade fiscalizada, sobretudo aquele diretamente responsável pelo processamento da execução de despesas ou pela execução do orçamento.
- Art. 14. Qualquer motivo que possa obstar a imparcialidade do agente público no gerenciamento ou na fiscalização dos contratos deverá ser sopesado quando da sua designação, devendo a autoridade competente observar os princípios da impessoalidade e da moralidade, antes de indicar qualquer agente público para o exercicio

da referida função.

Seção III

Das Atribuições dos Agentes da Gestão e da Fiscalização

- Art. 15.- Compete aos gestores de contratos o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas à gestão da execução dos contratos, e especialmente:
- I agir com transparência e observando, rigorosamente, os principios legais e éticos em todos os atos de sua atuação;
- II conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais termos aditivos e apostilamentos;
- III acompanhar a celebração e a execução dos contratos e dos termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, pelo sistema, quando for o caso;
- IV manter controle dos contratos celebrados no âmbito do seu órgão, registrando e atualizando as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo do Município de Trizidela do Vale/MA;
- V obter a formalização da designação do preposto perante a contratada;
- VI propiciar o acesso do fiscal de contrato às informações, aos documentos e aos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização;
- VII supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;
- VIII avaliar os relatórios de ocorrências disponibilizados pelo(s) fiscal(is) de contrato para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- IX atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas de sua competência;
- X analisar notas/glosas escritas pelo(s) fiscal(is),
 a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados, informando-as ao setor financeiro;
- XI encaminhar, formalmente, ao preposto da contratada, as demandas para manifestação sobre irregularidades apontadas pelo(s) fiscal(is) de contrato;
- XII instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;
- XIII promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e à adequação da sua



vigência e do seu valor;

- XIV propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando possível e nos prazos regulamentares;
- XV instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada pertinentes à alteração de valores do contrato, em razão de reajuste de preços, revisão ou de alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, e encaminhá-lo à autoridade superior para decisão;
- XVI controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, quando admitida;
- XVII comunicar, com antecedência razoável, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruindo o processo, quando admítida a prorrogação, com os seguintes documentos:
- a) a manifestação de interesse da Administração Pública Municipal quanto à prorrogação do prazo, devidamente justificada;
- b) consulta à contratada, solicitando manifestação de interesse na referida prorrogação;
- c) resposta da contratada quanto ao interesse na prorrogação contratual;
- d) pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisar a vantajosidade da prorrogação, tendo por base o projeto básico ou o termo de referência relativo ao contrato em vigor e a existência de disponibilidade orçamentária;
- e) documentação de comprovação de manutenção do preenchimento dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico -financeira;
- XIX comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;
- XX atestar, conjuntamente com o(s) fiscal(is) de contrato, as notas fiscais e, após conferência, encaminhálas para o setor responsável pela liquidação e pelo pagamento;
- XXI elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração Pública Municipal;
- XXII providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou a necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;
- XXIII comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais

e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou no instrumento contratual, ou ainda, na legislação de regência;

- XXIV adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e para a rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou no instrumento contratual, ou ainda, na legislação de regência, com aprovação da autoridade competente;
- XXV certificar-se de que a contratada mantém, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários à comprovação da manutenção das referidas condições;
- XXVI promover a gestão documental, inclusive da comprovação de regularidade das obrigações acessórias, compreendidas as de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária a cargo da contratada;
- XXVII apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado de gestão do contrato:
- XXVIII informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- XXIX emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observado o disposto no artigo 123, caput e parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XXX constituir o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública Municipal;
- XXXI estabelecer reuniões periódicas com a contratada, a fim de garantir a qualidade da execução do serviço ou a continuidade da entrega do bem, objetivando alcançar melhorias administrativas e a redução de custos.
- Art. 16. Compete aos fiscais de contratos a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, e especialmente:
- I agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;
- II conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;
- III manter registro de ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, as inspeções periódicas realizadas, as faltas verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;
- IV avaliar e acompanhar, rotineiramente, a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos



TRIZIDELA DO VALE PROC. J 40300 12024 FLS. 224 RUB.

bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência e na proposta, assim como os prazos de entrega/execução e de conclusão;

- V assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
 - VI certificar-se de que:
 - a) contratada é quem executa o contrato;
- b) existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;
- VII verificar se a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e os serviços, quando assim determinar o contrato;
- VIII atestar, em documento hábil, juntamente com os gestor(es) de contratos, o fornecimento ou a entrega de bens e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado, recusando -os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas:
- IX receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, ao(s) gestor(es) do contrato que, após conferência, remeterá(ão) a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
- X apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços ou dos bens entregues, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- XI atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassarem sua competência ao(s) gestor(es) do contrato ou à autoridade competente;
- XII observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o(s) gestor(es) do contrato, prazo razoável para a medida saneadora;
- XIII providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;
- XIV indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;
- XV dar ciência ao(s) gestor(es) do contrato acerca da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela

contratada;

- XVI comunicar, formalmente, ao(s) gestor(es) do contrato o inadimplemento parcial ou total do que foi pactuado, registrando as providências adotadas para fins de materialização dos fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;
- XVII comunicar ao(s) gestor(es) do contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto;
- XVIII informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, sobre quaisquer situações que demandem decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

Seção IV

Da Fiscalização de Serviços Terceirizados

Art. 17. - À Secretaria Municipal de Administração compete a edição de ato normativo disciplinando a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais em contratações de serviços terceirizados. CAPÍTULO III

DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- Art. 18. Os recebimentos, provisório e definitivo, do objeto do contrato deverão ser realizados conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas, ainda, as regras definidas no edital e no instrumento contratual.
- § 1º No recebimento definitivo de obras, para fins de possibilitar o pagamento referente à última medição, sem prejuízo da observância das demais cláusulas contratuais, legalmente estabelecidas, deverá ser exigida a baixa da matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) ou no Cadastro Nacional de Obras (CNO).
- § 2º O gestor do contrato deve supervisionar e participar do procedimento de recebimento definitivo das obras e dos serviços.
- Art. 19. O termo sumário e o termo detalhado têm a função de documentar o recebimento do objeto contratado, sendo o primeiro mais simples e sucinto, correspondente ao atesto no verso do documento fiscal ou equivalente, e o segundo mais complexo e minucioso, descrevendo total e detalhadamente o objeto recebido, devendo ser acompanhado do atesto no verso do documento fiscal ou equivalente.
- § 1º Se o fiscal do contrato, agente público responsável ou a comissão constituída para o recebimento verificar que o objeto contratado não foi adequadamente executado, ao invés de recebê-lo, deverá rejeitá-lo com base no art. 140, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 2º A rejeição do objeto contratual poderá implicar sua adequação aos termos pactuados, à lei ou à técnica, devendo, neste caso, a Administração Pública Municipal fixar prazo para que o contratado, a suas expensas, venha a reparar as imperfeições verificadas, conforme art. 119 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***.801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087



www.trizideladovale.ma.gov.br

TRIZIDELA DO VALE PROC. J 403001 J2024
FLS. 225
RUB. ______

- § 3º Se o particular realizar os reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto entregue aos termos pactuados, a Administração Pública Municipal deverá aceitá-lo, provisoriamente, e, após proceder a todos os testes e averiguações, recebê-lo definitivamente, nos termos antes analisados.
- § 4º Caso seja verificado que não é possível a adequação do objeto executado, ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do contrato, com base no que dispõe o art. 137, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como a aplicação de sanções, conforme o disposto no art. 156 do mesmo diploma.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 20. O edital e seus anexos, assim como o contrato ou equivalente, deverão conter as rotinas e os procedimentos específicos de fiscalização contratual, tendo em vista as características e as condições de cada objeto licitado e contratado.
- Art. 21. Os agentes públicos responsáveis pela gestão e pela fiscalização de contratos respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhe são confiadas, estando sujeitos às penalidades previstas nas normas em vigor.
- Art. 22. A eventual aplicação de sanção e a apuração de incidentes contratuais obedecerão aos princípios do contraditório e da ampla defesa, garantindo à contratada utilizar-se de todos os meios e recursos inerentes ao direito de defesa, conforme art. 5°, inciso LV, da Constituição Federal.
- Art. 23. As multas aplicadas à contratada, em razão do descumprimento contratual, deverão ser recolhidas aos cofres públicos por meio do Documento de Arrecadação Municipal.
- Art. 24. O Secretário Municipal de Administração poderá expedir normas complementares a este Decreto e procederá à divulgação dos modelos de documentos para designação e auxílio às atividades do gestor e do fiscal de contrato.
- Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE, ESTADO DO MARANHÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 2023.

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO -REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: 06/2023

DECRETO Nº 06/2023 - GP, DE 16 DE JANEIRO DE 2023.

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, O DISPOSTO \$2° DO ART. 95 DA LEI 14.133/2021 PARA INSTITUIR O CONTRATO VERBAL PARA PEQUENAS COMPRAS OU O DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO.

O PREFEITO DE TRIZIDELA DO VALE-MA, DEIBSON PEREIRA FREITAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021:

DECRETA:

- Art. 1º Será considerado válido o contrato verbal com a administração do Município de Trizidela do Vale-MA, para a realização de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 11.441,66 (onze mil quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos) conforme dispõe o \$2º do art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, alterado pelo Decreto Federal nº 11.317/2022 de 29 de dezembro de 2022.
- Art. 2º Serão consideradas como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, as despesas que não possam subordinar -se ao procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, dentro do limite estabelecido no Art. 1º, nos seguintes casos:
- I taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas:
- II taxa de inscrições em cursos, palestras e eventos que tenham como objetivo o a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal, de interesse do público municipal;
- III serviços gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves, etc;
 - IV aquisição de certificado digital;
- V inexistência ou insuficiência eventual do material no almoxarifado ou do serviço, desde que plenamente justificada pelo representante do respectivo setor, e desde que não exista nenhuma ata registrada ou nenhum contrato firmado para o fornecimento do material ou da prestação de serviço.
- VI despesas decorrentes de manutenção emergencial de veículos;
- VII outras despesas urgentes ou inadiáveis, desde que justificada a inviabilidade da realização de procedimento licitatório ou dispensa de licitação, precedidas de autorização pelo Ordenador de Despesa.
- §1º As despesas referidas no Art. 1º, serão precedidas de empenho nas suas respectivas rubricas orçamentárias.
- §2º Para efeitos deste artigo, entende-se por manutenção emergencial os casos nos quais não será possível continuar o deslocamento sem o conserto do defeito ocorrido em trânsito ou quando se tratar de item de segurança obrigatório do automóvel, danificado em viagem.
- §3° Poderá ser considerada como pequena compra dentro do limite estabelecido no §2° do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 alterado pelo Decreto Federal nº 10.922/2021, a despesa com combustível, desde que a necessidade de abastecimento em trânsito seja

Assinado eletronicamente por: Cristiane Cruz de Freitas - CPF: ***,801.323-** em 18/01/2023 18:10:33 - IP com n°: 192.168.1.118
Autenticação em: www.trizideladovale.ma.gov.br/diariooficial.php?id=2087



PROC. 140300 120

FLS

RUB

quinze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ÓRGÃO: 02 - Poder Executivo. UNIDADE GESTORA: 0202 - Fundo Municipal de Saúde. FUNÇÃO: 10 - Saúde. SUBFUNÇÃO: 301 - Atenção Básica. PROGRAMA: 0016 - Gestão Saúde. PROJETO/ATIVIDADE: 2.103 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.30.00 -Material de Consumo. FONTE: 1500100200 - Receita de Impostos e Transf. - Saúde. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. VIGÊNCIA: 04 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024. DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2024. SIGNATÁRIOS: Sra. Fabiana Meireles do Nascimento Medeiros, Secretária Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, pela contratante, e o Sr. Ravi Lucas Martins de Oliveira Viana, representante da empresa, pela contratada.

- EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO - EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO : 0404002-3/2024

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PE. 0404002-3/2024

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PE. 0404002-3/2024. Processo Administrativo nº 0210001/2023. MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 44/2023. PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.424.417/0001-06 e a Empresa: CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.719.523/0001 -34. OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos hospitalares, de forma parcelada, de interesse do Fundo Municipal de Saúde do município de Trizidela do Vale (MA). VALOR TOTAL: do contrato é R\$ 26.805,00 (vinte e seis mil e oitocentos e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ORGÃO: 02 Poder Executivo. UNIDADE GESTORA: 0202 Fundo Municipal de Saúde. FUNÇÃO: 10 - Saúde. SUB-FUNÇÃO: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial. PROGRAMA: 0029 - Investimento na Saúde. PROJETO/ATIVIDADE: 1.071 Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para o Hospital Municipal. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente. FONTE DE RECURSO: 1635000000 Royalty do Petróleo e Gás à Saúde. BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. VIGÊNCIA: 04 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024. DATA DA ASSINATURA 04 de abril de 2024. SIGNATÁRIOS: Sra. Fabiana Meireles do Nascimento Medeiros, Secretária Municipal de Saúde, pela contratante, e o Sr. Leonardo Maria Claro, representante da empresa, pela contratada.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO - EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO: 2904001-2/2021

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº TP 2904001 -2/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº TP 2904001-2/2021

ORIGEM: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0903001/2021

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº007/2021

CONTRATANTE: Município de Trizidela do Vale, através da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATADO: Y. C. DE SOUSA EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ: 22.310.876/0001-77.

OBJETO: prorrogação de vigência até 29/04/2025, a contar do dia útil 29/04/2024, do contrato original celebrado entre as partes em 29/04/2021, perfazendo 12 (doze) meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: na vigência e sob égide do art. 57, IV da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

VIGÊNCIA: ATÉ 29/05/2025.

DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2024.

SIGNATÁRIOS: Município de Trizidela do Vale, através da Secretaria Municipal de Educação, por sua Secretária, Maria Sônia Silva Abreu. Sec. Mun. de Educação, como Contratante e pela empresa Y. C. DE SOUSA ÉIRELI -EPP o Sr. Yuri Cavalcante de Sousa, como Contratado.

- TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: 10/2024

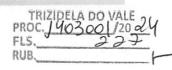
PUBLICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA Nº 10/2024. OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA /FUNDEB de Trizidela do Vale/MA. A Secretária de Educação, a Sra. Maria Sônia de Abreu, no uso de suas atribuições legais, em consonância com as informações, justificativas, documentos e parecer contidos no Processo Administrativo nº 1403001/2024, originário da Dispensa de Licitação, bem como de acordo com as disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, HOMOLOGO o resultado da Dispensa 10/2024 e ADJUDICO o objeto ao vencedor: a empresa V R FRANCO NETO LTDA, pelo valor total de R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais). Relata -se nos autos que o proponente declarado vencedor comprovou que preenche os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, as Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhido por atenderem todas as exigências do avido de contratação e seus anexos, inclusive por apresentar o menor preço do valor estimado. Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências: I – Encaminhe-se para a contratação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 114.133/2021, juntando -se a Portaria de Fiscal de Contrato. II – Em seguida, providenciar, nos termos do art. 95, I, da citada Lei nº 14.133/2021, a emissão de Nota de Empenho em favor da empre sa adjudicatária. III - Após, inserção no Sistema do TCE/MA, PNCP, bem como demais divulgações exigidas nos art. 72, parágrafo único e 94 da Lei nº 14.133/20221. IV - Por fim, encaminhe-se o procedimento à contabilidade e ao fiscal de contrato, para providenciar o envio do Contrato e da nota de empenho, à empresa vencedora, juntamente com a Ordem de Serviço, e realizar a fiscalização e recebimento do objeto, nos termos do art. 140, II, da Lei 14.133/2021, com redação dada pelo Termo de Referênc ia. Trizidela do Vale/MA, 04 de abril de 2024. Maria Sônia Silva Abreu. Secretária Municipal de Educação. Portaria nº 01/2021 -GP.

- EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO - EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO : 0404001-2/2024

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 0404001-2/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1403001/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024.



CONTRATO Nº 0404001-2/2024. ORIGEM: Processo administrativo nº 1403001/2024. Da Dispensa de Licitação nº 10/2024. CONTRATANTE: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA /FUNDEB. CONTRATADO: V R FRANCO NETO LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 02.331.738/0001 -67.0BJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para à aquisição de bebedouro e de aparelhos de tratamento de água e manutenção e instalação de elementos filtrantes para atender as necessidade do FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA /FUNDEB de Trizidela do Vale/MA. VALOR TOTAL: R\$ 53.420,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos e vinte reais). FONTE DE RECURSOS: ORGÃO:02 Poder Executivo UNIDADE GESTORA: 0201 Fundo de Man. Des. Educ. Bás. Val. Prof. Educação. FUNÇÃO: 12 -Educação. SUB-FUNÇÃO: 361 — Ensino Fundamental. PROGRAMA: 0023 — Desenvolvimento da rede de ensino. PROJETO/ATIVIDADE: 2.143 — Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 30%. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 — Material de Consumo. FONTE DE RECURSO: 1540000000 Transferências do FUNDEB - Impostos. PROJETO/ATIVIDADE: 1.087 – Aquisição de Equipamento e Materiais. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e matérias permanente. FONTE DE RECURSO: 1541000000 Trans. do FUNDEB – Comple. União – VAAF. **DATA DA VIGÊNCIA DO** CONTRATO: 04/04/2024 a 31/12/2024. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2024. SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Educação por sua Secretária Maria Sônia Abreu, como Contratante e pela empresa V R FRANCO NETO LTDA como Contratado.